



REDE SOCIAL

Diagnóstico Social 2015

Sobral de Monte Agraço

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	7
1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO.....	9
1.1.Dados históricos.....	9
1.2.Património Histórico.....	11
1.3.Enquadramento Geográfico.....	13
1.4. Equipamentos Sociais.....	15
1.4.1. Equipamentos Culturais.....	15
1.4.2. Equipamentos Desportivos.....	15
1.4.3. Equipamentos Recreativos.....	15
1.4.4. Turismo.....	16
1.4.5. Outros Equipamentos.....	17
1.5. Enquadramento Sociodemográfico.....	18
1.5.1. Evolução da População.....	18
1.5.2. Estado Civil da População.....	23
1.5.3. Caracterização das famílias clássicas.....	23
1.5.4. Habilitações literárias.....	25
1.5.5. População Estrangeira.....	26
2.CARACTERIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS CONCELHIAS.....	29
2.1.Habitação.....	29
2.2. Atividade Económica.....	37
2.2.1. População ativa.....	37
2.2.2. População inativa.....	41
2.3. Emprego.....	44
2.3.1. População Ativa.....	44
2.3.2. População desempregada.....	45
2.4. Educação.....	51
2.4.1. Atividades de Enriquecimento Curricular.....	51
2.4.2.Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar e no 1.º Ciclo de Ensino Básico.....	57
2.4.3.Ação Social Escolar.....	57
2.4.3.1. Pré-Escolar.....	58
2.4.3.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	58
2.4.3.3. 2.º CEB, 3.º CEB e Ensino Secundário.....	59
2.4.4.Transportes Escolares.....	59
2.4.5. Serviços Especializados de Educação Especial.....	60
2.4.5.1. Sistema Nacional de Intervenção Precoce.....	60
2.4.5.2. Regime de Educação Especial.....	61
2.4.5.3. Outros apoios.....	61
2.4.6. Ensino Recorrente.....	62
2.4.7. Ensino Universitário.....	62
2.5. Saúde.....	63
2.5.1. Infraestruturas de Saúde Locais.....	63
2.5.2. Programas de Promoção de Saúde no concelho.....	66
2.6. Proteção Social.....	69
2.6.1. Subsídios de maternidade e de paternidade e parental inicial.....	69
2.6.2. Abono de família para crianças e jovens.....	70

2.6.3 Rendimento Social de Inserção.....	71
2.6.4. Pensões.....	73
2.6.5. Subsídio de Desemprego.....	76
2.6.6. Subsídio de Doença.....	79
2.6.7. Outros subsídios.....	81
2.7. Entidades Concelhias.....	83
2.7.1. Associação Popular de Sobral de Monte Agraço.....	83
2.7.2. Comunidade Vida e Paz.....	83
2.7.3. Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.....	86
2.7.4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.....	89
2.7.4.1. Projeto “Tecer a Prevenção”	91
2.7.5. Sociedade São Vicente de Paulo.....	91
2.7.6. Agrupamento 272 do Corpo Nacional de Escutas.....	92
2.8. Projetos em Parceria.....	93
2.8.1. Banco de Ajudas Técnicas.....	93
2.8.2. PCAAC/ FEAC.....	95
2.8.3. Programa dos Cuidados Continuados e Apoio Social.....	97
2.8.4. Festa Sénior.....	98
2.9. Projetos/ Programas do Município de Sobral de Monte Agraço.....	99
2.9.1. Banco Local de Voluntariado de Sobral de Monte Agraço.....	99
2.9.2. Campos de Férias abertos para crianças.....	99
2.9.3. Cartão Sobral Sénior.....	99
2.9.4. Clube Sobral Sénior Ativo.....	99
2.9.5. Loja Solidária.....	99
2.9.6. Passeio Sénior.....	100
2.9.7. Programa Monitores de Campos de Férias.....	100
2.9.8. Projeto Oeste Mais Igualdade – Plano Municipal para a Igualdade 2015-2017.....	100
2.10. Segurança e Criminalidade.....	101
2.11. Participação política.....	104

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 - Caracterização da Rede Viária do Concelho.....	14
Quadro nº 2 - Localidades das freguesias de Sobral de Monte Agraço.....	14
Quadro nº 3 - Associações existentes no concelho.....	16
Quadro nº 4 - População residente segundo os Censos: total e por grupo etário.....	20
Quadro nº 5 - Distribuição total de nados-vivos e óbitos, de 2002 a 2013.....	21
Quadro nº 6 - Estado Civil da população de SMA em 2001 e 2011.....	23
Quadro nº 7 - Dimensão das famílias clássicas do concelho de SMA em 2001 e 2011.....	23
Quadro nº 8 - Famílias clássicas unipessoais segundo os Censos: total e com 65 e mais anos.....	24
Quadro nº 9- População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo.....	26
Quadro nº 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente segundo as principais nacionalidades por município.....	27
Quadro nº 11 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação.....	29
Quadro nº 12 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários segundo os Censos: total e por existência de encargos de compra.....	31
Quadro nº 13 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda - 1981.....	32

Quadro n.º 14 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda - 2001.....	32
Quadro n.º 15 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda - 2011.....	32
Quadro n.º 16 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda – 1981, 2001 e 2011	33
Quadro n.º 17 - Escalões de renda agregados – alojamentos familiares clássicos arrendados: 1981, 2001 e 2011.....	33
Quadro n.º 18. Proporção de alojamentos familiares clássicos ocupados por instalações existentes.....	35
Quadro n.º 19 - População empregada por setor de atividade.....	37
Quadro n.º 20 - População ativa por faixa etária.....	38
Quadro n.º 21. População ativa por situação face ao emprego.....	38
Quadro n.º 22 - Taxa de atividade segundo os Censos: total e por sexo.....	39
Quadro n.º 23 - Entidades empregadoras com declaração de remuneração à Segurança Social.....	40
Quadro n.º 24 - População inativa por categoria.....	42
Quadro n.º 25 - População inativa segundo os Censos: total e por sexo.....	42
Quadro n.º 26 - População ativa segundo os Censos de 2001 e 2011: total e por grupo etário.....	44
Quadro n.º 27 - População com e sem atividade económica segundo os Censos de 2011: total e por freguesia.....	44
Quadro n.º 28 - N.º de desempregados/as segundo os Censos de 2011: total e por freguesia.....	45
Quadro n.º 29- N.º de pessoas desempregadas, residentes no concelho de SMA, inscritas no Centro de Emprego entre 2004 e 2014, segundo o sexo, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego.....	45
Quadro n.º 30 - N.º de pessoas inscritas no Centro de Emprego por faixa etária.....	46
Quadro n.º 31 - N.º de pessoas inscritas no Centro de Emprego por habilitações literárias.....	48
Quadro n.º 32 - N.º médio mensal de novas inscrições por mês no Centro de Emprego.....	49
Quadro n.º 33 - Evolução Estabelecimentos de Ensino no concelho, de 2002 a 2013/50.....	52
Quadro n.º 34 - N.º de alunos inscritos por nível de ensino entre 2002/2003 e 2012/2013.....	52
Quadro n.º 35 - Taxas brutas de pré-escolarização, de escolarização, taxa de retenção e desistência no ensino básico, taxa de transição/conclusão no ensino secundário e relação de feminidade no ensino secundário.....	54
Quadro n.º 36 - Evolução do n.º de alunos/as do Pré-Escolar entre 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015 com ASE e a sua proporção face ao total.....	58
Quadro n.º 37 - Evolução do n.º de alunos/as do 1.º CEB entre 2008/2009 e 2013/2014 com ASE e a sua proporção face ao total.....	59
Quadro n.º 38 - Evolução do n.º de alunos/as do 2.º CEB, 3º CEB e Secundário com ASE e a sua proporção face ao total.....	59
Quadro n.º 39 - Candidatos/as a bolsa do ensino superior por ano letivo.....	62
Quadro n.º 40 - Unidades de saúde funcionais em Sobral de Monte Agraço, em 2014.....	64
Quadro n.º 41 - Proporção de profissionais de Medicina nas unidades de saúde em SMA.....	64
Quadro n.º 42 - N.º Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde.....	65
Quadro n.º 43 - Pessoal ao serviço no centro de saúde de SMA: total e por tipo de pessoal ao serviço.....	65
Quadro n.º 44 - Recursos Humanos do Centro de Saúde de SMA em 2013	65
Quadro n.º 45 - Recursos Humanos do Centro de Saúde de SMA em 2014.....	66
Quadro n.º 46- Consultas médicas no Centro de Saúde de SMA, por algumas especialidades médicas.....	67
Quadro n.º 47 - N.º de consultas médicas do Centro de Saúde de SMA por habitante.....	68
Quadro n.º 48 - Subsídios de maternidade, paternidade e licença parental.....	69
Quadro n.º 49- Subsídio parental inicial da Segurança Social segundo o sexo.....	69
Quadro n.º 50 - Beneficiários de abono de família e descendentes ou equiparados.....	70
Quadro n.º 51 - Beneficiários/as do RSI segundo o sexo e a idade.....	71
Quadro n.º 52- Beneficiários/as RSI em % da população residente.....	73
Quadro n.º 53 - N.º de Pensionistas residentes em SMA.....	73
Quadro n.º 54 - Valor médio anual das pensões em Portugal, no Oeste e em SMA, de 2004 a 2013.....	74
Quadro n.º 55 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego segundo o sexo e a idade.....	76

Quadro n.º 56 - Valor médio e número médio de dias do subsídio de desemprego.....	77
Quadro n.º 57 - Valor médio e número médio de dias do subsídio de doença.....	80
Quadro n.º 58 - Outros subsídios pagos pela Segurança Social.....	81
Quadro n.º 59 - Respostas Sociais da Associação Popular de SMA.....	83
Quadro n.º 60 - Unidades funcionais da CVP e Movimentação de residentes de 2005 a 2012.....	85
Quadro n.º 61 - Caracterização das Respostas Sociais da SCMSMA.....	87
Quadro n.º 62 - Serviços prestados na Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.....	87
Quadro n.º 63 - N.º de crianças sinalizadas na CPCJ SMA, por sexo, de 2002 a 2014.....	90
Quadro n.º 64 - N.º de crianças sinalizadas na CPCJ SMA, por faixa etária, de 2002 a 2014.....	91
Quadro n.º 65 - N.º de beneficiários do BAT de acordo com o sexo de 2011 a 2014.....	93
Quadro n.º 66 - N.º de beneficiários do BAT de acordo com a idade de 2011 a 2014.....	94
Quadro n.º 67- Modalidade de cedência do BAT.....	94
Quadro n.º 68 - Ajudas técnicas disponibilizadas pelo BAT de 2011 a 2014.....	94
Quadro n.º 69 - N.º de agregados e de indivíduos que beneficiaram de PCAAC/FEAC entre 2010 e 2014.....	96
Quadro n.º 70 - Número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço segundo as categorias de crimes entre 2005 e 2013.....	101
Quadro n.º 71 - Número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço na tipologia de violência doméstica, de 2010 a 2014.....	103
Quadro n.º 72 – Taxa de abstenção.....	104

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1- Evolução da população por freguesia	18
Gráfico n.º 2- Evolução da população no concelho de SMA entre 1900 e 2011.....	18
Gráfico n.º 3 - Distribuição da população por freguesia em 2011.....	19
Gráfico n.º 4 - População residente segundo os Censos: total e por grupo etário.....	20
Gráfico n.º 5 - Saldo natural da população do concelho de SMA entre 2002 e 2013.....	21
Gráfico n.º 6 -Taxa bruta de natalidade no concelho de SMA, na região Oeste e em Portugal de 2002 a 2013..	22
Gráfico n.º 7- N.º de óbitos entre 2002 e 2013.....	22
Gráfico n.º 8 - População do concelho por estado civil em 2001 e 2011.....	23
Gráfico n.º 9 - N.º de famílias clássicas, segundo a sua dimensão, em 2001 e 2011.....	24
Gráfico n.º 10 - Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por pessoas com 65 anos ou mais....	25
Gráfico n.º 11 - Famílias clássicas quanto à situação de desemprego.....	25
Gráfico n.º 12 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo, mais elevado, segundo os Censos.....	26
Gráfico n.º 13 - N.º de residentes estrangeiros com estatuto legal no concelho de SMA.....	27
Gráfico n.º 14 - População estrangeira com estatuto legal de residente segundo as principais nacionalidades.	28
Gráfico n.º 15 - Alojamentos familiares clássicos, em 1981, 2001 e 2011.....	29
Gráfico n.º 16 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação.....	30
Gráfico n.º 17 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação em SMA, Oeste e Portugal.....	30
Gráfico n.º 18 - Proporção de ocupantes proprietários, inquilinos e outros, em Portugal, no Oeste e em SMA, em 1981, 2001 e 2011.....	31
Gráfico n.º 19 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários segundo os Censos: por existência de encargos de compra.....	31
Gráfico n.º 20 - Alojamento familiar clássico por nº de divisões, em 1960, 1981, 2001 e 2011.....	34
Gráfico n.º 21- Alojamentos familiares clássicos ocupados por instalações existentes.....	34
Gráfico n.º 22- Nº médio de residentes em alojamentos familiares clássicos de residência habitual, em Portugal, no Oeste e em Sobral de Monte Agraço, em 1981, 2001 e 2011.....	35

Gráfico n.º 23 - Alojamentos familiares não clássicos, por tipo de alojamento, em Portugal, no Oeste e em Sobral de Monte Agraço, em 1981, 2001 e 2011.....	35
Gráfico n.º 24 - Construções novas, ampliações, alterações, reconstruções, em 1995, 2001, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.....	36
Gráfico n.º 25 - População empregada por setor de atividade.....	37
Gráfico n.º 26 - População ativa.....	38
Gráfico n.º 27 - População ativa por situação face ao emprego.....	39
Gráfico n.º 28 - Taxa de atividade total em Portugal, na região Oeste e em SMA.....	39
Gráfico n.º 29 - Taxa de atividade feminina em Sobral de Monte Agraço.....	40
Gráfico n.º 30 - Entidades empregadoras com declaração de remuneração à Segurança Social.....	40
Gráfico n.º 31 - Indivíduos com contribuição de serviço doméstico paga à Segurança Social.....	41
Gráfico n.º 32 - Trabalhadores por conta de outrem com declaração de remuneração à Segurança Social	41
Gráfico n.º 33 - N.º de inativos/as por categoria.....	42
Gráfico n.º 34 - População inativa por sexo.....	43
Gráfico n.º 35- Inscritos/as no Centro de Emprego, por sexo, de 2004 a 2013.....	46
Gráfico n.º 36- Inscritos/as no Centro de Emprego, por faixa etária, de 2004 a 2014.....	47
Gráfico n.º 37 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por duração do tempo de desemprego, de 2004 a 2014...	47
Gráfico n.º 38 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por tipologia de procura de emprego, de 2004 a 2014	48
Gráfico n.º 39 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por habilitações literárias, de 2004 a 2014.....	49
Gráfico n.º 40 - N.º médio de novas inscrições, por mês, segundo o motivo.....	50
Gráfico n.º 41 - Taxa bruta de pré-escolarização do Oeste e de SMA entre os anos letivos de 2005/2006 e 2012/2013.....	53
Gráfico n.º 42 - Evolução do número de alunos por nível de ensino entre o ano letivo de 2002/2003 e o ano letivo de 2012/2013.....	53
Gráfico n.º 43 - Evolução das taxas brutas de escolarização do Ensino Básico e do Ensino Secundário em SMA e no Oeste.....	55
Gráfico n.º 44 - Taxa de retenção do 1.º ciclo do concelho de SMA e do Oeste.....	55
Gráfico n.º 45 - Taxas de retenção do 2.º ciclo do concelho de SMA e do Oeste.....	56
Gráfico n.º 46 - Taxa de retenção do 3.º ciclo do concelho de SMA e do Oeste.....	56
Gráfico n.º 47 - Taxas de conclusão/ transição no ensino secundário (cursos gerais e vocacionais) do concelho de SMA e do Oeste.....	57
Gráfico n.º 48 - Evolução do n.º de alunos/as do 1.º CEB com ASE.....	58
Gráfico n.º 49 - Evolução do número de alunos/as do 1.º ciclo a serem transportados pelo Município de SMA	60
Gráfico n.º 50 - Evolução do n.º de alunos/as com NEE por nível de ensino entre 2006/07 e 2011/12.....	61
Gráfico n.º 51 - Evolução do n.º de candidatos/as a bolsa do Ensino Superior entre 2009/10 e 2013/14, por sexo.....	62
Gráfico n.º 52 - N.º de consultas por médicos por habitante.....	68
Gráfico n.º 53 - Subsídio parental inicial da Segurança Social segundo o sexo.....	70
Gráfico n.º 54 - N.º de beneficiários/as e descendentes de abono de família.....	71
Gráfico n.º 55 - Beneficiários/as do RSI segundo o sexo.....	72
Gráfico n.º 56 - Beneficiários/as do RSI segundo a faixa etária.....	72
Gráfico n.º 57 - N.º de pensionistas por tipo de pensão (a 31 de dezembro).....	74
Gráfico n.º 58 - Valores médios anuais das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência – Portugal, Oeste e SMA.....	75
Gráfico n.º 59 - Número de beneficiários/as de subsídio de desemprego segundo a situação face ao ano em análise e por sexo.....	76
Gráfico n.º 60 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego por faixa etária.....	77
Gráfico n.º 61 - Número médio de dias de subsídio de desemprego – Portugal, Oeste e SMA.....	78
Gráfico n.º 62 - Número médio de dias de subsídio de desemprego em SMA – homens e mulheres.....	79
Gráfico n.º 63 - Valor médio do subsídio de desemprego.....	79

Gráfico n.º 64 - Valor médio do subsídio de doença.....	80
Gráfico n.º 65 - Número médio de dias de subsídio de doença.....	81
Gráfico n.º 66 - Média de idades dos/as clientes da SCMSMA.....	88
Gráfico n.º 67 - Graus de dependência dos clientes da SCMSMA.....	88
Gráfico n.º 68 - Tempo de espera dos clientes admitidos em 2014.....	89
Gráfico n.º 69 - Evolução do n.º de processos instaurados na CPCJ SMA de 2002 a 2014.....	90
Gráfico n.º 70 - Ajudas técnicas disponibilizadas pelo BAT entre 2011 e 2014.....	95
Gráfico n.º 71 - Evolução do número de pessoas beneficiárias de PCAAC/ FEAC entre 2010 e 2014 por fase de distribuição.....	96
Gráfico n.º 72 – N.º de agregados beneficiários de FEAC em 2015 por freguesia.....	97
Gráfico n.º 73 - Número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço segundo as categorias de crimes entre 2005 e 2013.....	102
Gráfico n.º 74 - Taxas de criminalidade total do concelho de SMA e da região Oeste entre 2006 e 2013.....	103
Gráfico n.º 75 - Evolução da abstenção entre 2001 e 2014 em SMA, Oeste e Portugal.....	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – As fases do Programa Rede Social.....	8
Figura n.º 2 - Localização do Concelho de Sobral de Monte Agraço.....	13
Figura n.º 3 - Mapa do concelho de SMA.....	13
Figura n.º 4 - Organograma do ACES Oeste Sul.....	63

INTRODUÇÃO

Sobral de Monte Agraço foi um concelho piloto no programa da Rede Social, implementada em 1997 pela Resolução nº 197 (18 de Novembro) do Conselho de Ministros, e desde então envidou esforços para a constituição formal do Conselho Local de Ação Social (CLAS), Regulamento Interno e Núcleo Executivo, tendo iniciado a sua atividade no ano 2000.

O Diagnóstico Social foi aprovado em 2004, tendo sido alvo de revisões que não ficaram materializadas em documentos públicos, constituindo-se antes como documentos de trabalho que foram orientando os planos de ação anuais.

Apresenta-se agora uma revisão do Diagnóstico Social, que tem aspetos de continuidade face ao documento anterior, mas tem também alterações de estrutura, com o objetivo de o tornar um documento operativo e ao serviço do objetivo do Programa Rede Social: promover o desenvolvimento social do concelho.

Mantêm-se os pressupostos de concretização desse objetivo: trabalhar numa lógica de articulação e parceria efetiva das diferentes entidades que intervém num determinado território (neste caso, o concelho de Sobral de Monte Agraço), congregando esforços, potenciando recursos, gerando novas respostas e criando novas soluções.

O Diagnóstico Social, enquanto documento dinâmico de informações cumulativas e, idealmente, em permanente atualização, procura caracterizar, analisar e compreender a realidade social do concelho, o que permite identificar prioridades de intervenção.

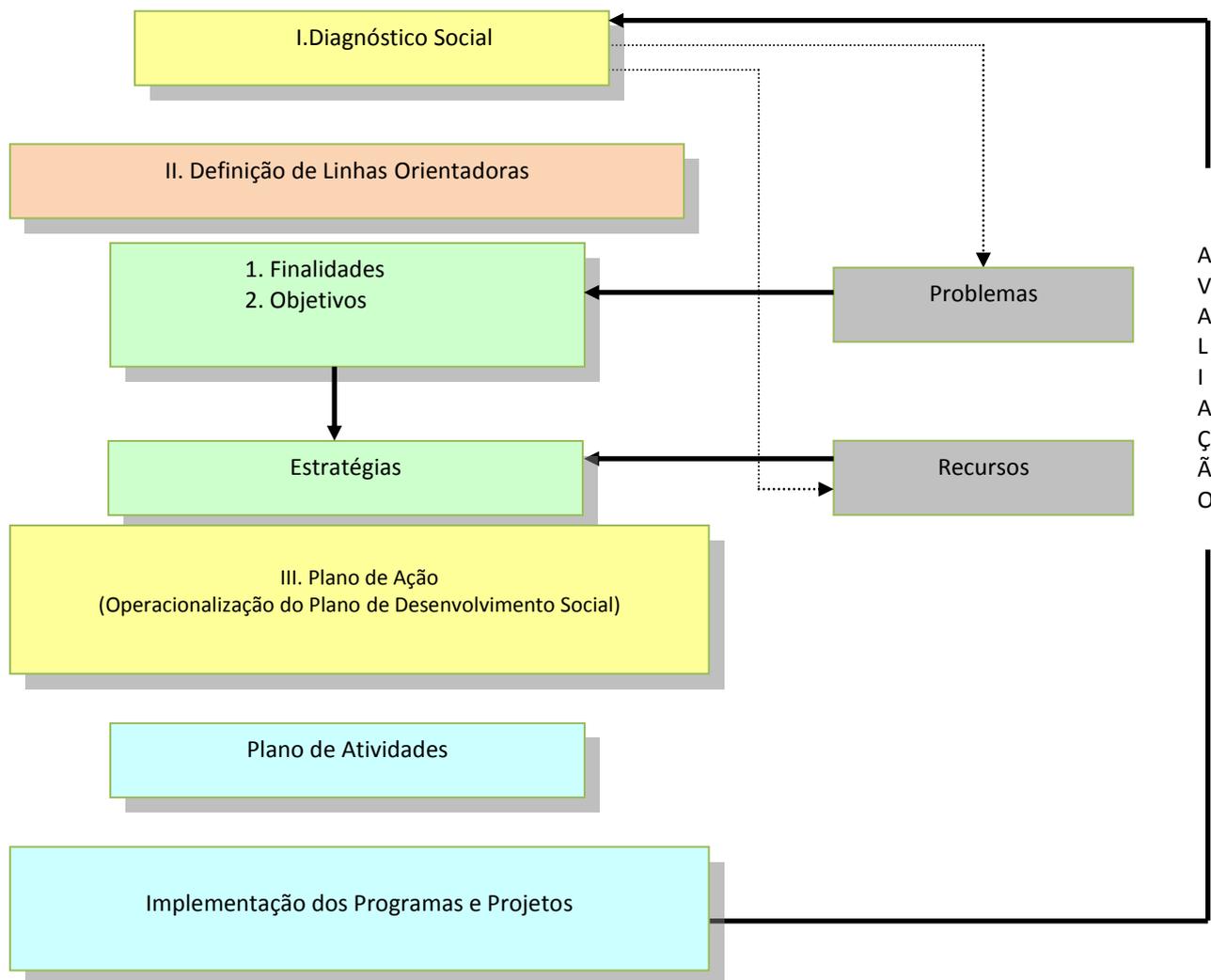
A intervenção junto das questões prioritárias é objeto de um outro documento: o Plano de Desenvolvimento Social.

Resumidamente, no programa Rede Social são delimitadas três fases fundamentais:

- ❑ *Diagnóstico;*
- ❑ *Plano de Desenvolvimento Social* (Definição de Linhas Orientadoras);
- ❑ *Plano de Ação.*

A figura seguinte ajuda a esquematizar este processo:

Figura n.º 1. As fases do Programa Rede Social



Fonte: IDS (s/d), *Rede Social - Plano de Desenvolvimento Social: Documentos de apoio aos Projetos-piloto*, Lisboa, IDS

1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

1.1. Dados históricos

O mais antigo documento conhecido referente às origens do concelho de Sobral de Monte Agraço surge durante a Reconquista Cristã, em 1 de Outubro de 1186 (o documento está datado de 1224 do calendário romano, que corresponde a 1186 da era cristã). Em forma de recompensa pelos serviços prestados na luta dos reis cristãos contra os mouros, o Rei D. Sancho I doa, primeiro, o reguengo do Soveral ao Bispo da Sé de Évora – D. Paio, e a todos os seus sucessores e depois, o lugar de Montagraço, desta feita, ao Bispo D. Soeiro II, sucessor de D. Paio, e ao Cabido da dita Sé. Doação esta confirmada por Inocêncio III, em 1214 (SOARES, 1990).

Foi no reguengo de Monte Agraço que inicialmente se desenvolveu a povoação mais importante, junto à Igreja de São Salvador e dos Paços aí erigidos pelos donatários. (correspondendo hoje sensivelmente à zona do Salvador e Cachimbos).

Soveral, seria um local ermo à data da carta de D. Sancho, sendo pela primeira vez referido como local habitado em 1512, ainda com a grafia Soveral. Por se localizarem perto seria usual dizer Soveral em Montagraço, de onde se terá evoluído para Sobral de Monte Agraço.

Aos Bispos de Évora sucedeu o Cardeal D. Henrique, 1.º Arcebispo de Évora, como donatário de Monte Agraço. A posse de Monte Agraço conservou-se nas mãos episcopais de Évora até à fundação, naquela cidade, do Colégio do Espírito Santo e Universidade, ambos sujeitos à Companhia de Jesus.

No ano de 1561 conseguiu D. Henrique bula de Pio IV para a união do concelho de Monte Agraço ao Colégio e Universidade, separando-o da Mesa arcebispal eborense. D. Manuel I assinou a de 20 de Dezembro de 1518 o Foral para Monte Agraço.

Com a expulsão dos Jesuítas dos territórios portugueses, decretada por D. José I em 1759 e a confiscação dos seus bens, reverteu para a Coroa o Senhorio de Monte Agraço. No ano de 1770 Joaquim Inácio da Cruz arrematou em hasta pública os bens e direitos do reguengo.

Em 1771, o Rei D. José I fez mercê do Senhorio Honorífico da Vila de Sobral de Monte Agraço a Joaquim Inácio da Cruz, fidalgo da Casa Real, membro do Conselho da Fazenda e tesoureiro do Real Erário, para o poder unir ao Morgado que tinha estabelecido com a denominação Sobral. A Joaquim Inácio da Cruz Sobral coube construir as estruturas que a vila do Sobral de Monte Agraço não possuía ao tempo.

Para além do Solar da Família Sobral, mandou construir a Casa da Câmara e a cadeia, o chafariz. Toda a Praça Pombalina foi construída nessa época. Mandou fazer a pesquisa de águas nas suas terras e abriu as minas para abastecer a vila. Faleceu em 1781, sem deixar descendentes pelo que o Morgado do Sobral foi herdado por António José da Cruz, seu irmão.

Um dos grandes marcos da presença do Sobral na história de Portugal diz respeito ao seu contributo na vitória contra as invasões francesas (1810), existindo na área do concelho vários fortes que no seu conjunto formaram a primeira das linhas de Torres Vedras, onde ainda se podem encontrar as posições de fogo, as trincheiras e os fossos, tendo inclusivamente estado situados neste concelho os quartéis-generais de Bersford e do Duque de Wellington.

De entre o conjunto de obras defensivas então construído, aquele que assume particular importância, não apenas no conjunto construído no Concelho do Sobral, mas também no conjunto da 1.ª Linha é o Forte Grande ou do Alqueidão (n.º 14).

Aí se situava o posto de comando das Linhas – ponto de cota mais elevada de todo o sistema defensivo – á frente do qual ficava um favorável campo de batalha. Situado cerca de 2 Km a Sul de Sobral de Monte Agraço é efetivamente o ponto mais alto das Linhas – 439 m de altitude.

A sua construção terá tido início a 4 de Novembro de 1809 e foi encarregado dessa missão o capitão Williams sob a direção inicial do Tenente Coronel Richard Fletcher e a partir de 6 de Julho de 1810 a cargo do Capitão Jonh T. Jones.

1.2. Património Histórico

No que se refere a património histórico, o concelho de Sobral de Monte Agraço possui alguns edifícios, referenciando-se os seguintes:

Monumentos Nacionais

- Igreja de São Quintino (séc. XVI) é situada no lugar e freguesia de Santo Quintino e, segundo consta nos registos da DGEMN, foi erigida sobre a Igreja de Santa Maria de Sobral de Monte Agraço (datada do séc. XIII/XIV), a mando de D. Manuel. Protegida pelo “MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 13 Junho 1910” (www.monumentos.pt).

Monumentos Classificados

- Capela Romano-Gótica de Sobral de Monte Agraço, conhecida como a “Capela do Salvador do Mundo” (séc. XIV), situada numa quinta contígua ao Cemitério do Salvador e encontra-se bastante danificada, quase em ruínas. É protegida pelo “IIP, Dec. nº 40361, DG 228 de 20 de Outubro 1995” (www.monumentos.pt).

Como outros monumentos e locais de interesse existem:

- Circuito do Alqueidão
Encontra-se disponível ao público, desde Junho de 2010, o Circuito de Visita do Alqueidão. Este circuito, localizado em plena serra do Olmeiro, integra-se na Rota Histórica das Linhas de Torres e proporciona ao visitante um encontro com a história e memória da 3.ª Invasão Francesa, inserido numa paisagem natural de extraordinária beleza. Aqui é possível visitar o Forte do Alqueidão, Forte do Machado, Forte do Simplício e Forte Novo e zona de apoio ao visitante na Serra do Olmeiro.
- Centro de Interpretação das Linhas de Torres - O Centro de Interpretação concretizou-se graças à enorme vontade de dar a conhecer melhor este período da história de Portugal e da Europa, no qual a região de Sobral de Monte Agraço teve um papel de inegável valor quando impediu que as tropas de Napoleão prosseguissem em direção a Lisboa, capitulando, assim, a soberania do reino. Este espaço faz parte da Rota Histórica das Linhas de Torres, integra uma exposição permanente e é, também um convite a conhecer os vários circuitos de visita que a integram, com especial destaque para o Circuito do Alqueidão. O objetivo da exposição é divulgar o papel determinante das fortificações de Sobral de Monte Agraço no travar do ímpeto das tropas napoleónicas. Dispostas a sacrificar bens e haveres, as suas gentes não hesitaram perante as ordens dos aliados ingleses: escavaram fossos, levantaram muralhas, destruíram pontes, cortaram estradas, criaram pântanos e todo o tipo de obstáculos à progressão das tropas francesas.
- Praça Dr. Eugénio Dias.
- Igreja de N.ª Sr.ª da Vida, no Sobral de Monte Agraço.
- Igreja de N.ª Sr.ª da Purificação, na Sapataria.
- Moinho do Sobral.
- Núcleo Museológico do Vinho, integrado numa política de recuperação, preservação e divulgação do nosso património e foi inaugurado em 1992. Este núcleo pretende, através dos objetos etnográficos expostos e do seu próprio espaço, dar testemunho daquela que fora, outrora, uma das principais atividades económicas do concelho – o cultivo da vinha e a produção de vinho. Instalado numa antiga adega que a Câmara Municipal restaurou e incluiu no edifício dos Paços do Concelho, este Núcleo procura constituir-se como uma mostra de utensílios e alfaías agrícolas que documentam os métodos e as técnicas empregues na vitivinicultura.
- Praça de Touros de Sobral de Monte Agraço, que está integrada no Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN.

- Miradouro Alto da Forca, na entrada sul do Sobral.
- Miradouro de Casais de S. Quintino.
- Miradouro do Forte de Alqueidão.

1.3. Enquadramento Geográfico

O concelho de Sobral de Monte Agraço pertence ao distrito de Lisboa e à região do Oeste. Para efeitos judiciais, pertence à comarca de Torres Vedras.

Este concelho é limitado a Noroeste pelo concelho de Torres Vedras, a Nordeste por Alenquer, a Sudoeste por Mafra e a Sudeste por Arruda dos Vinhos, conforme a Figura nº2.

Figura n.º 2 - Localização do Concelho de Sobral de Monte Agraço



Fonte: Site da ANMP

O concelho ocupa uma área geográfica de 52,1km² e é constituído por três freguesias cuja área se distribui da seguinte forma: Santo Quintino com 29Km², Sapataria com 14,4Km² e Sobral de Monte Agraço com 8,7Km² (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2014).

Figura n.º 3 - Mapa do concelho de SMA



Fonte: Site lisboanet.com

Em termos de acessibilidades, o Concelho de Sobral de Monte Agraço é servido pela auto-estrada A8 (Lisboa – Leiria), pela Estrada Regional 374 que faz ligação a Loures, pelas estradas nacionais 115 (ligação a Alenquer e Loures) e 248 (ligação a Torres Vedras e Vila Franca de Xira) e também por estradas nacionais e caminhos Municipais.

O quadro seguinte caracteriza a Rede Viária:

Quadro nº 1 - Caracterização da Rede Viária do Concelho

E.N.	LOCALIDADES	Estado de Conservação	Tipo de Intervenção	Responsabilidade de intervenção
EN 9-2	Perna de Pau/Pêro Negro	Bom	-	CMSMA
EN 115	Casal das Figueiras/Seramena/Cachimbos/SMA/Chãos	Bom	-	EP
EN 115-3	Chãos/Freiria/Calçada	Bom	-	EP
EN 248	Pontes de Monfalim/Adega/Folgados/SMA	Bom	-	EP
EN 248-1	SMA/Barqueira	Bom	-	EP
EN 248-2	Sabugos/Pé do Monte/Casal das Boiças/Pontes de Monfalim	Bom	-	EP
EN 374	Sapataria/Casal Novo/Perna de Pau/Malgas/Gozundeira	Bom	-	EP
EM 530	Moitelas/Perna de Pau	Bom	-	CMSMA
EM 531	Camondes/Alcareia/Moita	Bom	-	CMSMA
EM 532	Cachimbos/Gozundeira	Bom	-	CMSMA
EM 533	Batalha/Monfalim/Pontes de Monfalim	Mau	Saneamentos e pavimentação	CMSMA
EM 533-1	Monfalim/Adega	Mau	Saneamentos e pavimentação	CMSMA
EM 534	Pinheiro/Abadia/Chã/Fetais	Bom	-	CMSMA
EM 614	Santo Quintino/Outeiro/Pinheiro	Bom	-	CMSMA
CM 1093	Malgas/Patameira	Bom	-	CMSMA
CM 1112	Zibreira de Fetais	Bom	-	CMSMA
CM 1176	Pêro Negro/Bispeira	Razoável	Pavimentação	CMSMA
CM 1210	Cachimbos/Barqueira	Razoável	Pavimentação	CMSMA
CM 1211	Seramena/Vermões/Casais S. Quintino	Bom	-	CMSMA
CM 1212	Valdevez	Razoável	Pavimentação	CMSMA
CM 1213	Pedralvo/Alqueidão/Casal Barqueiro	Mau	Saneamentos e pavimentação	CMSMA
CM 1216	Fetelaria/Bouco/Fonte das Pombas/Silveira	Razoável	Pavimentação	CMSMA
CM 1234	Pontes/Martim Afonso	Razoável	Pavimentação	CMSMA

Fonte: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente – Município de SMA

O concelho é servido por transportes rodoviários e por transporte ferroviário pela linha do Oeste, com estação em Pêro Negro e apeadeiros em Sapataria, Jerumelo/S.Martinho e Gozundeira.

Quadro n.º 2 - Localidades das freguesias de Sobral de Monte Agraço

Freguesia	Localidades
Santo Quintino	Abadia, Adega, Alcareia, Almargem, Alqueidão, Batalha, Calçada, Carreira, Casal Barqueiro, Casal da Fonte, Casais S. Quintino, Chã, Fetais, Fetais dos Carneiros, Folgados, Fetais dos Pretos, Freiria, Martim Afonso, Malgas, Monfalim, Nogueiras, Outeiro, Paço, Pedralvo, Pedreiro, Pé-do-Monte, Pinheiro, Pontes de Monfalim, Sabugos, Seramena, Santo Quintino, Valdevez, Zibreira da Fé, Zibreira de Fetais.
Sapataria	Bouco, Casal Cochim, Casal Novo, Casal da Várzea, Espargueiras, Fetelaria, Fonte das Pombas, Galegos, Godéis, Guia, Limões, Moita, Moitelas, Molhados, Perna de Pau, Pêro Negro, Sapataria, Serreira, Silveira, Sizandros, S. Martinho, Vermões.
Sobral de Monte Agraço	Barqueira, Bispeira, Cabêda, Chãos, Gozundeira, Patameira, Pedrogãos, Ponte, Sobral de Monte Agraço, Via Galega.

1.4. Equipamentos Sociais

Consideram-se equipamentos sociais, todos os equipamentos e respetivos serviços que estão ao serviço da comunidade e população em geral. Pertencentes à autarquia, a associações ou a entidades privadas, o fim a que se destinam é o de informar, educar, divulgar, preservar e promover o bem-estar a todos os indivíduos que os utilizam.

No concelho de Sobral de Monte Agraço existem diversos equipamentos que classificámos como culturais, desportivos, recreativos, de turismo e outros.

1.4.1. Equipamentos Culturais

- BIBLIOTECA MUNICIPAL - localiza-se na sede do Concelho e compreende espaços de leitura com consulta local e com serviço de empréstimo domiciliário, espaços multimédia, autoformação, espaço do conto para os mais novos, sala polivalente, entre outros.
- BIBLIOTECA DE SAPATARIA – localiza-se em Sapataria e funciona em articulação com a Biblioteca do Sobral, complementando a oferta disponível.
- CINE-TEATRO – localiza-se na sede do concelho e desde de 2006 que tem atividade regular. Apresenta-se como um espaço de descoberta e aprendizagem em torno do cinema, dança, música, teatro e áreas multidisciplinares. Desenvolve um trabalho de sensibilização e fidelização de públicos e promove a elevação do nível de acesso cultural da população do concelho de Sobral de Monte Agraço e dos concelhos limítrofes.
- GALERIA MUNICIPAL – localiza-se junto ao edifício da Câmara Municipal e alberga exposições temporárias. A Galeria Municipal tem acolhido ao longo dos anos, centenas de exposições individuais e colectivas, quer de artistas consagrados quer de alguns jovens artistas que se iniciavam no mundo da arte.
- AUDITÓRIO MUNICIPAL – situado junto ao edifício da Câmara Municipal, acolhe diversas iniciativas como colóquios, reuniões e sessões de cinema.

1.4.2. Equipamentos Desportivos

- PISCINA MUNICIPAL – localizada em Sobral de Monte Agraço, é uma infra-estrutura de máxima importância onde se promovem atividades aquáticas/recreativas ou formativas dirigidas a todas as faixas etárias, no âmbito do desenvolvimento de hábitos de vida saudáveis. A atividade no plano de água desenvolve-se em “adaptação ao meio aquático”, quer em tanque de aprendizagem para os mais pequeninos, quer em piscina de 25 metros, “natação pura” em vários níveis, “hidroginástica”, havendo ainda aulas de natação adaptada a indivíduos portadores de deficiência. O complexo é ainda constituído por ginásios, sala de musculação, sauna, banho turco, estando em funcionamento as aulas de ginástica em grupo: GAP/Localizada; Aeróbica/Step; Correção Postural; Ballet; Pilates entre outras.
- 2 PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS – Pêro Negro e Sobral de Monte Agraço.
- PARQUE DE JOGOS NO CAMPO DA FEIRA – Sobral de Monte Agraço.
- 2 PARQUES DE JOGOS – Pontes de Monfalim e Sapataria.
- 2 CAMPOS DE TÊNIS – Sobral de Monte Agraço.
- CROSSÓDROMO – Casais de S. Quintino.

1.4.3. Equipamentos Recreativos

Por todo o concelho encontram-se dispersas inúmeras associações que são responsáveis pela organização de atividades e pela dinamização das populações residentes nas aldeias e meio urbano onde se inserem.

Quadro n.º 3 - Associações existentes no concelho

Freguesia	Associação
Santo Quintino	Associação Cultural e Recreativa dos Moradores de Almargem; Associação Desportiva de Cultura e Recreio de Casais de S. Quintino; Associação de Cultura e Recreio dos Moradores da Chã; Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Freiria; Associação Cultural e Recreativa dos Moradores de Martim Afonso; Associação de Beneficência Cultural Popular Recreativa do Paço; Associação Recreativa e Cultural de Pé-de-Monte; Associação Cultural e Recreativa de Sabugos; Associação de Cultura e Recreio de Seramena; Associação Recreativa e Cultural de Valdevez; Associação Recreativa e Cultural de Zibreira da Fé; Associação Cultural Recreativa Desportiva e Social da Zibreira de Fetais; Associação dos Amigos da Escola de Almargem; Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Fetais; Clube Recreativo e Desportivo de Malgas; Comissão de Moradores do Outeiro; Desafios Sport Clube; Fábrica da Igreja Paroquial N. S. Piedade de S. Quintino.
Sapataria	Associação de Cultura e Recreio de Moitelas; Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Silveira; Clube de Caça, Pesca e Natureza de Sapataria; Clube Desportivo e Recreativo de Pêro Negro; Clube Recreativo da Sapataria; Sociedade Cultural e Recreativa de Godeis; União Cultural Recreativa e Desportiva de Serreira; Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Sapataria;
Sobral de Monte Agraço	Associação 13 de Setembro de 1913; Associação Cultural e Recreativa Barqueirense; Centro Cultural Recreativo e Desportivo da Bispeira; Associação Recreativa e Cultural Cabedense; Associação “Os Amigos da Gozundeira”; Associação Recreativa e Cultural de Via Galega; Associação de Caçadores das Freguesias de Santo Quintino e Sobral de Monte Agraço; Monte Agraço Futebol Clube; Tertúlia Tauromáquica de Sobral de Monte Agraço; União Recreativa Patameirense; Fábrica da Igreja Paroquial de S. Salvador do Mundo de Sobral de Monte Agraço.

1.4.4. Turismo

POSTO DE TURISMO – localiza-se na sede do concelho, na Praça Dr. Eugénio Dias, no mesmo espaço do Centro de Interpretação das Linhas de Torres e presta informação sobre os pontos de interesse no Sobral de Monte Agraço.

RESTAURAÇÃO – existem dezenas de restaurantes espalhados pelo concelho, destacando-se alguns bastante conceituados e de muita procura.

ALOJAMENTO – existe uma unidade em Gozundeira.

ROTA DOS MOINHOS, ROTA DO SIZANDRO E TROÇO CONCELHIO DA GRANDE ROTA DAS LINHAS DE TORRES – passeios pedestres com trajectos homologados pela Federação Portuguesa de Campismo.

FOLCLORE – Grupo Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço (Seramena) e Rancho Folclórico “As Cerejeiras de Fetais” (Sobral de Monte Agraço) que têm uma atividade importante na pesquisa sobre música e cantares regionais, bem como na divulgação de cantares e tradições do concelho. A etnografia caracteriza os povos do ponto de vista dos seus costumes, da sua mentalidade, do seu modo de vida, da sua cultura e folclore.

FEIRAS E MERCADOS – existe um Mercado Mensal no 1.º Sábado de cada mês junto do Terminal Rodoviário; existem as Festas e Feira de Verão na sede do concelho com início no fim-de-semana do 2.º Domingo de Setembro e se prolongam durante uma semana, que enchem a Vila de Sobral de Monte Agraço de muita alegria, luz e cor, com inúmeros e variados espectáculos, nomeadamente o Cortejo Histórico-Etnográfico, Espectáculos Taurinos, Espectáculos Musicais, Exposições, entre outros; a Feira das Tasquinhas em Outubro e a Feira de Todos-os-Santos no dia 1 de Novembro, em Almargem (freguesia de S. Quintino).

ARTESANATO – é de salientar a Cutelaria e o Calçado Artesanal.

1.4.5.Outros Equipamentos

MERCADO MUNICIPAL – funciona de terça-feira a domingo, entre as 7 e as 13 horas, na Rua Francisco Lázaro.

TERMINAL RODOVIÁRIO – situado no centro do Sobral, presta serviço de acolhimento e informações sobre os transportes colectivos.

PAVILHÃO DO SOEIRINHO – espaço polivalente que alberga inúmeras atividades culturais e recreativas, entre outras.

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS – existem no concelho 6 equipamentos que servem a população.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – associação que presta um serviço voluntário e humanitário aos Sobralenses.

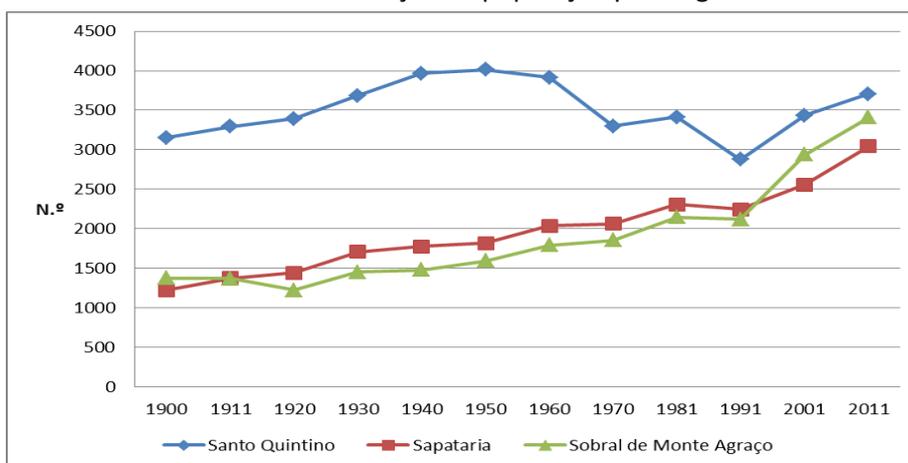
1.5. Enquadramento Sociodemográfico

1.5.1. Evolução da população

Numa análise à população de cada freguesia, entre 1900 e 2011, com base nos Recenseamentos Gerais da População pode verificar-se que a freguesia de Santo Quintino foi a que sempre registou mais população, atingindo o valor máximo entre os anos 40 e 60. Seguiram duas quebras acentuadas que se supõem para fora do concelho, uma vez que as freguesias de Sapataria e Sobral não absorveram essa massa populacional.

Entre 1991 e 2011, o concelho aumentou a população em todas as suas freguesias, com particular destaque para a freguesia de Sobral de Monte Agraço. Também neste período tem havido uma aproximação das três freguesias quanto ao número de habitantes, o que representa uma diminuição do peso relativo da freguesia de Santo Quintino.

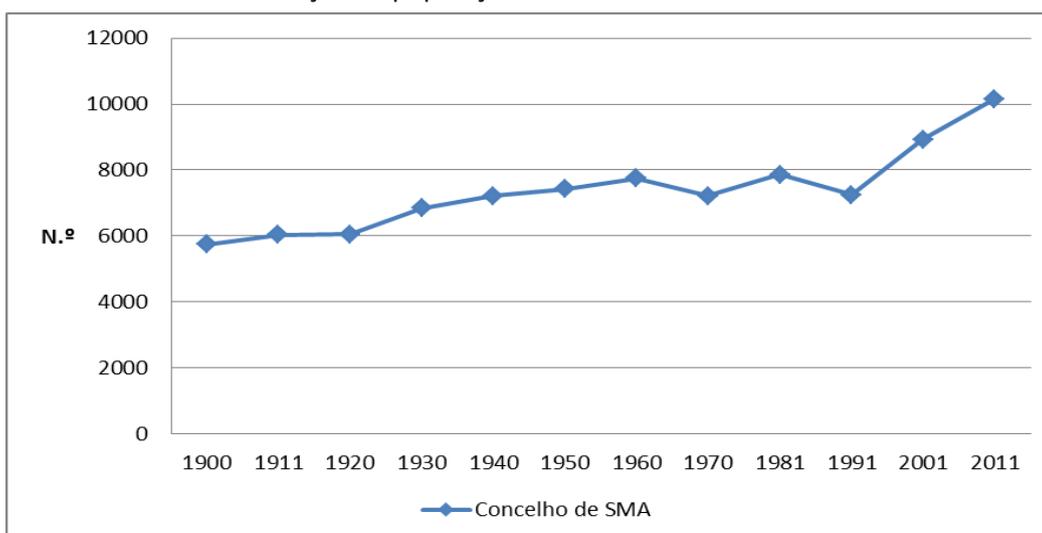
Gráfico n.º 1 - Evolução da população por freguesia



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da população

Em termos concelhios, pode-se afirmar que durante o século XX, o concelho apresentava uma evolução de crescimento, ainda que com alguns recuos (1960-1970 e 1981-1991). Já no século XXI, o crescimento tem sido acentuado, com 10156 habitantes em 2011.

Gráfico n.º 2 - Evolução da população no concelho de SMA entre 1900 e 2011

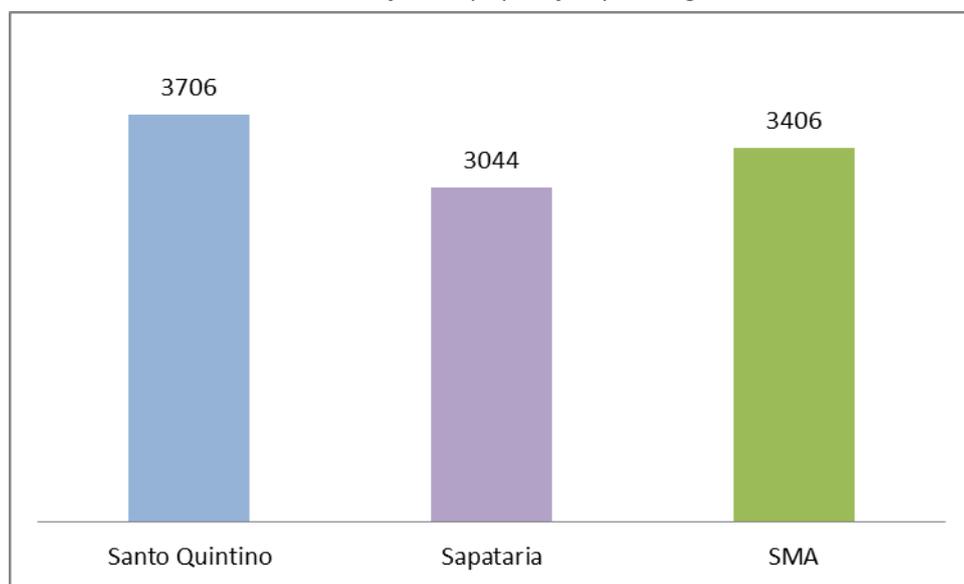


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

De acordo com os resultados censitários de 2011, os 10156 indivíduos que constituem a população residente, e como já visto no gráfico evolutivo das freguesias, tem uma distribuição muito homogénea: Santo Quintino com 3706 habitantes, Sapataria com 3044 habitantes e Sobral de Monte Agraço 3406 habitantes.

Novamente em gráfico:

Gráfico n.º3 - Distribuição da população por freguesia em 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A densidade populacional do concelho em 2011 era de 194,9, o que se traduz num aumento significativo face a 2001 (172,8 hab./km²).

Com base nos dados censitários é possível verificar algumas alterações na população quanto às faixas etárias. Da leitura do quadro seguinte, que apresenta o número de pessoas por faixas etárias em 2001 e em 2011, bem como o seu peso face ao total da população, constata-se que em termos absolutos, as faixas etárias entre os 15 e os 29 anos registaram uma diminuição do número de indivíduos.

Estas faixas perderam, no seu conjunto, 330 indivíduos no período intercensitário. E embora a diferença percentual seja inferior a 3 pontos, se se olhar apenas para a distribuição dos 1229 indivíduos que passaram a residir no concelho no período intercensitário, verifica-se que as perdas nestas faixas etárias são mais significativas.

Contrariamente assiste-se a uma concentração muito expressiva deste saldo populacional na faixa etária dos 35 aos 39 anos (25,5%), bem como na faixa dos 75 e mais anos (16,8%), o que se traduz num aumento da longevidade. Como em 2011 existe um saldo positivo nas faixas etárias dos 0 aos 14 anos (mais 306 indivíduos do que em 2001), o índice de envelhecimento é de 107,9 (112,9%, em 2001).

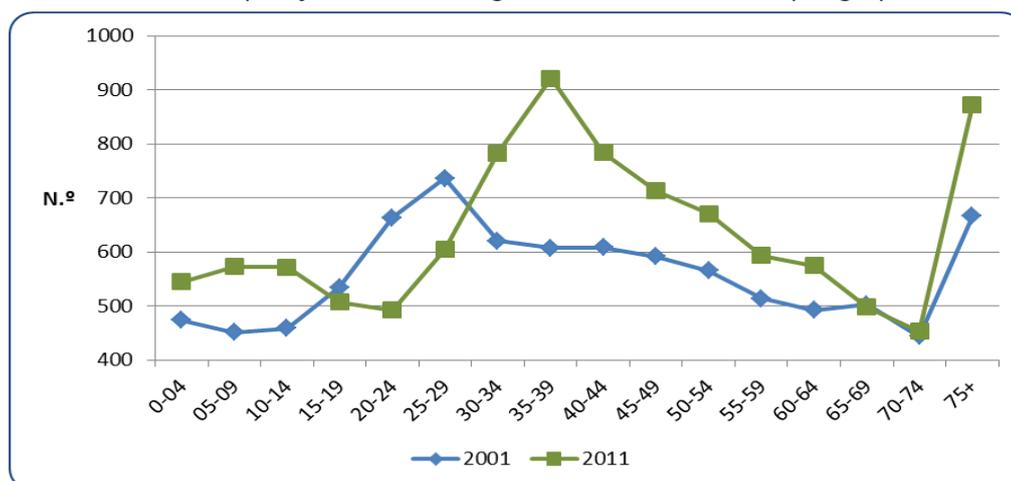
Quadro n.º 4 - População residente segundo os Censos: total e por grupo etário

Faixas etárias	2001		2011		Saldo Intercensitário (N)	Saldo Intercensitário (%)	Distribuição do saldo populacional por faixa etária (%)
	N	%	N	%			
0-04	474	5,3	545	5,4	71	0,1	5,8
05-09	451	5,1	573	5,6	122	0,6	9,9
10-14	459	5,1	572	5,6	113	0,5	9,2
15-19	534	6,0	507	5,0	-27	-1,0	-2,2
20-24	663	7,4	492	4,8	-171	-2,6	-13,9
25-29	736	8,2	604	5,9	-132	-2,3	-10,7
30-34	620	6,9	783	7,7	163	0,8	13,3
35-39	607	6,8	921	9,1	314	2,3	25,5
40-44	608	6,8	784	7,7	176	0,9	14,3
45-49	591	6,6	713	7,0	122	0,4	9,9
50-54	565	6,3	671	6,6	106	0,3	8,6
55-59	514	5,8	593	5,8	79	0,1	6,4
60-64	492	5,5	575	5,7	83	0,2	6,8
65-69	503	5,6	498	4,9	-5	-0,7	-0,4
70-74	444	5,0	453	4,5	9	-0,5	0,7
75+	666	7,5	872	8,6	206	1,1	16,8
Total	8927	100	10156	100,0	1229		100,0

Fontes de Dados: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
 Fonte: PORDATA

Graficamente:

Gráfico n.º 4 - População residente segundo os Censos: total e por grupo etário



Fontes de Dados: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
 Fonte: PORDATA

Poderemos conjugar ainda estes dados com os valores anuais referentes ao movimento da população:

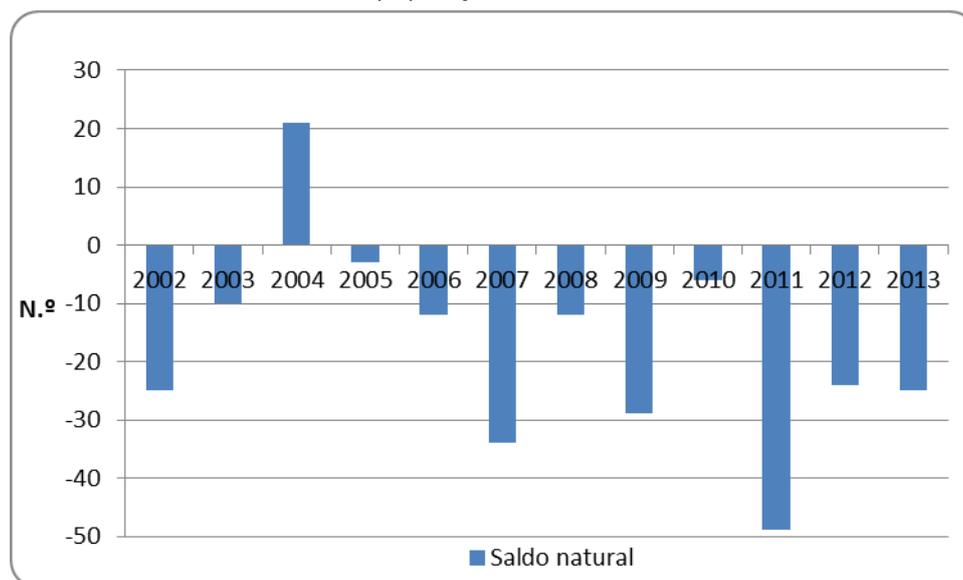
Quadro n.º 5 - Distribuição total de nados-vivos e óbitos, de 2002 a 2013

	Nados-vivos					Óbitos			
	Total			Fora do casamento		Total			Com menos de 1 ano
	HM	H	M	Total	Com coabitação dos pais	HM	H	M	
2002	90	44	46	17	14	115	63	52	-
2003	115	70	45	34	29	125	68	57	1
2004	109	54	55	35	34	88	52	36	-
2005	97	44	53	32	26	100	53	47	-
2006	116	55	61	28	26	128	68	60	0
2007	96	53	43	34	32	130	62	68	0
2008	109	59	50	42	39	121	65	56	0
2009	107	49	58	52	45	136	71	65	2
2010	116	69	47	55	49	122	64	58	1
2011	83	39	44	36	33	132	69	63	0
2012	109	57	52	53	46	133	74	59	0
2013	86	46	40	42	38	111	57	54	0

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

Entre 2002 e 2013, com exceção do ano de 2004, morreram sempre mais pessoas do que as que nasceram. O gráfico do saldo natural (diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos) evidencia estes números:

Gráfico nº 5 - Saldo natural da população do concelho de SMA entre 2002 e 2013

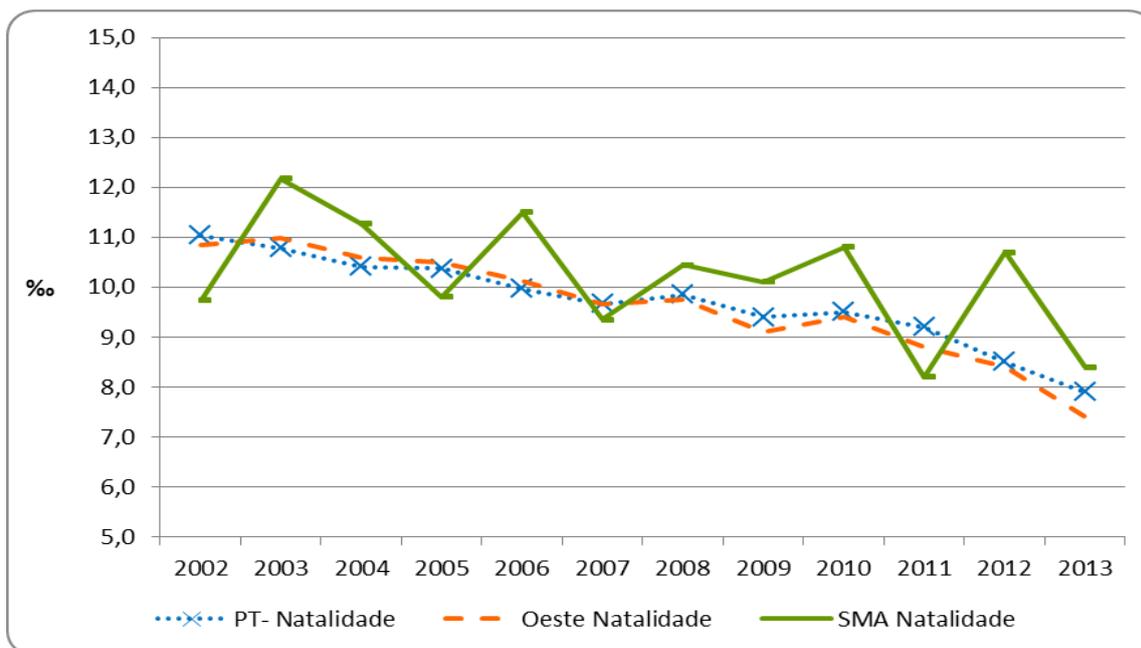


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2002 a 2013

Ainda assim, no período intercensitário registou-se um aumento da população. A explicação mais provável (e considerando o aumento de pessoas com idades entre os 30 e os 44 anos) é que se tenha assistido à fixação de pessoas de fora do concelho, o que é também consistente com os valores concelhios da taxa bruta de natalidade¹, tendencialmente com maior dinâmica face à média do Oeste e à média nacional:

¹ Número de nados vivos, ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000).

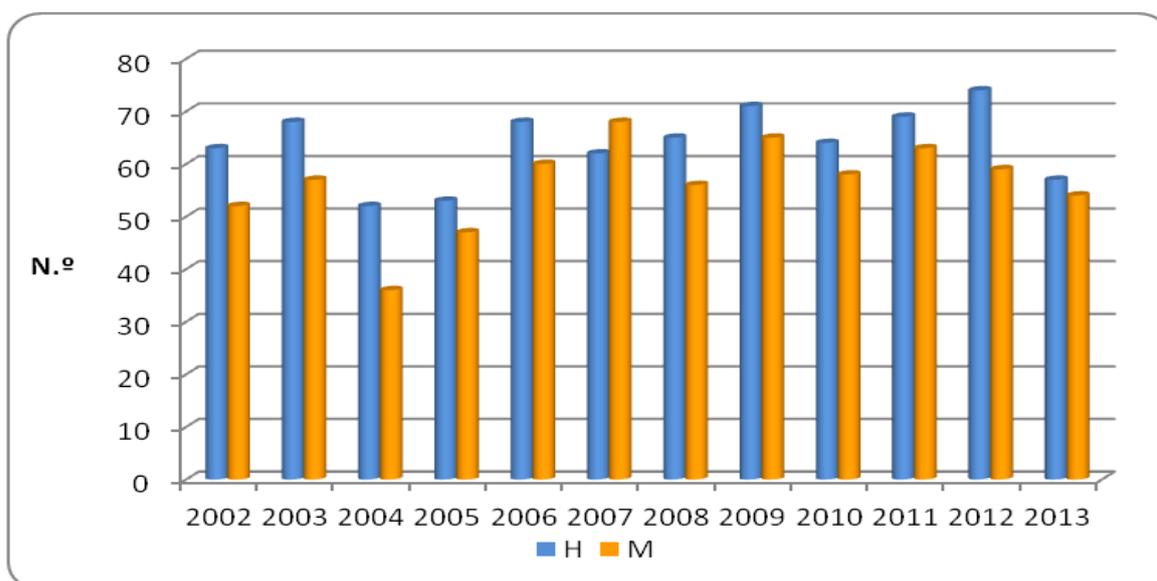
Gráfico n.º 6 - Taxa bruta de natalidade no concelho de SMA, na região Oeste e em Portugal de 2002 a 2013



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2002 a 2013

Relativamente ao número de mortes, entre 2002 e 2013, o número mais baixo (88 óbitos) registou-se em 2004, e o mais alto em 2009, com 136 óbitos. Com exceção do ano de 2007, morreram sempre mais homens do que mulheres.

Gráfico n.º 7 - N.º de óbitos entre 2002 e 2013



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2002 a 2013

Relativamente ao estado civil², verifica-se que em 2001 e 2011 a proporção de pessoas solteiras (cerca de 40%) e viúvas (7%) se manteve praticamente inalterada. É no estado civil de casado/a e divorciado/a que existe maior variação. Enquanto em 2001 havia 50,3% de pessoas casadas, em 2011 esse número baixou para 46,4%. Já a percentagem de pessoas divorciadas aumentou de 1,8% em 2001 para 6,1% em 2011.

² **Registo Civil** - Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) solteiro; b) casado; c) viúvo; d) divorciado (metainformação – INE).

1.5.2. Estado Civil da População

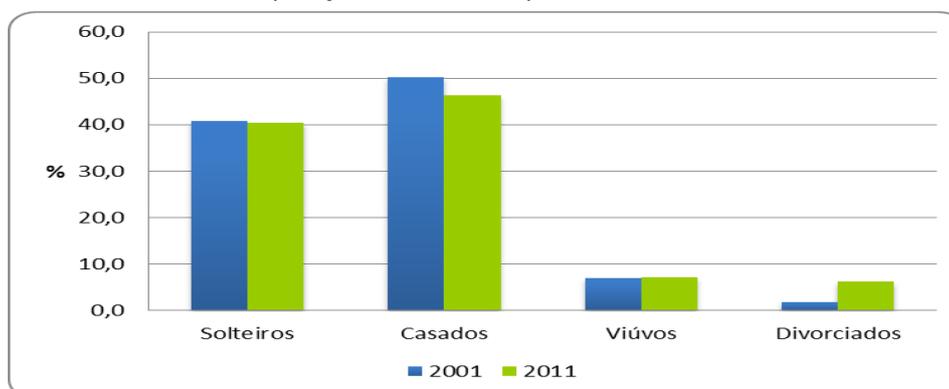
Quadro n.º 6 - Estado Civil da população de SMA em 2001 e 2011

Estado Civil	Anos			
	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
Solteiros/as	3648	40,9	4.101	40,4
Casados/as	4491	50,3	4708	46,4
Viúvos/as	629	7,0	727	7,2
Divorciados/as	159	1,8	620	6,1
Total	8927	100,0	10156	100,0

Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Graficamente:

Gráfico n.º 8 - População do concelho por estado civil em 2001 e 2011



Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Quanto à dimensão média da família clássica³, analisando os anos de 2001 e 2011, o número absoluto de famílias aumentou, já que a população aumentou também no período intercensitário. Em 2011 foram contabilizadas mais 616 famílias (em 2001 o número situou-se nas 3243 famílias).

Mas em termos relativos, a distribuição das pessoas pela dimensão da família não foi homogénea: a percentagem de famílias com duas pessoas e as de seis ou mais pessoas manteve-se praticamente inalterada. Já as famílias unipessoais conheceram um aumento de 16,1%, em 2001, para 20,7%, em 2011.

1.5.3. Caracterização das famílias clássicas

Quadro n.º 7 - Dimensão das famílias clássicas do concelho de SMA em 2001 e 2011

Dimensão da família clássica	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
1 pessoa	521	16,1	799	20,7
2 pessoas	1.031	31,8	1.224	31,7
3-5 pessoas	1.628	50,2	1.768	45,8
Mais de 6 pessoas	63	1,9	68	1,8
Total	3.243	100,0	3.859	100,0

Fonte de dados: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

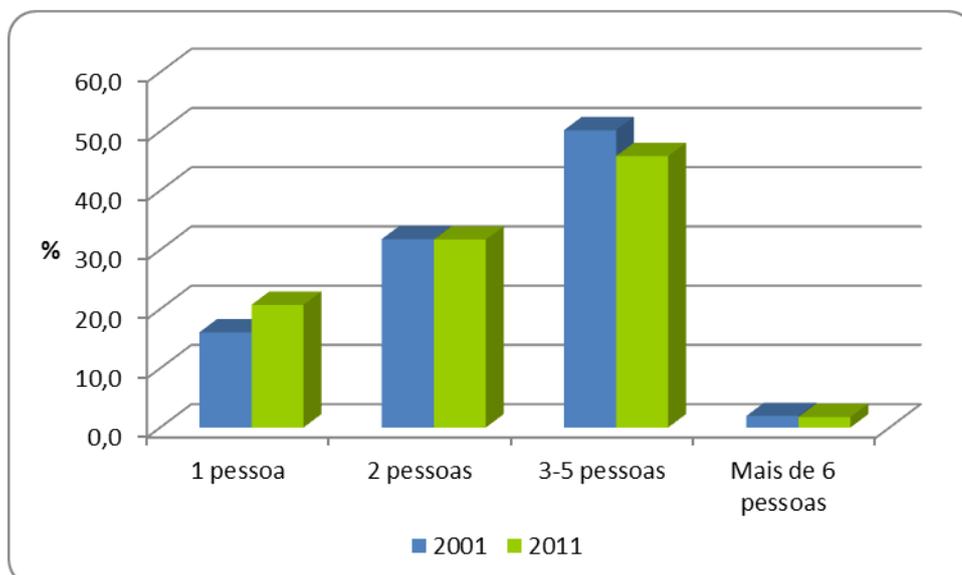
Fonte: PORDATA

³ **Família clássica** - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento (metainformação – INE).

As famílias de 3 a 5 pessoas conheceram um decréscimo no conjunto das famílias: de 50,2% em 2001 para 45,8 em 2011.

Globalmente assiste-se a uma diminuição da dimensão da família, sem crescimento das famílias de maiores dimensões, e aumento das famílias unipessoais. Graficamente:

Gráfico n.º 9 - N.º de famílias clássicas, segundo a sua dimensão, em 2001 e 2011



Fonte de dados: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

Do conjunto de famílias clássicas unipessoais, importa ver a proporção de pessoas com 65 e mais anos, por ser um indicador (entre outros) de idosos em situação de isolamento.

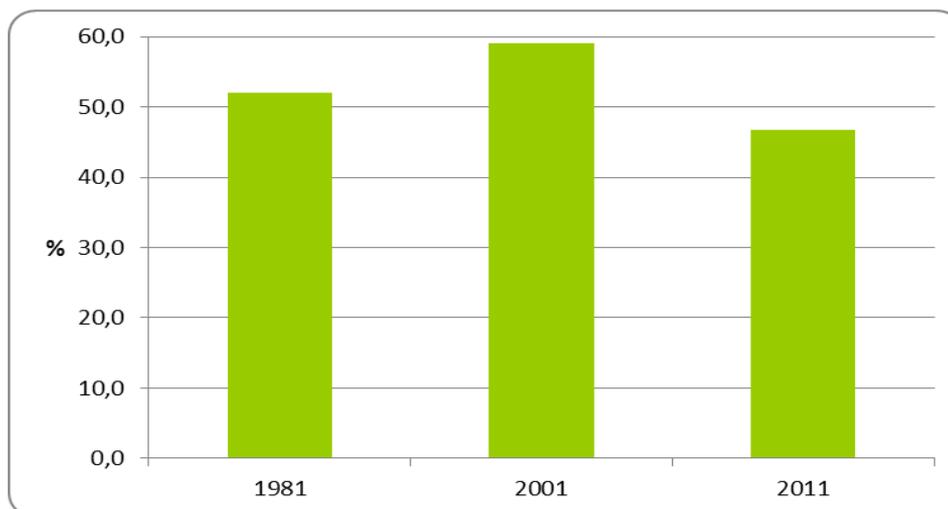
Quadro n.º 8 - Famílias clássicas unipessoais segundo os Censos: total e com 65 e mais anos

Anos	Total	65 e + anos	
		N.º	%
1981	321	167	52,0
2001	521	308	59,1
2011	799	373	46,7

Fontes de Dados: INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

Constata-se que apesar da percentagem de famílias unipessoais em 2011 ter aumentado face a 2001 (passou de 16,1% para 20,7%), a proporção de pessoas com 65 anos ou mais diminuiu, registando o valor mais baixo em 2011. Sendo o viver só em idades avançadas um fator de risco, a diminuição deste valor poderá constituir uma evolução positiva na situação das pessoas idosas, que estão menos expostas aos riscos decorrentes do isolamento. Seria importante, todavia, conhecer melhor a situação das pessoas idosas, quer as que vivem sós, quer as que vivem com outras pessoas (designadamente as que coabitam apenas com outras pessoas idosas) para perceber a relevância deste indicador no seu bem-estar e segurança.

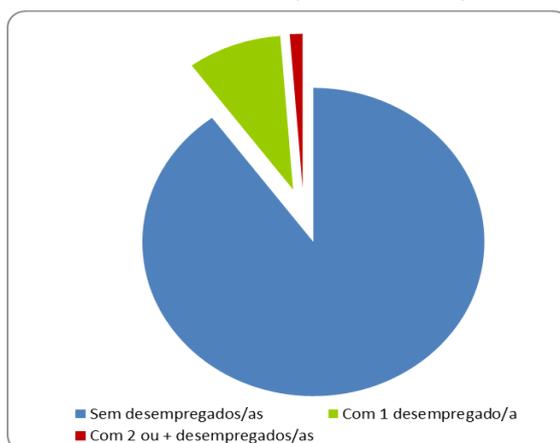
Gráfico n.º 10 - Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por pessoas com 65 anos ou mais



Fontes de Dados: INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

Na maioria das famílias clássicas, não existem desempregados/as (89,9%). Dos cerca de 10% de famílias onde há situação de desemprego, 1,2% tem duas ou mais pessoas desempregadas.

Gráfico n.º 11 - Famílias clássicas quanto à situação de desemprego



Fonte: INE, XV Recenseamentos Geral da População

1.5.4. Habilitações literárias

Relativamente às habilitações da população residente com mais de 15 anos, verifica-se que no período intercensitário 2001-2011 a alteração mais significativa foi a redução da percentagem das pessoas sem nível de escolaridade, que passou de 22,2% para 11,2%.

Menos expressiva foi a redução do número de pessoas com apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico (34,4% em 2001 e 28,9% em 2011). Merece que se assinala o facto de, em 2011, a soma do número de pessoas sem nível de escolaridade e daquelas que apenas têm como habilitação o 1.º CEB totalizarem 40% da população concelhia com mais de 15 anos.

Quadro n.º 9 - População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo

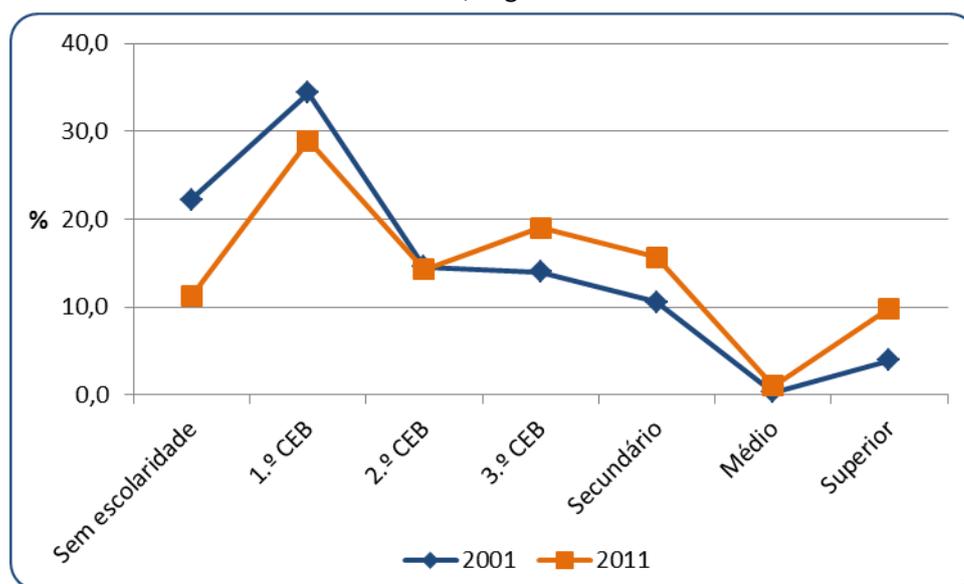
Nível de escolaridade	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
Sem nível de escolaridade	1.675	22,2	951	11,2
1.º Ciclo do Ensino Básico	2.595	34,4	2.447	28,9
2.º Ciclo do Ensino Básico	1.102	14,6	1.212	14,3
3.º Ciclo do Ensino Básico	1.057	14,0	1.612	19,0
Secundário	796	10,6	1.324	15,6
Médio	22	0,3	89	1,1
Superior	296	3,9	831	9,8
Total	7.543	100,0	8.466	100,0

Fontes de Dados: INE -XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: Pordata

Olhando para o gráfico é possível ver que a percentagem de pessoas com 2.º CEB e com Ensino Médio se manteve praticamente inalterada, não havendo também grande alteração na percentagem de pessoas com o 3.º CEB e com o Ensino Secundário.

Gráfico n.º 12 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo, mais elevado, segundo os Censos



Fontes de Dados: INE -XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: Pordata

1.5.5. População estrangeira

A população estrangeira com estatuto legal de residente, no período entre 2010 e 2013, tem vindo a diminuir no concelho. Em 2010 o valor situava-se em 420 indivíduos, sendo que em 2013 passou para 306 (menos 114 indivíduos).

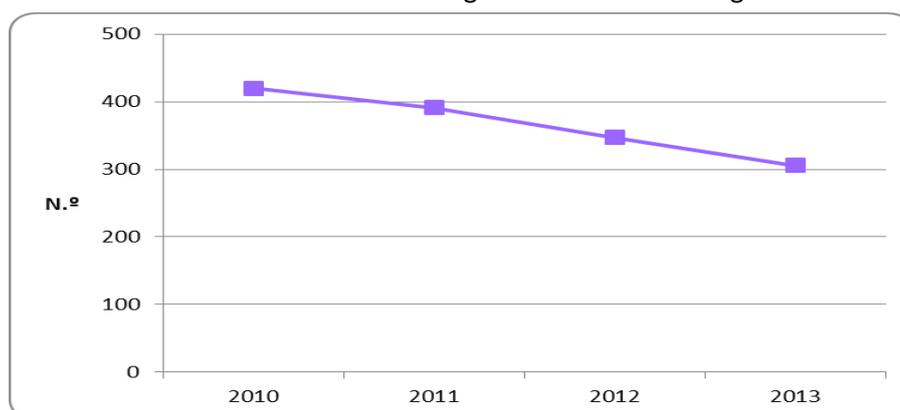
Quadro n.º 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente segundo as principais nacionalidades por município

Nacionalidade	2010		2011		2012		2013	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Brasil	204	48,6	185	47,3	159	45,8	129	42,2
Ucrânia	88	21,0	81	20,7	70	20,2	62	20,3
Cabo Verde	9	2,1	13	3,3	8	2,3	7	2,3
Roménia	18	4,3	19	4,9	19	5,5	18	5,9
Angola	12	2,9	9	2,3	6	1,7	8	2,6
Guiné Bissau	1	0,2	1	0,3	3	0,9	3	1,0
Reino Unido	1	0,2	1	0,3	1	0,3	1	0,3
Moldávia	46	11,0	43	11,0	36	10,4	34	11,1
China	1	0,2	7	1,8	10	2,9	10	3,3
São Tomé e Príncipe	12	2,9	7	1,8	12	3,5	10	3,3
Outras Nacionalidades	28	6,7	25	6,4	23	6,6	24	7,8
Total	420	100	391	100	347	100	306	100

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2010 a 2013

No gráfico seguinte é possível ver que entre 2010 e 2013 a tendência de decréscimo foi sempre consistente, sendo mais acentuada a partir de 2011.

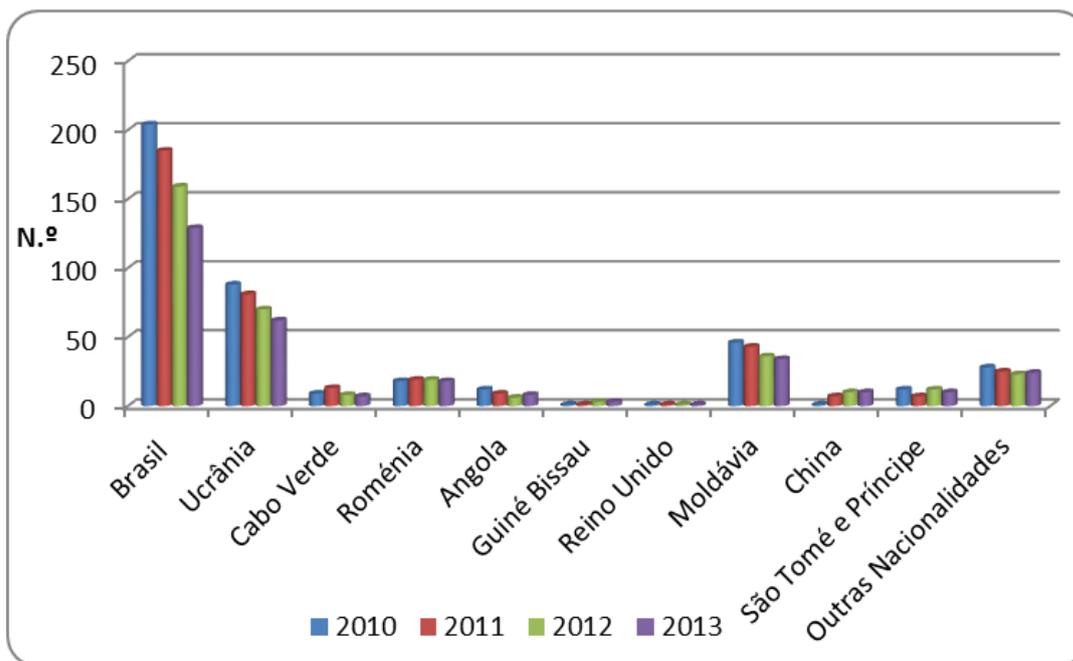
Gráfico nº 13 - N.º de residentes estrangeiros com estatuto legal no concelho de SMA



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2010 a 2013

Da leitura do gráfico seguinte, é possível verificar que a nacionalidade estrangeira com maior expressão no concelho é a brasileira, representando sempre mais de 40% da população estrangeira. É também a variação das pessoas de nacionalidade brasileira entre 2010 e 2013 que explica a maior variação no número total, seguida da variação das pessoas com nacionalidade ucraniana. As restantes nacionalidades têm variações pouco expressivas e pesos reduzidos no total da população estrangeira.

Gráfico n.º 14 - População estrangeira com estatuto legal de residente segundo as principais nacionalidades



Apesar de não estarem disponíveis nem dados censitários de 2011 sobre a população estrangeira, nem dados dos anuários estatísticos anteriores a 2010, o número que os Censos de 2001 apresenta – 159 indivíduos de nacionalidade estrangeira – permite pressupor que no período intercensitário se registaram grandes variações no número de pessoas com nacionalidade estrangeira.

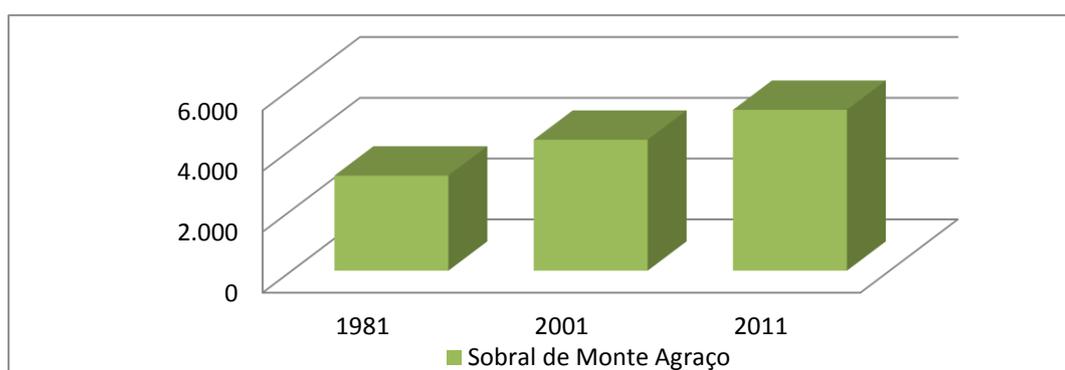
2. CARACTERIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS CONCELHIAS

2.1. Habitação

O Instituto Nacional de Estatística define alojamento familiar clássico como um *alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou uma passagem comum no interior do edifício.*

No concelho de Sobral de Monte Agraço, o número de alojamentos familiares clássicos, era de 3130 em 1981, de 4 309 em 2001 e 5 294 alojamentos em 2011 (dados censitários).

Gráfico nº 15 – Alojamentos familiares clássicos, em 1981, 2001 e 2011



Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação
Fonte: PORDATA

Nos momentos intercensitários apresentados existiu sempre um aumento no número de alojamentos. Entre 2001 e 2011, esse acréscimo foi de 945 alojamentos. A maioria dos alojamentos familiares clássicos está ocupada, sendo pouco expressiva a percentagem de alojamentos que, até aos censos de 2001, se encontravam vagos, quer para aluguer, quer por outros motivos. De 2001 para 2011 assistiu-se a um aumento de seis pontos percentuais do número de alojamentos vagos por outros casos, ou seja, todas as situações em que os alojamentos não estão ocupados mas também não estão disponíveis para serem arrendados (segundas habitações, por exemplo). Contrariamente, os valores dos alojamentos vagos para aluguer de 2001 e 2011 são inferiores aos dos censos de 1960.

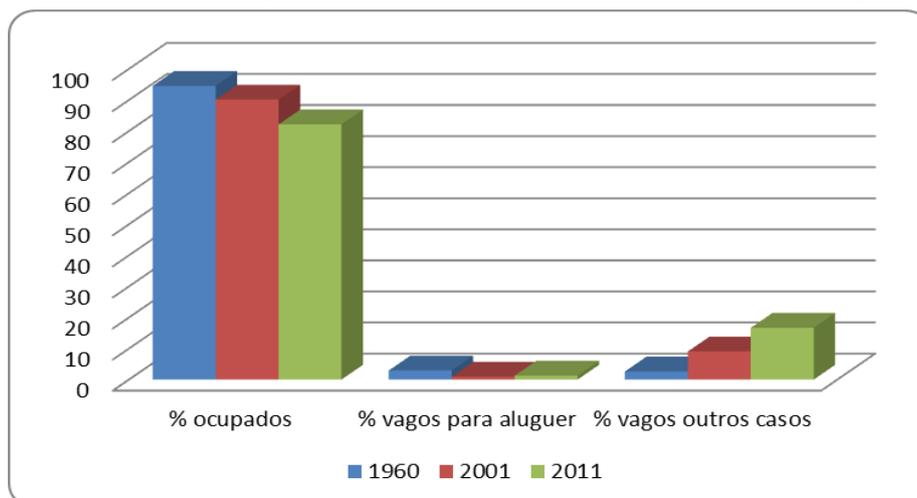
Quadro nº 11 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação

	Ocupados		Vagos para aluguer		Vagos outros casos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1960	2.367	94,5	73	2,9	65	2,6
2001	3.881	90,1	39	0,9	389	9,0
2011	4.347	82,1	66	1,2	881	16,7

Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação
Fonte: PORDATA

Graficamente:

Gráfico nº 16 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação

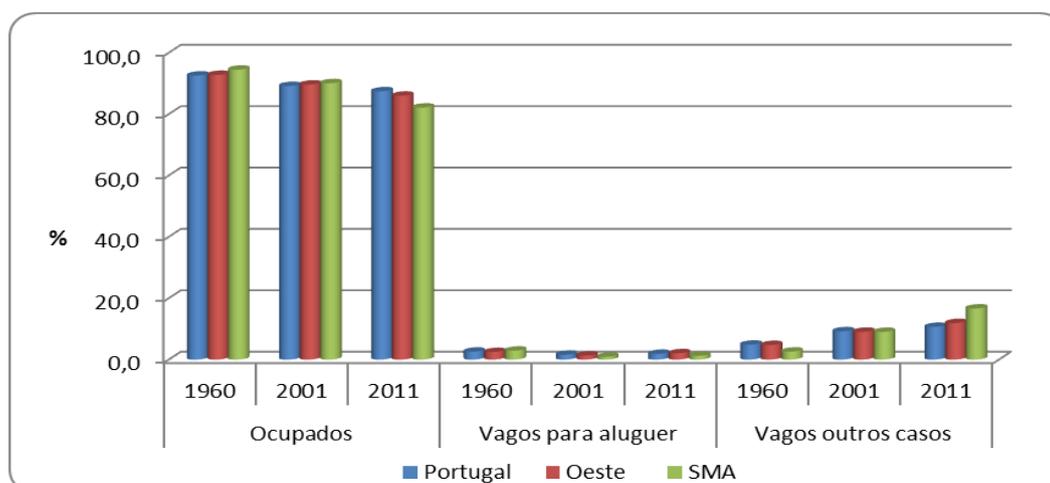


Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: PORDATA

Os valores concelhios relativos à forma de ocupação são próximos dos valores do Oeste e dos valores nacionais. Através da leitura do gráfico seguinte é possível verificar que a diferença mais assinalável é no ano de 2011, em que a proporção concelhia de alojamentos vagos por outras situações que não a de aluguer é superior à do Oeste. Paralelamente assiste-se à diminuição dos alojamentos ocupados no concelho.

Gráfico n.º 17 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação em SMA, Oeste e Portugal

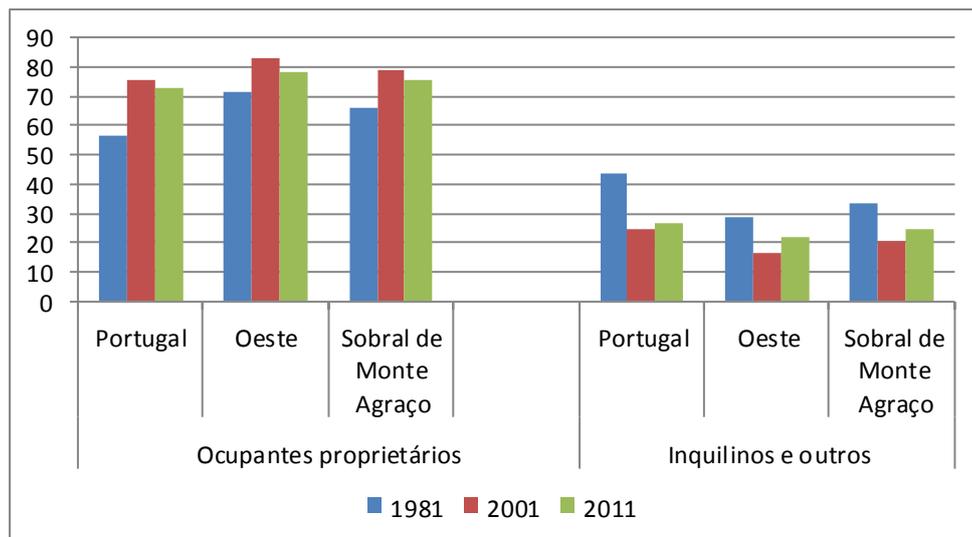


Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: PORDATA

No concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2011, dos 4.347 alojamentos familiares clássicos ocupados, 3.827 são alojamentos familiares clássicos de residência habitual. A maioria (2.884) é ocupada pelos proprietários, sendo os restantes 943 ocupados por inquilinos e outros. Proporcionalmente os valores são próximos dos valores do Oeste, apresentando maior variação quando comparados com os dados nacionais, em que a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários é menor. O gráfico seguinte permite ver a evolução nestas três unidades territoriais para os anos de 1981, 2001 e 2011.

Gráfico n.º 18 - Proporção de ocupantes proprietários, inquilinos e outros, em Portugal, no Oeste e em SMA, em 1981, 2001 e 2011



Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: PORDATA

Voltando a olhar para os dados concelhios, verifica-se que, em 2011, perto de metade (43,8%) das pessoas que têm casa própria têm também encargos com a aquisição da habitação. Este número contrasta com o de 1981, em que apenas 6% das pessoas proprietárias tinham esse encargo.

Quadro n.º 12 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários segundo os Censos: total e por existência de encargos de compra

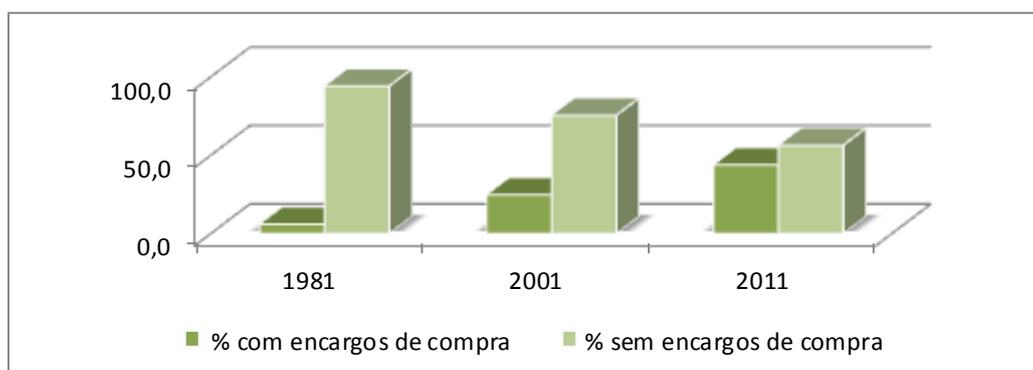
	Total	Com encargos de compra		Sem encargos de compra	
		N.º	%	N.º	%
1981	1.730	103	6,0	1.627	94,0
2001	2.539	626	24,7	1.913	75,3
2011	2.884	1.262	43,8	1.622	56,2

Fonte de dados: INE

Fonte: Pordata

Graficamente:

Gráfico nº 19 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários segundo os Censos: por existência de encargos de compra



Fonte de dados: INE

Fonte: Pordata

Quanto aos alojamentos familiares clássicos ocupados por inquilinos, ou seja, arrendados, os dados censitários revelam que em 1981 havia 737 alojamentos arrendados, em 2001 houve uma redução para 503 alojamentos e em 2011 assistiu-se a um novo aumento para 630 alojamentos arrendados.

Seguidamente apresenta-se a distribuição dos alojamentos por escalão de renda. Em cada um dos anos censitários que aqui apresentamos (1981, 2001 e 2011), os escalões de renda são diferentes. Aqui apresentamos os valores desagregados tal como foram disponibilizados e no final apresentamos um gráfico comparativo que irá agregar grandes intervalos, mas que não reflete com exatidão os valores censitários. Permitirá antes, uma leitura de conjunto.

Quadro n.º 13 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda - 1981

	1981	
	N.º	%
Menos de €14,96	683	92,7
€14,97 -€ 34,91	53	7,2
€34,92 -€ 59,85	1	0,1
€59,86 ou mais	0	0,0
Total	737	100,0

Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: INE

Quadro n.º 14 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda - 2001

Escalões de renda	2001	
	N.º	%
Menos de €14,96	83	16,5
€14,96-€34,91	42	8,3
€34,92 - €59,85	50	9,9
€59,86 - €99,75	39	7,8
€99,76 - €149,63	36	7,2
€149,64 - €199,51	50	9,9
€199,52 - €249,39	45	8,9
€249,40 - 299,27	55	10,9
€299,28 - €399,03	56	11,1
€299,28 - €399,03	41	8,2
€399,04 - €498,79	5	1,0
€498,80 ou mais	1	0,2
Total	503	100,0

Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: INE

Quadro n.º 15 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por Escalão de Renda - 2011

Nº	2011	%
Menos de 100€	103	16,3
100€ - 199,99€	76	12,1
200€-299,99€	206	32,7
300€ - 399,99€	204	32,4
400€-499,99€	20	3,2
500€ ou mais	21	3,3
Total	630	100,0

Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: INE

Quadro n.º 16 - Escalões de renda agregados – alojamentos familiares clássicos arrendados: 1981, 2001 e 2011

N.º	1981		2001		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 100€	737	100	214	42,5	103	16,3
100€ - 300€	0	0	186	37,0	282	44,8
€301-500	0	0	102	20,3	224	35,6
500€ ou mais	0	0	1	0,2	21	3,3
Total	737		503	100,0	630	100,0

Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: INE

Da leitura dos quadros anteriores, é possível verificar que entre 1981 e 2001 o número de casas arrendadas tem vindo a diminuir. Em 2011 há um aumento relativamente a 2001, mas sem chegar aos valores de 1981.

Quanto aos valores, as alterações são significativas: enquanto em 1981 as rendas abaixo de €14,96 representavam 92,7% do número total de alojamentos, em 2001 esse escalão de renda englobava já menos de 20% (16,5). Em 2011 esse valor não aparece desagregado, mas os alojamentos familiares clássicos com renda de menos de €100 representava 16,3%.

Ao contrário dos anos anteriores, o escalão de renda que engloba a maioria dos alojamentos é o dos €100 e aos €300.

Mesmo considerando as necessárias atualizações dos valores (por exemplo, 10 000\$ correspondem a €311,18 em 2015 - cf. Conversor PORDATA) é possível concluir que em Sobral de Monte Agraço existiu um aumento absoluto nos valores das rendas entre 1981 e 2011.

Também relativamente ao número de divisões dos alojamentos familiares clássicos houve uma alteração significativa entre 1960 e 2011. Enquanto até 1981 os alojamentos com três divisões representavam cerca de 70% dos alojamentos, de 2001 em diante assistiu-se ao aumento do número de divisões por alojamento. São os alojamentos com quatro e cinco divisões os mais frequentes, representando mais de metade do número total de alojamentos.

Quadro n.º 17 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por número de divisões

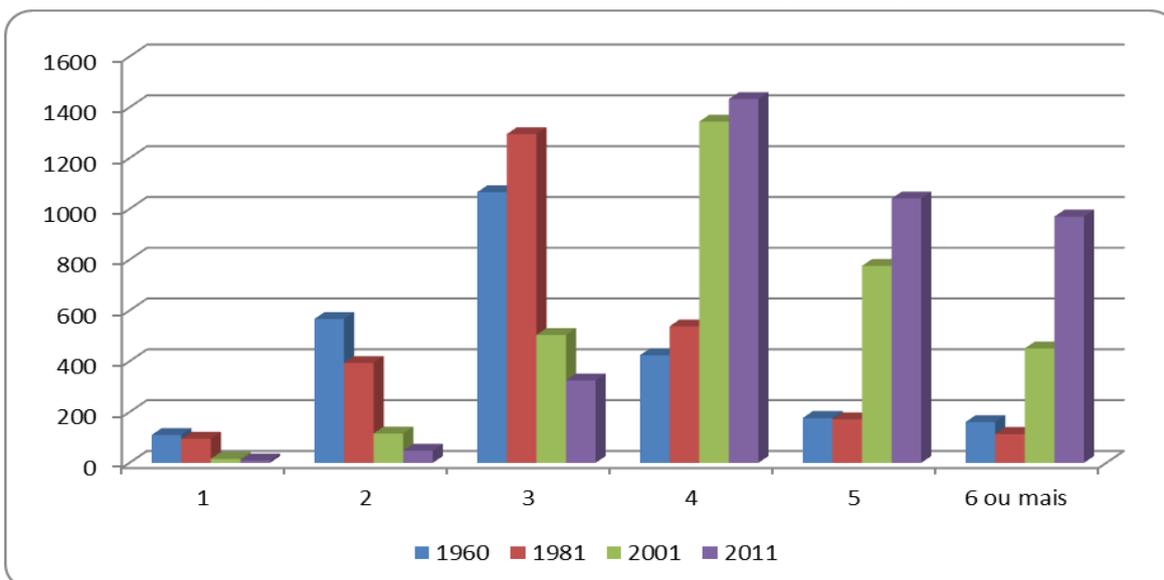
	N.º de divisões												Total
	1		2		3		4		5		6 ou +		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
1960	110	4,4	567	22,6	1.066	42,6	424	16,9	177	7,1	161	6,4	2.505
1981	95	3,6	394	15,1	1.295	49,7	538	20,6	172	6,6	114	4,4	2.608
2001	16	0,5	116	3,6	504	15,7	1.344	41,9	776	24,2	451	14,1	3.207
2011	10	0,3	48	1,3	325	8,5	1.433	37,4	1.041	27,2	970	25,3	3.827

Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: INE

Graficamente:

Gráfico nº 20 - Alojamento familiar clássico por nº de divisões, em 1960, 1981, 2001 e 2011



Fontes de Dados: INE - X Recenseamento Geral da População (1960) | II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação (a partir de 1981)

Fonte: PORDATA

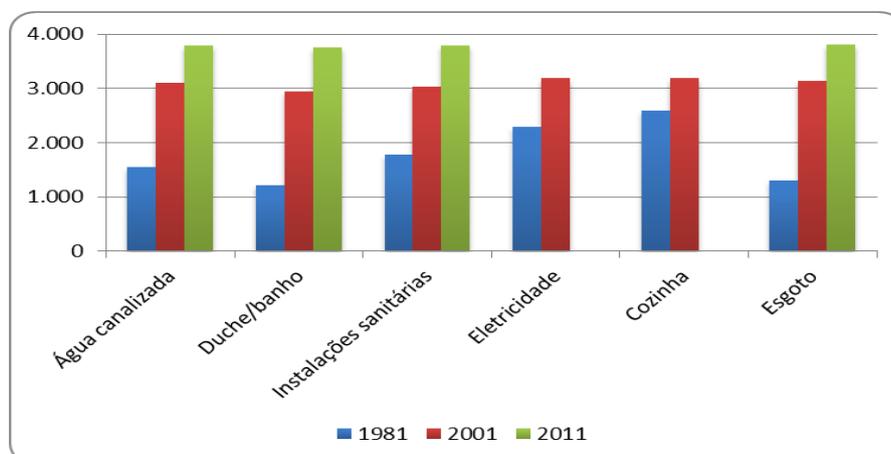
Relativamente a alojamentos familiares ocupados por instalações existentes, analisando os anos correspondentes a 1981, 2001 e 2011, a situação é a seguinte: em números absolutos, em 1981 cerca de 1.541 alojamentos possuíam água canalizada, 1.221 alojamentos tinham duche, 1.781 instalações sanitárias, 2.293 com eletricidade, 2.586 alojamentos com cozinhas e 1.309 com esgoto.

No ano de 2001, verifica-se a existência de 3.106 alojamentos com água canalizada, 2.948 alojamentos com duche, 3.029 com instalações sanitárias, 3.192 alojamentos com eletricidade, 3.193 com cozinha e 3.140 alojamentos com esgoto.

Em 2011, foram identificados 3.796 alojamentos com água canalizada, 3.748 alojamentos com duche, 3.790 alojamentos com instalações sanitárias e 3.806 com esgoto.

Graficamente:

Gráfico nº 21 - Alojamentos familiares clássicos ocupados por instalações existentes



Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação

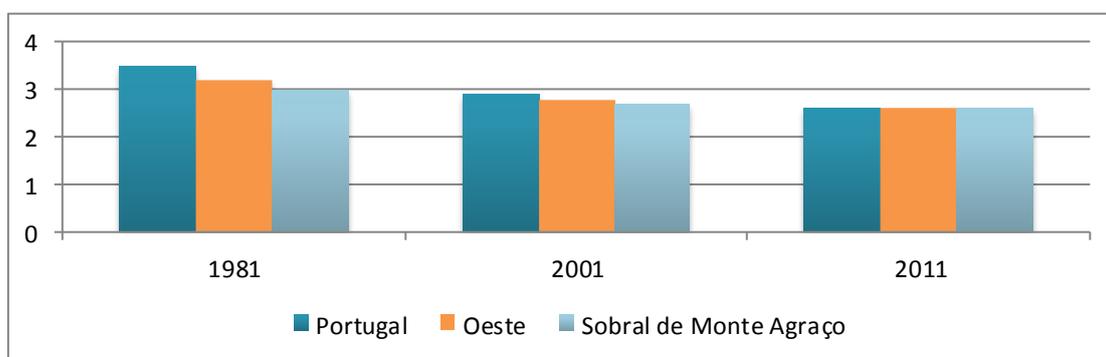
O quadro seguinte permite ver a proporção de alojamentos por instalações previstas nos Censos:

Quadro nº 18 - Proporção de alojamentos familiares clássicos ocupados por instalações existentes

	Total de alojamentos familiares ocupados por instalações existentes	Água canalizada	Eletricidade	Duche/banho	Instalações sanitárias	Cozinha	Esgotos
1981	2.618	58,9	87,6	46,6	68	98,8	50
2001	3.223	96,4	99,1	91,5	94	99,1	97,4
2011	3.830	99,1	n.d.	97,9	99	n.d.	99,4

Relativamente ao número médio de pessoas residentes nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, verifica-se em 1981 e em Portugal, 3,5 de valor médio de residentes, no Oeste 3,2 e em SMA 3. No ano de 2011, em Portugal, no Oeste e em Sobral de Monte Agraço, o valor médio é de 2,6.

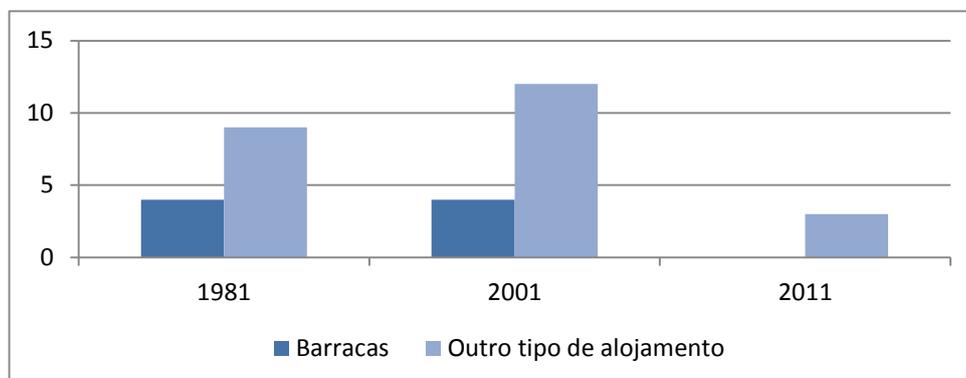
Gráfico nº 22 - Nº médio de residentes em alojamentos familiares clássicos de residência habitual, em Portugal, no Oeste e em Sobral de Monte Agraço, em 1981, 2001 e 2011



Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação
 INE - X Recenseamento Geral da População (1960)
 | II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação (a partir de 1981)
 Fonte: PORDATA

Em relação a alojamentos familiares não clássicos em Sobral de Monte Agraço, em 1981 existiam 4 barracas e 9 outros tipos de alojamento. Em 2001, existiam 4 barracas e 12 outros tipos de alojamento. No ano de 2011, contabilizaram-se 3 outros tipos de alojamento e deixaram de existir barracas.

Gráfico nº 23 - Alojamentos familiares não clássicos, por tipo de alojamento, em Portugal, no Oeste e em Sobral de Monte Agraço, em 1981, 2001 e 2011



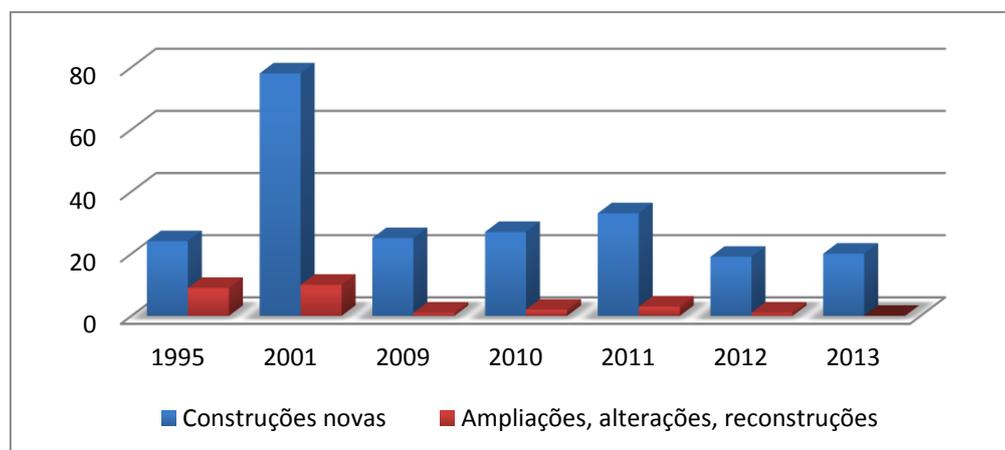
Fontes de Dados: INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação

Como podemos verificar no gráfico, no que concerne ao número de edifícios concluídos para habitação familiar, verifica-se que no ano de 1995 existiram 25 construções novas e 9 ampliações, alterações ou reconstruções.

Em 2001, 78 edifícios foram construídos e 10 ampliados, alterados ou reconstruídos. No ano de 2009, construíram-se 25 edifícios e 1 ampliação, alteração ou reconstrução. Em 2010, existiram 27 construções e 2 ampliações, alterações ou reconstruções. No ano de 2011, verificamos que 33 edifícios foram construídos e 3 foram ampliados, alterados ou reconstruídos.

Em 2012, houve 19 construções novas e 1 ampliação, alteração ou reconstrução. No ano de 2013, verificam-se 20 construções novas e nenhuma ampliação, alteração ou reconstrução.

Gráfico nº 24 - Construções novas, ampliações, alterações, reconstruções, em 1995, 2001, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013



Fontes de Dados: INE - Estatísticas das Obras Concluídas
Fonte: PORDATA

2.2 Atividade Económica

2.2.1 População ativa

De acordo com a definição do Instituto Nacional de Estatística (INE), a atividade económica é “Uma atividade que resulta de uma combinação de recursos, tais como equipamentos, mão-de-obra, técnicas de fabricação, redes de informação e produtos, que conduzem à criação de bens ou de serviços determinados. A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços”. (www.ine.pt – metainformação) A atividade económica é habitualmente agrupada em três grandes setores: Primário, Secundário e Terciário.

O setor primário inclui a agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral. O setor secundário inclui a indústria transformadora e a construção. O setor terciário inclui os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Tradicionalmente, a estrutura económica do concelho dependia sobretudo do setor primário que ocupava a grande maioria da população ativa residente (cerca de 74,3% em 1960). Mas o seu peso tem vindo a diminuir e em 1981 o setor primário já era o que menos população empregava, embora se assistisse a uma distribuição muito equilibrada entre os três setores. De 1981 para 2001 a diminuição de pessoas a trabalhar no setor primário foi muito mais expressiva: passou de um terço para 6%. E em 2011 ainda voltou a descer para 3%.

Esta diminuição da população empregada no setor primário contrasta com o aumento progressivo do setor terciário. De 13,2% em 1960, passou-se para 70% em 2011. O setor secundário foi o que, desde 1981, apresenta valores mais estáveis (32,5 em 1981 e 27% em 2011).

Quadro n.º 19 - População empregada por setor de atividade

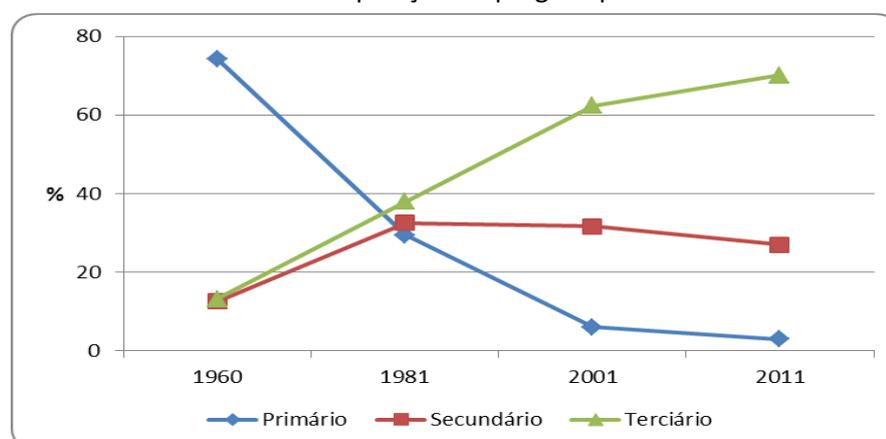
Anos	Total	Primário		Secundário		Terciário	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
1960	3.148	2.339	74,3	393	12,5	416	13,2
1981	2.985	880	29,5	972	32,5	1.133	38,0
2001	4.092	247	6,0	1.295	31,6	2.550	62,3
2011	4.575	136	3,0	1.234	27,0	3.205	70,0

Fonte de dados: INE, Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Graficamente:

Gráfico n.º 25 - População empregada por setor de atividade



Fonte de dados: INE, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Por outro lado, a população empregada é apenas uma parte da população ativa. De facto, a população ativa de um determinado território define-se como o conjunto de indivíduos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). A legislação nacional tem vindo a estabelecer idades progressivamente mais altas como limite de pertença à população ativa (a idade mínima em 1960 eram os 10 anos, em 1981 estava fixada nos 12 anos e a partir de 2001 nos 15 anos). Este aspeto tem de ser levado em consideração na leitura do quadro seguinte.

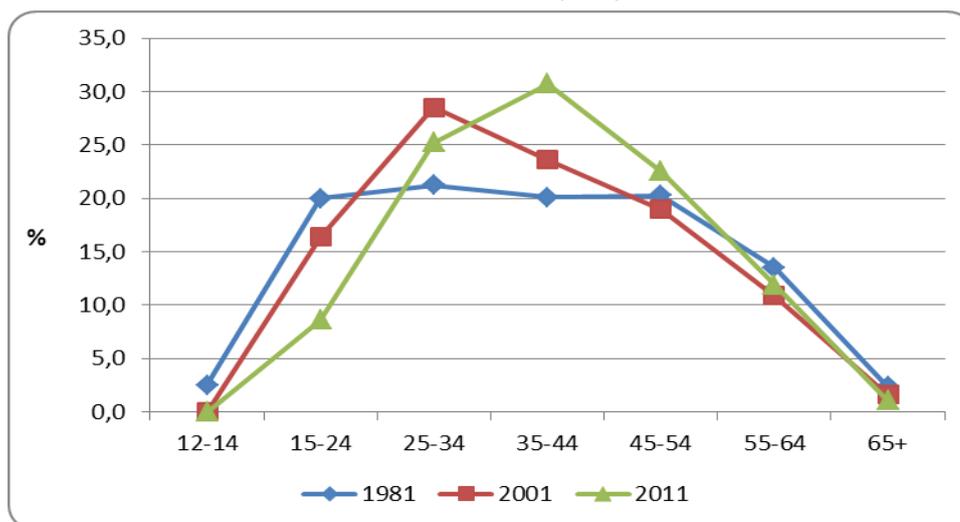
Quadro n.º 20 - População ativa por faixa etária

Faixas Etárias	1981		2001		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
12-14	79	2,5	//	0,0	//	0,0
15-24	625	20,0	704	16,4	432	8,6
25-34	664	21,2	1.225	28,5	1.265	25,2
35-44	629	20,1	1.014	23,6	1.541	30,7
45-54	633	20,2	815	19,0	1.130	22,5
55-64	422	13,5	466	10,9	598	11,9
65+	74	2,4	68	1,6	53	1,1
Total	3.126	100,0	4.292	100,0	5.019	100,0

Fonte de dados: INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Gráfico n.º 26 - População ativa



Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

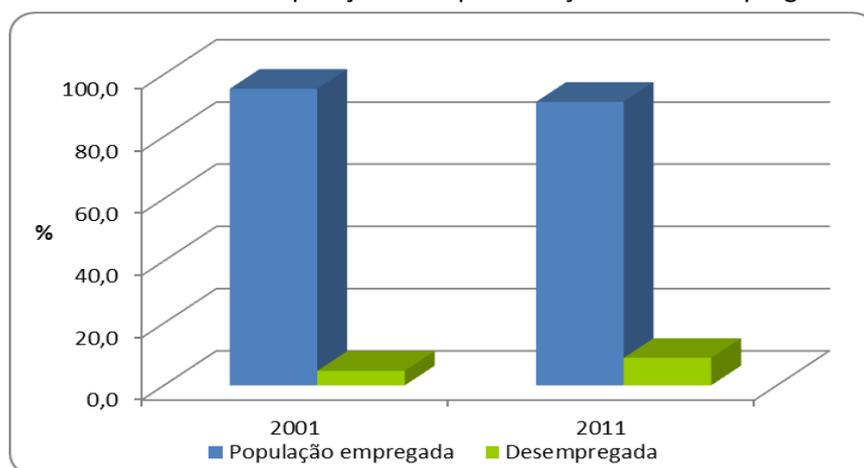
Quadro n.º 21 - População ativa por situação face ao emprego

	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
População empregada	4092	95,3	4575	91,2
População desempregada	200	4,7	444	8,8
Total	4292	100,0	5019	100,0

Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Os dados censitários de 2011 desagregaram o número de pessoas desempregadas entre aquelas que estão à procura de 1.º emprego (71 pessoas) e as que estão à procura de um novo emprego (373 pessoas).

Gráfico n.º 27 - População ativa por situação face ao emprego



Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

O quadro seguinte apresenta os valores da taxa de atividade⁴ segundo os Censos: total e por sexo do país, da região Oeste e de Sobral de Monte Agraço.

Quadro n.º 22 - Taxa de atividade segundo os Censos: total e por sexo

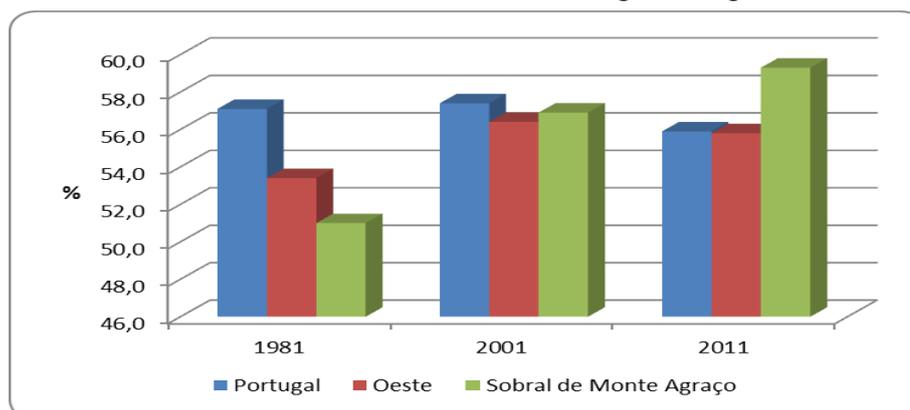
Territórios	Total			Sexo					
				Masculino			Feminino		
Anos	1981	2001	2011	1981	2001	2011	1981	2001	2011
Portugal	57,1	57,4	55,9	78,2	66	61,4	38,2	49,4	51
Oeste	53,4	56,4	55,8	78,9	66,1	61,7	28,7	47,3	50,4
SMA	51,0	56,9	59,3	78,4	66,2	65	24,3	48,1	53,8

Fontes de dados: INE, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

O gráfico seguinte mostra que houve um crescimento na taxa total de atividade entre 1981 e 2011, crescimento que permitiu ultrapassar, em 2011, quer os valores nacionais quer os regionais.

Gráfico n.º 28 - Taxa de atividade total em Portugal, na região Oeste e em SMA



Fontes de dados: INE, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

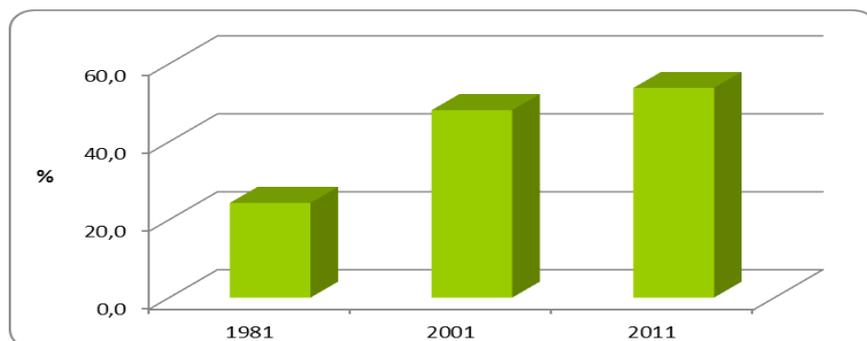
Fonte: PORDATA

Quando analisamos os dados concelhios da taxa de atividade feminina, percebe-se que seguiu a mesma tendência de crescimento da taxa total. Mantém-se, assim, o movimento de aproximação da taxa de atividade

⁴ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos (INE- Metainformação).

feminina à masculina, fenómeno que é particularmente expressivo em Portugal, quando comparado com outros países da Europa (cf. Dados da Eurostat).

Gráfico nº 29 – Taxa de atividade feminina em Sobral de Monte Agraço



Fontes de dados: INE, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Em 2011 a população ativa representava 49,4% do total da população. Desta percentagem, 91,2% tinha emprego. Cruzando os dados censitários com outras fontes, será possível obter um registo mais atualizado da situação concelhia. Os dados da Segurança Social sobre as empresas sedeadas no concelho com declaração de remuneração à Segurança Social permitem observar que entre 2013 e 2014 se assistiu a uma contração no seu número. Das 434 existentes em 2009, passaram para 380 em 2014 (variação negativa de 54 entidades).

Quadro n.º 23 - Entidades empregadoras com declaração de remuneração à Segurança Social

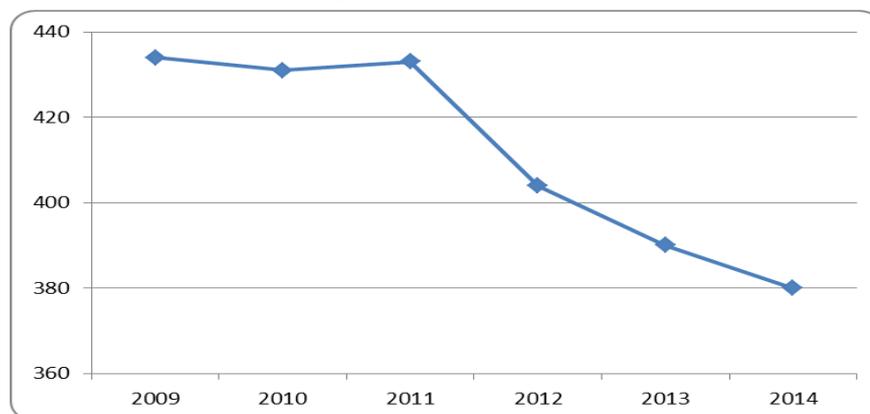
Entidades Empregadoras		
Ano	N.º	Varição
2009	434	---
2010	431	-3
2011	433	+2
2012	404	-29
2013	390	-14
2014	380	-10

Fontes de Dados: II/MSESS

Fonte: PORDATA

Com exceção do ano de 2011, em que se registou um aumento de três entidades empregadoras face ao ano transato, nos restantes houve sempre uma diminuição. O ano de 2012 foi aquele em que a redução foi mais acentuada.

Gráfico n.º 30- Entidades empregadoras com declaração de remuneração à Segurança Social

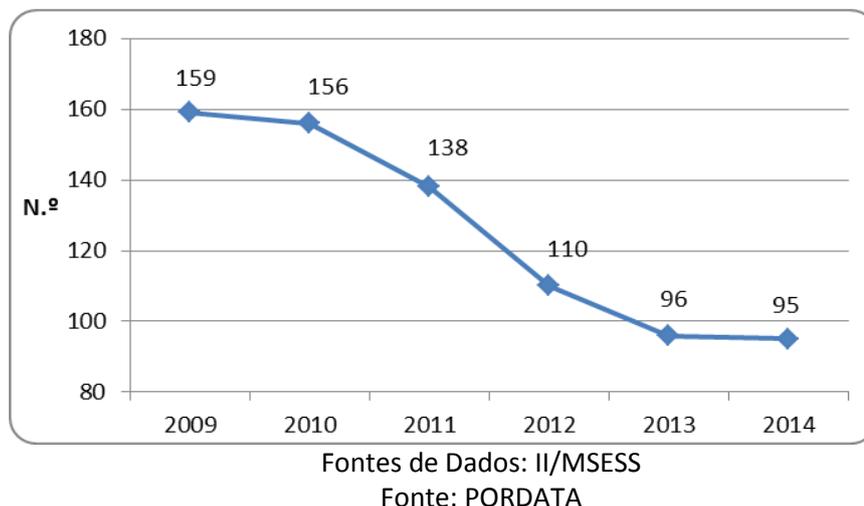


Fontes de Dados: II/MSESS

Fonte: PORDATA

Também o número de pessoas com contribuição de serviço doméstico paga à Segurança Social tem vindo a conhecer um decréscimo significativo. Em 2009 eram 159 as pessoas que estavam registadas na Segurança Social como trabalhadores/as de serviço doméstico. Em 2014, o número situava-se nos 95 indivíduos, sendo que no período em análise a tendência foi sempre decrescente. O ano de quebra mais acentuada foi de 2011 para 2012 (variação de 28 pessoas).

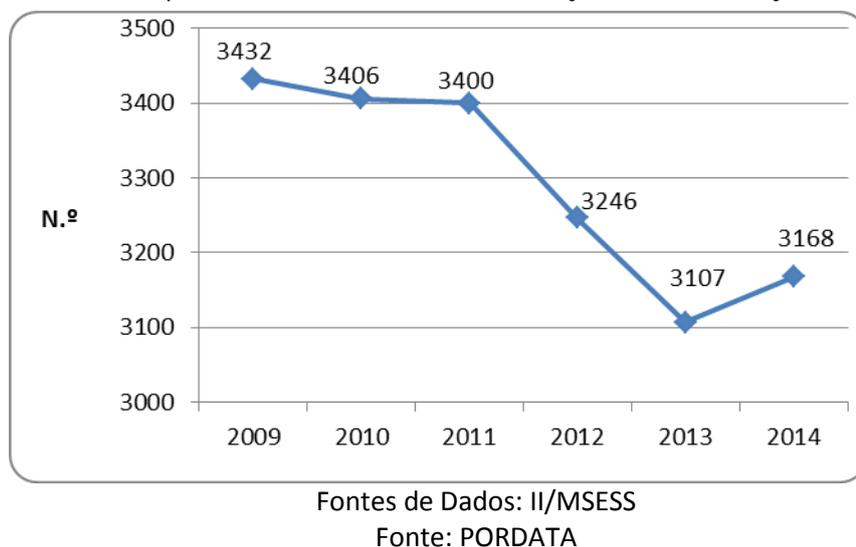
Gráfico n.º 31 - Indivíduos com contribuição de serviço doméstico paga à Segurança Social



Já o número de trabalhadores/as por conta de outrem registou uma evolução diferente no período 2009-2014. Entre 2009 e 2011 este número registou uma quebra ligeira (a diferença foi de 32 pessoas); entre 2011 e 2013 a diminuição foi bastante acentuada (menos 293 pessoas); em 2014 assistiu-se a uma ligeira recuperação, com um saldo positivo de 61 trabalhadores/as por conta de outrem.

Graficamente:

Gráfico n.º 32 - Trabalhadores por conta de outrem com declaração de remuneração à Segurança Social



2.2.2 População inativa

A população inativa inclui todas as pessoas que, apesar de terem 15 ou mais anos não estão disponíveis para o exercício de uma atividade económica. Incluem-se aqui, entre outros, estudantes, domésticos/as, reformados/as e pessoas incapacitadas.

O quadro seguinte apresenta os valores de alguns anos censitários, e a sua leitura permite ver que entre 1960 e 2011 se registaram grandes alterações. Enquanto em 1960 as pessoas domésticas representavam 76,7% da população inativa, em 2011 esse valor situava-se nos 13,3%. Também o peso das pessoas reformadas sofreu uma alteração muito significativa: de 0,6% em 1960, passou para quase 60% em 2011.

Quadro n.º 24- População inativa por categoria

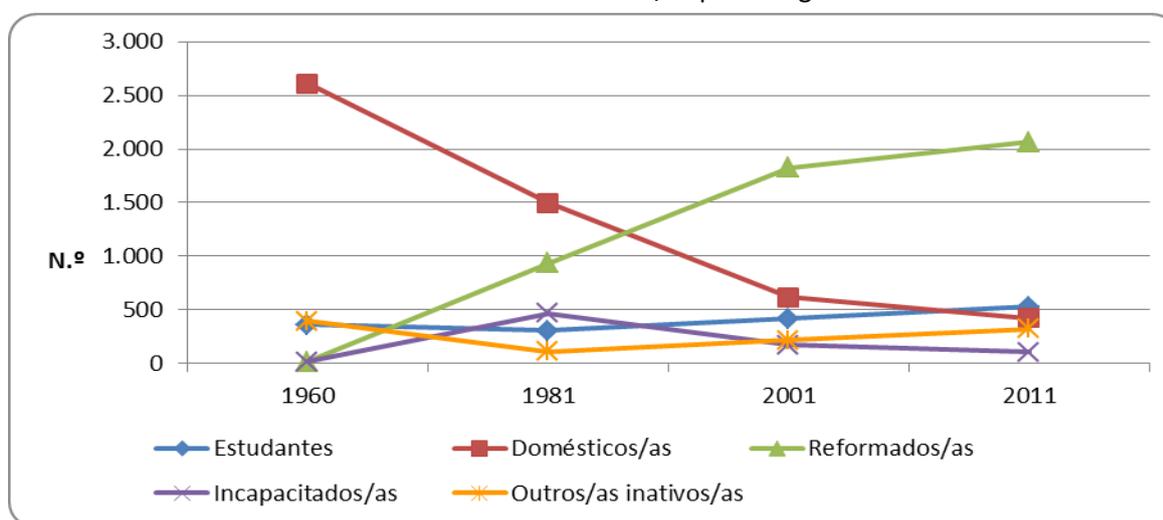
Anos	Total	Estudantes		Domésticos/as		Reformados/as		Incapacitados/as		Outros/as inativos/as	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1960	3.402	362	10,6	2.610	76,7	19	0,6	18	0,5	393	11,6
1981	3.318	305	9,2	1.495	45,1	936	28,2	469	14,1	113	3,4
2001	3.251	419	12,9	616	18,9	1.826	56,2	173	5,3	14,1	6,7
2011	3.447	529	15,3	425	12,3	2.066	59,9	105	3,0	5,3	9,3

Fonte de dados: INE, X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Graficamente:

Gráfico n.º 33 - N.º de inativos/as por categoria



Fonte de dados: INE, X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

A desagregação da população inativa por sexos permite constatar que o sexo feminino tem vindo a perder peso no total dos/as inativos/as. Em 1960 as mulheres representavam 89,8% da população inativa. Em 2011 esse valor desceu para 58%, ou seja, quase não existe sobre representação de um dos sexos neste indicador.

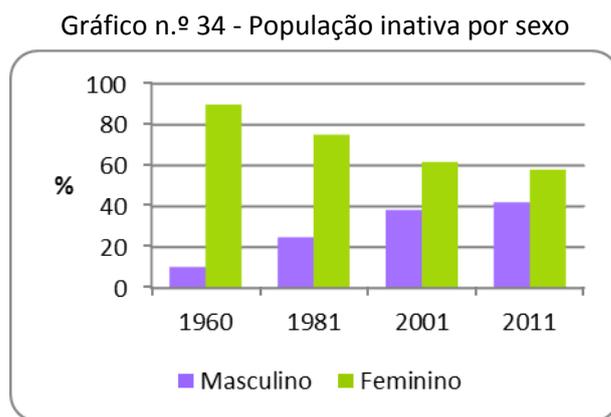
Quadro n.º 25 - População inativa segundo os Censos: total e por sexo

Anos	Total	Masculino	%	Feminino	%
1960	3.402	348	10,2	3054	89,8
1981	3.318	826	24,9	2492	75,1
2001	3.251	1244	38,3	2007	61,7
2011	3.447	1447	42,0	2000	58,0

Fonte de dados: INE, X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Graficamente:



Fonte de dados: INE, X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

2.3. Emprego

2.3.1. População Ativa

A população ativa, de acordo com a definição do INE, refere-se à população com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

Segundos os Censos, em 2001, a população ativa era constituída por 4 292 pessoas, conforme o quadro abaixo. Em 2011 tinha aumentado para 5 019 pessoas.

Quadro n.º 26- População ativa segundo os Censos de 2001 e 2011: total e por grupo etário

	15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65 e +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
2001	704	16,4	1225	28,5	1014	23,6	815	19,0	466	10,9	68	1,6	4 292
2011	432	8,6	1265	25,2	1541	30,7	1130	22,5	598	11,9	53	1,1	5 019

Fontes de Dados: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Em 2011, das 5 019 pessoas residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço que constituíam a população ativa, 136 pessoas (2,7%) estavam empregadas no setor primário, 1234 (24,6%) trabalhavam no setor secundário, 3205 (63,9%) no setor terciário. Estavam 444 pessoas em situação de desemprego, 71 das quais (1,4%) à procura do primeiro emprego e 373 (7,4%) à procura de um novo emprego.

Considerando que em 2001, a população ativa representava 48,1% da população total (8927 habitantes), em 2011 a população ativa passou a representar 49,4 % do total.

44

Os quadros seguintes apresentam estes dados desagregados por freguesia:

Quadro n.º 27 - População com e sem atividade económica segundo os Censos de 2011: total e por freguesia

	N.º de residentes sem atividade económica	N.º de residentes empregados no setor primário	N.º de residentes empregados no setor secundário	N.º de residentes empregados no setor terciário
Concelho de SMA	3447	136	1234	3205
Santo Quintino	1236	53	502	1099
Sapataria	1008	47	392	944
SMA	1203	36	340	1162

Fonte de Dados: INE - XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Quadro n.º 28 - N.º de desempregados/as segundo os Censos de 2011: total e por freguesia

	N.º de residentes desempregados/as à procura de 1.º emprego	N.º de residentes desempregados/as à procura de novo emprego
Concelho de SMA	71	373
Santo Quintino	27	166
Sapataria	13	101
SMA	31	106

Fonte de Dados: INE - XV Recenseamento Geral da População
Fonte: PORDATA

De referir que à data dos Censos de 2011 cerca de metade da população empregada (2037 – 44,5%) residia e trabalhava no concelho de Sobral de Monte Agraço (INE - XV Recenseamento Geral da População). Os dados dos Censos de 2011 relativos ao número de pessoas desempregadas, que se encontram à procura do primeiro emprego (71) e o número de pessoas desempregadas, à procura de novo emprego (373), num total de 444 pessoas, diverge do número médio de pessoas inscritas no Centro de Emprego no ano de 2011, número que será apresentado mais à frente (21 pessoas à procura do 1.º emprego e 309 pessoas à procura de novo emprego).

A diferença pode ser explicada quer pelo facto de, num caso, os dados se reportarem ao momento censitário, noutra à média anual (valor agregado), e também pelo facto de nem todas as pessoas em situação de desemprego fazerem a inscrição no Centro de Emprego. Não obstante a não inscrição de pessoas desempregadas no Centro de Emprego, os dados referentes a essa inscrição são os que estão disponíveis com maior detalhe e, por essa via, os que melhor permitem caracterizar o desemprego no concelho de Sobral de Monte Agraço.

2.3.2. População Desempregada

O quadro seguinte mostra a evolução do n.º de pessoas desempregadas, inscritas no Centro de Emprego, residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, entre 2004 e 2014. Há uma tendência de aumento do número de pessoas inscritas, destacando-se os anos de 2009 e 2012 como sendo aqueles em que a variação do aumento face ao ano anterior foi mais expressiva.

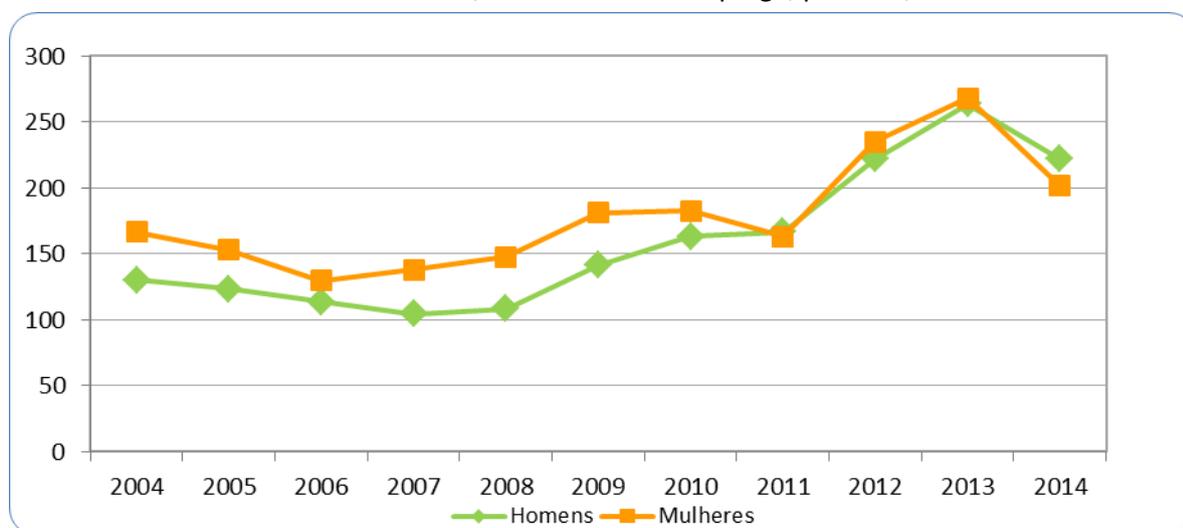
Quadro n.º 29 - N.º de pessoas desempregadas, residentes no concelho de SMA, inscritas no Centro de Emprego entre 2004 e 2014, segundo o sexo, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego.

Ano	Sexo		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego			Variação do n.º total face ao ano anterior	
	Homens	Mulheres	< 1 ano	1 ano e +	1.º emprego	Novo emprego	Total	N	%
2004	130	167	209	88	30	267	297	-	-
2005	124	153	194	83	26	251	277	-22	-6,8
2006	114	130	175	69	25	219	244	-33	-11,9
2007	105	138	177	66	26	217	243	-1	-0,4
2008	108	148	192	64	25	231	256	+13	+5,3
2009	142	181	241	81	30	293	324	+68	+26,6
2010	163	183	250	97	27	319	346	+22	+6,8
2011	167	163	232	99	21	309	330	-16	-4,6
2012	222	235	325	132	22	435	457	+127	+38,5
2013	264	268	309	223	23	509	531	+22	+16,2
2014	222	202	221	202	30	394	424	-107	-20,2

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

No gráfico seguinte é possível verificar que, no período em análise (de 2004 a 2014), o número de mulheres inscritas no Centro de Emprego é habitualmente superior ao dos homens, com exceção dos anos de 2011 e 2014. De 2011 em diante há uma maior aproximação entre o número de homens e mulheres inscritos/as no Centro de Emprego.

Gráfico n.º 35 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por sexo, de 2004 a 2013



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

No que respeita às faixas etárias dos inscritos no Centro de Emprego, verifica-se um decréscimo dos indivíduos com menos de 25 anos, desde 2010, e um aumento, a partir de 2011, dos indivíduos inscritos com mais de 25 anos, sendo o aumento mais acentuado na faixa etária dos 35 aos 54 anos. De uma forma geral, em todos os escalões etários, é possível observar um aumento dos inscritos no Centro de Emprego a partir de 2008.

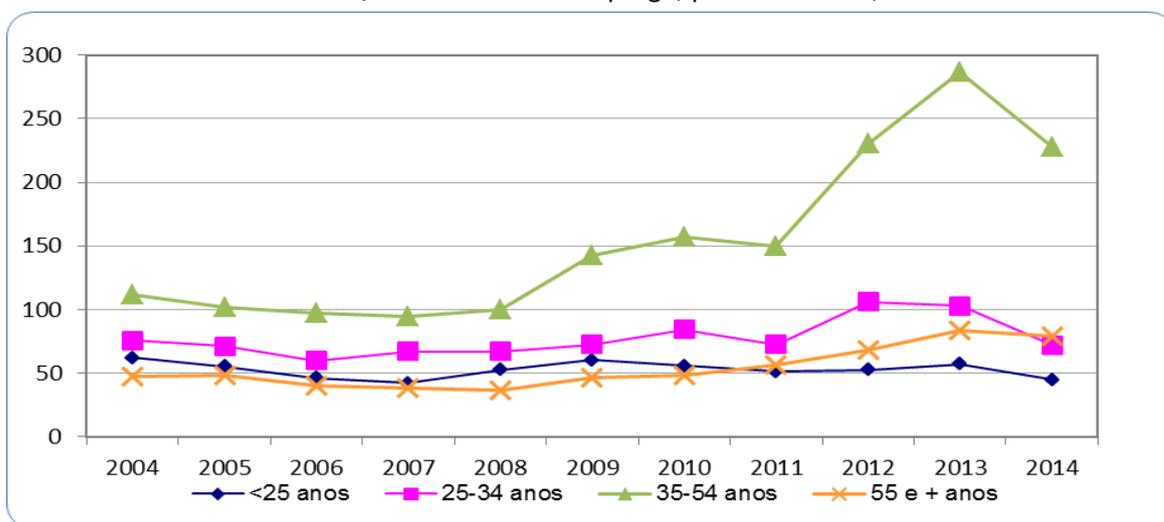
O quadro seguinte apresenta os valores absolutos e relativos das pessoas inscritas:

Quadro n.º 30 - N.º de pessoas inscritas no Centro de Emprego por faixa etária

	<25 anos		25-34 anos		35-54 anos		55 e + anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
2004	62	21,0	76	25,5	111	37,5	48	16,0	297
2005	55	19,9	71	25,7	102	36,8	49	17,6	277
2006	46	19,0	60	24,5	97	39,9	40	16,6	244
2007	42	17,5	67	27,6	95	39,1	38	15,8	243
2008	53	20,5	67	26,1	100	39,0	37	14,3	256
2009	61	18,8	73	22,5	143	44,3	46	14,4	323
2010	56	16,2	84	24,4	158	45,5	48	14,0	346
2011	51	15,5	72	21,9	150	45,4	57	17,2	330
2012	53	11,5	106	23,2	230	50,4	68	14,9	457
2013	57	10,7	103	19,4	287	54,0	84	15,8	531
2014	45	10,6	72	17,0	228	53,7	79	18,7	424

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Gráfico n.º 36 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por faixa etária, de 2004 a 2014

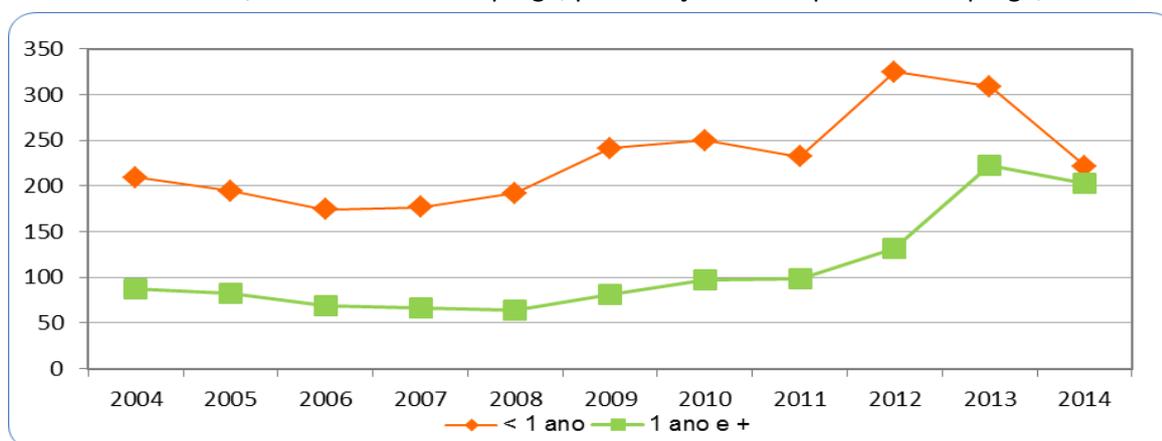


Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Relativamente ao tempo de inscrição no Centro de Emprego, verifica-se que o número de pessoas inscritas há menos de um ano é sempre superior ao número de pessoas inscritas há um ano e mais (considerados também Desempregados de Longa Duração – DLD).

Ainda assim, e conforme o gráfico seguinte, constata-se que o ano de 2013 foi um ano de aproximação entre estes dois indicadores, com uma subida muito acentuada do número de pessoas desempregadas há um ano e mais.

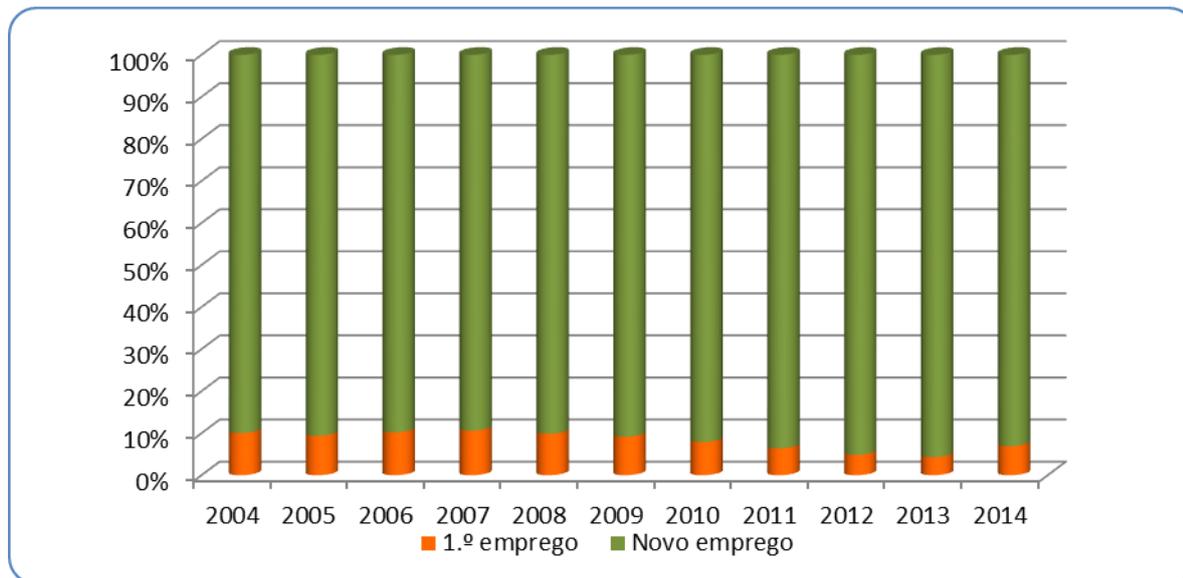
Gráfico n.º 37 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por duração do tempo de desemprego, de 2004 a 2014



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

A maioria das pessoas inscritas encontra-se à procura de um novo emprego, ou seja, já após integração no mercado de trabalho. O número de pessoas inscritas à procura do primeiro emprego representa menos de 10% do total.

Gráfico n.º 38 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por tipologia de procura de emprego, de 2004 a 2014



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Fazendo a caracterização ao nível das habilitações literárias, verifica-se que as pessoas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico representam, em todos os anos do período em análise (2004-2014) cerca de um quarto das pessoas inscritas no Centro de Emprego. Se a esta juntarmos as pessoas com habilitações inferiores ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, o valor fica próximo de um terço.

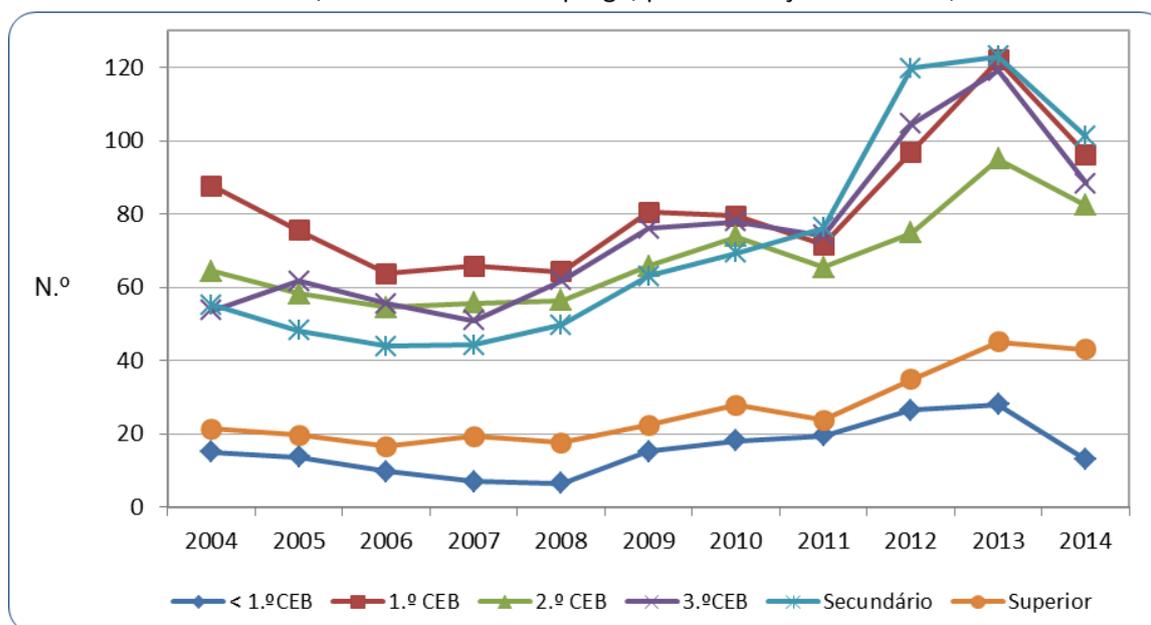
Quadro n.º 31 - N.º de pessoas inscritas no Centro de Emprego por habilitações literárias

	< 1.ºCEB		1.º CEB		2.º CEB		3.ºCEB		Secundário		Superior		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
2004	15	5,1	88	29,5	64	21,7	54	18,0	55	18,6	21	7,2	297
2005	14	4,9	76	27,3	58	21,0	62	22,3	48	17,4	20	7,1	277
2006	10	4,0	64	26,2	55	22,4	55	22,7	44	18,0	17	6,8	244
2007	7	2,9	66	27,1	56	23,0	51	21,0	44	18,2	19	8,0	243
2008	6	2,5	64	25,1	56	22,0	62	24,1	50	19,4	18	6,9	256
2009	15	4,7	81	24,9	66	20,4	76	23,5	63	19,5	22	6,9	323
2010	18	5,2	79	22,9	74	21,3	78	22,5	69	20,1	28	8,0	346
2011	20	5,9	72	21,6	65	19,8	74	22,4	76	23,1	24	7,2	330
2012	27	5,8	97	21,2	75	16,4	105	22,9	120	26,2	35	7,6	457
2013	28	5,3	122	23,0	95	17,9	119	22,4	123	23,2	45	8,5	531
2014	13	3,0	96	22,7	82	19,4	88	20,8	101	23,9	43	10,1	424

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Através da leitura do gráfico seguinte verifica-se que existe uma ligeira diminuição do número de pessoas com habilitações ao nível do 1.º e do 2.º CEB. As pessoas com habilitações inferiores ao 1.º CEB têm apresentado uma ligeira tendência de crescimento, bem como as pessoas com habilitações ao nível do superior. O número de pessoas inscritas com habilitações ao nível do ensino secundário é o que regista maior aumento entre 2004 e 2014.

Gráfico n.º 39 - Inscritos/as no Centro de Emprego, por habilitações literárias, de 2004 a 2014



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

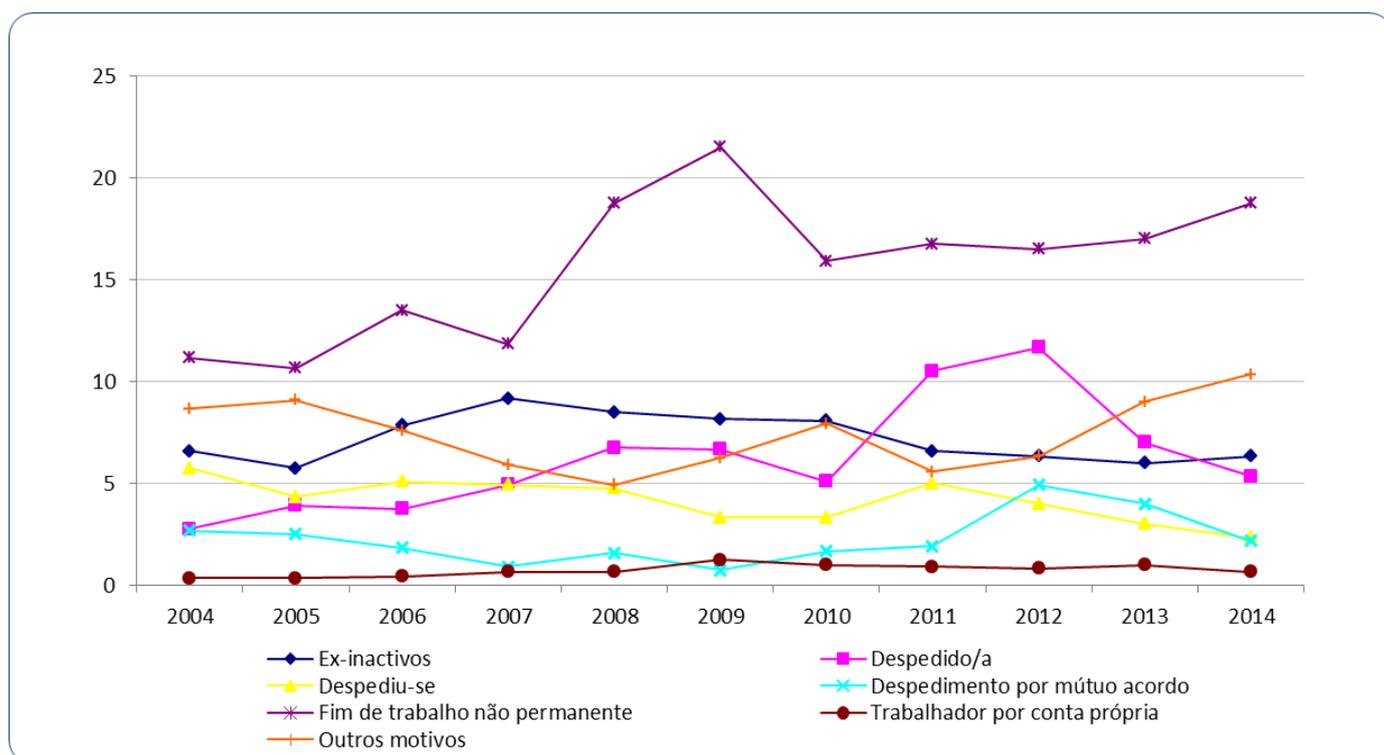
O quadro seguinte apresenta o número médio, por mês, de novas inscrições no Centro de Emprego, entre 2004 e 2014.

Quadro n.º 32- N.º médio mensal de novas inscrições por mês no Centro de Emprego

	Ex-inativos		Despedido/a		Despediu-se		Despedimento por mútuo acordo		Fim de trabalho não permanente		Trabalhador por conta própria		Outros motivos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
2004	7	17,9	3	7,7	6	15,4	3	7,7	11	28,2	0	0,0	9	23,1	39
2005	6	16,2	4	10,8	4	10,8	3	8,1	11	29,7	0	0,0	9	24,3	37
2006	8	19,5	4	9,8	5	12,2	2	4,9	14	34,1	0	0,0	8	19,5	41
2007	9	23,1	5	12,8	5	12,8	1	2,6	12	30,8	1	2,6	6	15,4	39
2008	9	18,8	7	14,6	5	10,4	2	4,2	19	39,6	1	2,1	5	10,4	48
2009	8	16,7	7	14,6	3	6,3	1	2,1	22	45,8	1	2,1	6	12,5	48
2010	8	18,6	5	11,6	3	7,0	2	4,7	16	37,2	1	2,3	8	18,6	43
2011	7	14,3	11	22,4	5	10,2	2	4,1	17	34,7	1	2,0	6	12,2	49
2012	6	11,8	12	23,5	4	7,8	5	9,8	17	33,3	1	2,0	6	11,8	51
2013	6	12,8	7	14,9	3	6,4	4	8,5	17	36,2	1	2,1	9	19,1	47
2014	6	13,3	5	11,1	2	4,4	2	4,4	19	42,2	1	2,2	10	22,2	45

Graficamente é fácil observar que o maior motivo de inscrição é o fim de trabalho não permanente, representando nunca menos de um terço das razões de desemprego. A situação menos representativa é de pessoas que trabalhavam por conta própria e que ficaram sem emprego, imediatamente seguida pelo despedimento por mútuo acordo. Olhando para as linhas do gráfico, verifica-se que mantêm valores relativamente estáveis no período em análise, com exceção do fim de trabalho não permanente, que sobe de forma acentuada em 2008 e 2009, e do “Despedido/a”, que aumenta entre 2011 e 2012.

Gráfico n.º 40 - N.º médio de novas inscrições, por mês, segundo o motivo



2.4. Educação

O direito à educação está constitucionalmente consagrado e concretiza-se através do sistema educativo, que integra instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas (Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei 46/86, de 14 de Outubro).

O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar (ensino básico, secundário e superior) e a educação extra-escolar.

A educação extra-escolar engloba atividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica, bem como a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

No concelho, no ano letivo de 2013/2014, funcionaram os seguintes equipamentos educativos, todos da rede escolar pública, com exceção do Jardim de Infância da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço:

Estabelecimentos de Educação Pré-escolar

- **Freguesia de Santo Quintino**
 - Jardim de Infância de Almargem
 - Jardim de Infância de Pontes de Monfalim
- **Freguesia de Sapataria**
 - Jardim de Infância de Sapataria
 - Jardim de Infância a de Pêro Negro
- **Freguesia de Sobral de Monte Agraço**
 - Jardim de Infância de Sobral de Monte Agraço
 - Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (estabelecimento particular de solidariedade social)

Escolas de 1.º Ciclo de Ensino Básico

- **Freguesia de Santo Quintino**
 - Escola do 1.º Ciclo de Ensino Básico de Almargem
- **Freguesia de Sapataria**
 - Escola do 1.º Ciclo de Ensino Básico de Sapataria
 - Escola do 1.º Ciclo de Ensino Básico de Pêro Negro
- **Freguesia de Sobral de Monte Agraço**
 - Escola do 1.º Ciclo de Ensino Básico de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino

Escolas de 2.º e 3.º Ciclo de Ensino Básico e Ensino Secundário

- Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral

O quadro seguinte mostra a evolução do número de estabelecimentos de ensino no concelho:

Quadro nº 33 – Evolução Estabelecimentos de Ensino no concelho, de 2002 a 2013

	Educação pré-escolar		1.º Ciclo do Ensino Básico	2.º Ciclo do Ensino Básico	3.º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário
	Público	Privado	Público	Público	Público	Público
2002/2003	2	1	13	1	1	1
2003/2004	2	1	13	1	1	1
2004/2005	4	1	12	1	1	1
2005/2006	4	1	12	1	1	1
2006/2007	4	1	10	1	1	1
2007/2008	5	1	10	1	1	1
2008/2009	6	2	10	1	1	1
2009/2010	6	2	9	1	1	1
2010/2011	6	2	6	1	1	1
2011/2012	5	1	4	1	1	1
2012/2013	5	1	4	1	1	1

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

Da leitura do quadro é possível constatar que, com exceção dos anos letivos entre 2008/2009 e 2010/2011, em que houve dois estabelecimentos particulares de ensino (Associação Popular de SMA e Quinta das Cores), nos restantes anos a rede de estabelecimentos de pré-escolar é constituída por um estabelecimento particular, a Associação Popular de SMA e por estabelecimentos públicos. No período em análise, e conforme se pode ver no quadro abaixo, assistiu-se a uma tendência de crescimento, que apenas se inverteu no ano de 2011/2012, com menos um estabelecimento de ensino pré-escolar público. Tal deve-se ao encerramento do Jardim-de-Infância de Serreira, passando esta zona geográfica a ser coberta pelo Centro Escolar de Sapataria.

Já o número de estabelecimentos de 1.º Ciclo do Ensino Básico conheceu uma tendência inversa: entre o ano letivo de 2002/2003 e o ano letivo de 2012/2013 assistiu-se a uma redução de 9 estabelecimentos de ensino.

52

O quadro seguinte apresenta o n.º de alunos/as inscritos/as por nível de ensino entre 2002/2003 e 2012/2013:

Quadro n.º 34 - N.º de alunos inscritos por nível de ensino entre 2002/2003 e 2012/2013

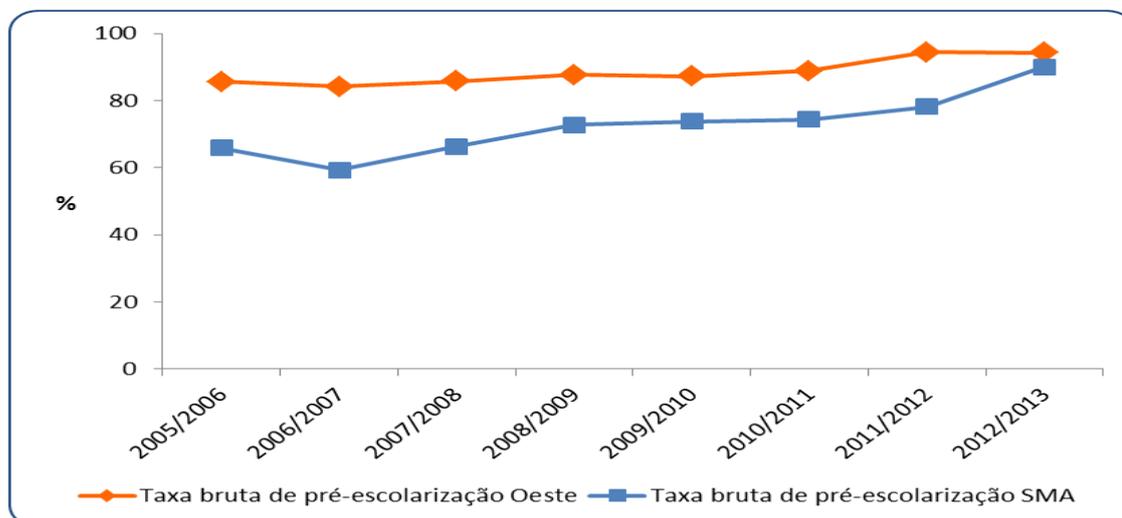
Ano letivo	Educação pré-escolar			Ensino básico									Ensino secundário		
	Total	Público	Privado	1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Total	Público	Privado
				Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado			
2002/2003	150	50	100	363	363	0	238	238	0	385	385	0	219	219	0
2003/2004	150	50	100	491	386*	0	260	260	0	370	370	0	252	252	0
2004/2005	201	101	100	403	403	0	213	213	0	373	373	0	265	265	0
2005/2006	210	110	100	424	424	0	226	226	0	367	367	0	235	235	0
2006/2007	204	104	100	429	429	0	221	221	0	391	391	0	266	266	0
2007/2008	228	128	100	434	434	0	233	233	0	364	364	0	229	229	0
2008/2009	256	150	106	423	423	0	230	230	0	310	310	0	231	231	0
2009/2010	260	154	106	403	403	0	272	272	0	323	322	1	201	201	0
2010/2011	251	139	112	395	395	0	275	275	0	324	323	1	191	191	0
2011/2012	247	152	95	394	394	0	289	289	0	365	351	14	146	146	0
2012/2013	279	181	98	393	393	0	285	285	0	370	370	0	135	135	0

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2011 e Serviço de Educação do Município

* O valor deste ano letivo é muito divergente no anuário estatístico de 2005 (491 alunos) e os dados da Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (386). Optámos por considerar aqui o valor da Carta Educativa, por estar mais em linha com os dados dos restantes anos.

Se olharmos para a evolução do número de alunos inscritos na educação pré-escolar (que abrange crianças compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico), verifica-se, entre 2002/2003 e 2010/2011, uma tendência de crescimento. Esta evolução de crescimento do número de alunos/as na educação pré-escolar assume maior peso quando comparamos a taxa bruta de pré-escolarização do concelho e a do Oeste. Enquanto nos últimos seis anos a taxa do Oeste se manteve praticamente inalterada, em SMA assistiu-se a uma subida de quase dez pontos percentuais, como se pode ver no gráfico seguinte:

Gráfico n.º 41 - Taxa bruta de pré-escolarização do Oeste e de SMA entre os anos letivos de 2005/2006 e 2012/2013



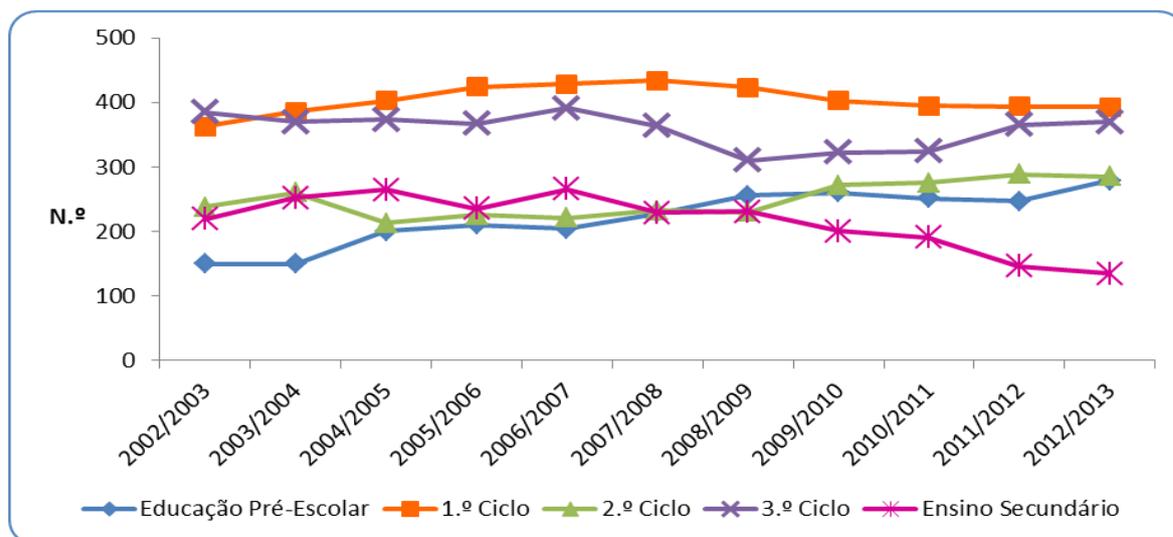
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2006 a 2011

Também entre 2002/2003 e 2007/2008 o número de alunos no 1.º ciclo registou uma tendência de subida, sendo que nos dois anos letivos subsequentes o número tem vindo a diminuir.

53

Já no número alunos dos 2.º, 3.º ciclos e secundário, verificamos que, com exceção do 2.º ciclo, a tendência é de decréscimo, sobretudo ao nível do ensino secundário, que no período em análise perdeu cerca de 30 alunos/as. Se olharmos para o 3.º ciclo do ensino básico, no período de 2002/2003 a 2010/2011, verifica-se que uma diminuição de cerca de 60 alunos. Graficamente:

Gráfico n.º 42 - Evolução do número de alunos por nível de ensino entre o ano letivo de 2002/2003 e o ano letivo de 2012/2013



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2011

Um outro indicador relevante no âmbito da educação são as taxas brutas de pré-escolarização e escolarização, bem como as taxas de retenção por ciclo de ensino. O quadro seguinte apresenta os valores do concelho e da região do Oeste.

Quadro n.º 35 - Taxas brutas de pré-escolarização, de escolarização, taxa de retenção e desistência no ensino básico, taxa de transição/conclusão no ensino secundário e relação de feminidade no ensino secundário

	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização ⁵		Taxa de retenção e desistência no ensino básico			Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			⁶ Relação de feminidade no ensino secundário	
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos		Cursos vocacionais
Oeste 03/04	----	----	----	10,6	6,3	11,0	16,3	65,0	68,8	56,1	57,1
SMA 03/04	----	----	----	16,0	12,0	10,0	25,0	61,0	64,0	56,0	54,0
Oeste 04/05	----	----	----	10,6	4,9	10,4	18,5	64,4	69,8	51,1	55,0
SMA 04/05	----	----	----	15,7	6,5	20,2	23,4	79,6	84,5	72,5	57,7
Oeste 05/06	85,6	114,9	93,5	9,3	4,2	8,6	16,8	68,1	70,9	59,9	55,8
SMA 05/06	65,8	112,1	79,7	12,0	8,0	14,2	15,6	84,4	88,8	76,2	63,0
Oeste 06/07	84,2	116,7	94,2	9,8	3,8	9,7	18,1	75,0	76,9	67,6	53,7
SMA 06/07	59,3	113,3	88,7	13,9	5,8	11,3	25,5	76,5	77,1	75,4	55,3
Oeste 07/08	85,7	118,9	91,7	8,2	3,6	8,3	14,6	78,3	78,8	73,9	54,2
SMA 07/08	66,3	108,5	72,2	9,4	6,0	9,0	14,5	90,7	89,2	96,8	57,2
Oeste 08/09	87,7	126,1	126,2	8,4	3,9	8,3	14,8	80,9	78,2	85,5	54,3
SMA 08/09	72,7	99,0	71,3	9,6	2,8	13,9	16,2	84,0	82,6	86,7	47,2 ⁵⁴
Oeste 09/10	87,3	122,9	139,7	8,9	3,7	8,4	16,5	80,6	78,4	84,2	54,0
SMA 09/10	73,7	98,5	62,4	11,1	5,5	10,7	19,1	80,0	76,9	92,3	50,7
Oeste 10/11	88,9	120,6	124,0	8,0	3,2	8,5	14,1	78,8	79,3	77,9	52,2
SMA 10/11	74,3	94,6	60,8	11,7	7,8	10,9	17,7	70,7	81,8	32,6	49,5
Oeste 11/12	94,4	114,2	111,9	10,4	4,7	11,9	16,8	77,9	78,8	76,5	52,6
SMA 11/12	78,2	98,1	45,5	9,3	3,0	15,6	11,3	86,3	83,9	100,0	52,7
Oeste 12/13	94,2	109,4	105,5	11,1	5,3	13,4	16,9	80,3	79,5	81,5	51,7
SMA 12/13	90,0	97,9	41,0	12,8	7,4	13,7	18,8	87,4	87,0	90,0	54,1

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

Após a análise do aumento da taxa bruta de pré-escolarização entre os anos letivos de 2005/2006 e 2012/2013, verifica-se uma aproximação progressiva aos valores da região. Relativamente ao Ensino Básico, a evolução da taxa bruta de escolarização tanto em Sobral de Monte Agraço como na região do Oeste manteve-se relativamente estável. No ano letivo de 2012/2013 a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico em SMA é de 97,9%. Significa que frequentam estabelecimentos do Ensino Básico o número de alunos/as correspondentes à quase totalidade da população residente do concelho nessas faixas etárias. A região do Oeste tem maior atratividade, dado que a taxa bruta de escolarização é de 109,4%.

Situação bem diversa acontece no Ensino Secundário. Entre 2005/2006 e 2012/2013 a evolução da taxa de escolarização no Ensino Secundário apresenta uma tendência de decréscimo. Esta diminuição da proporção de

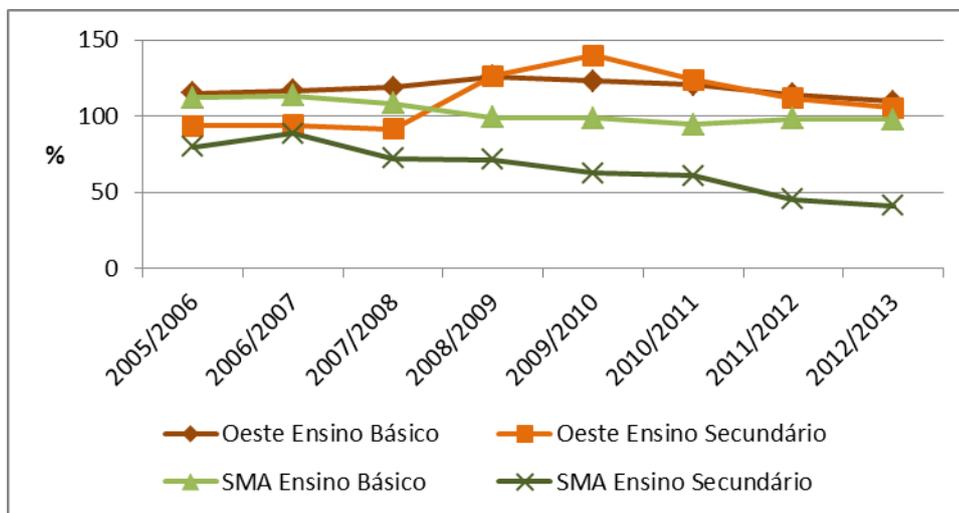
⁵ Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

⁶ Quociente entre os efetivos populacionais do sexo feminino e os do sexo masculino

alunos/as residentes a frequentar o Ensino Secundário no concelho poderá dever-se a uma transferência para estabelecimentos de ensino fora do concelho após a conclusão do 3.º ciclo e/ou pela interrupção dos estudos.

Graficamente:

Gráfico n.º 43 - Evolução das taxas brutas de escolarização do Ensino Básico e do Ensino Secundário em SMA e no Oeste

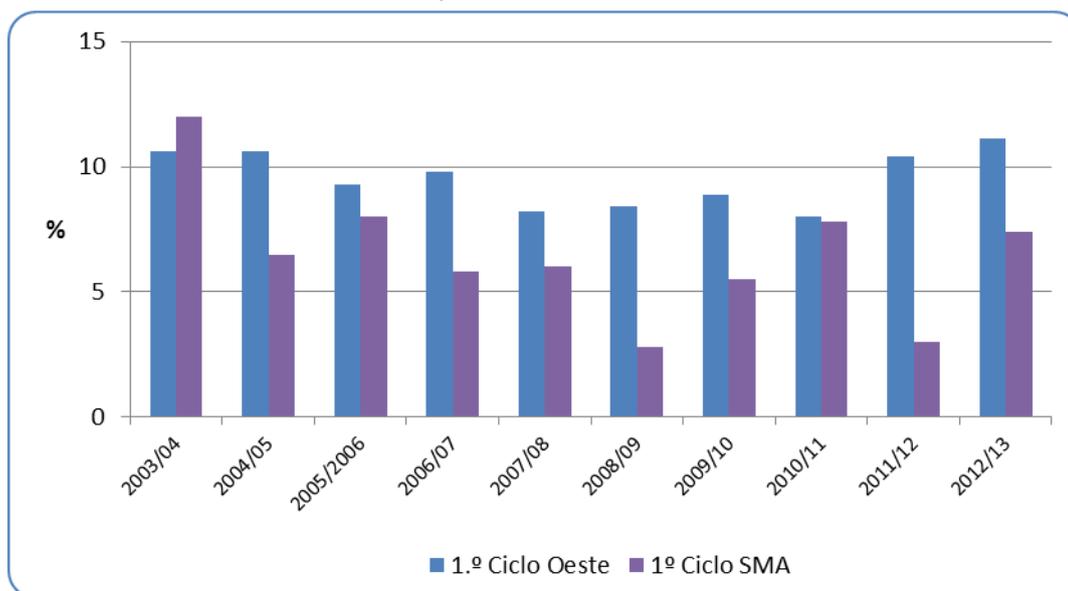


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2006 a 2013

As taxas de retenção e desistência no ensino básico, em termos totais, diminuíram entre 2003/2004 e 2007/2008, invertendo-se esta tendência a partir de 2008/2009. O melhor valor no 1.º ciclo foi obtido em 2008/2009 (2,8%) e no 2.º e 3.º ciclo no ano de 2007/2008, com, respetivamente, 9% e 14,5%. Estes valores, com exceção dos melhores valores do 1.º e 3.º ciclo, foram sempre mais elevados do que a média do Oeste.

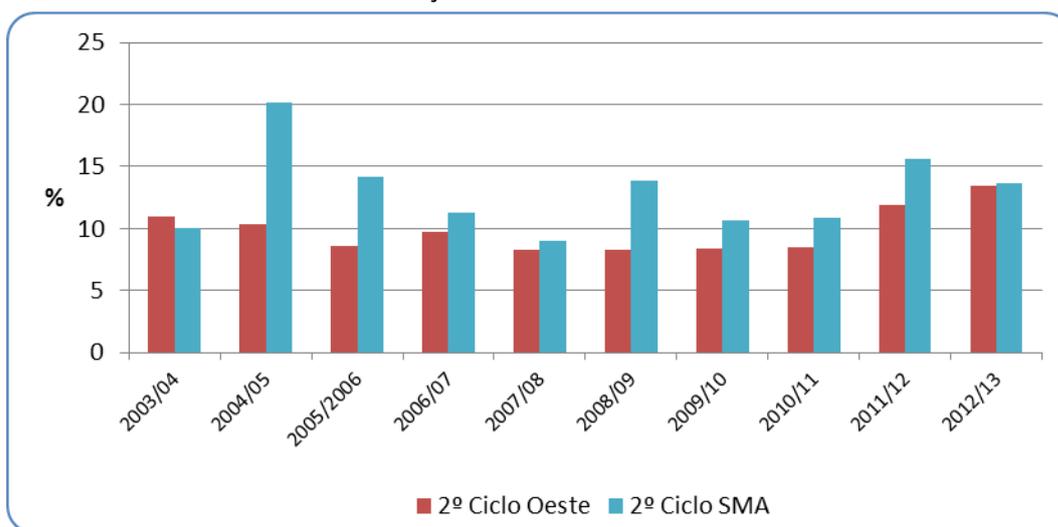
Os gráficos seguintes poderão auxiliar a leitura destes dados:

Gráfico n.º 44 - Taxa de retenção do 1.º ciclo do concelho de SMA e do Oeste



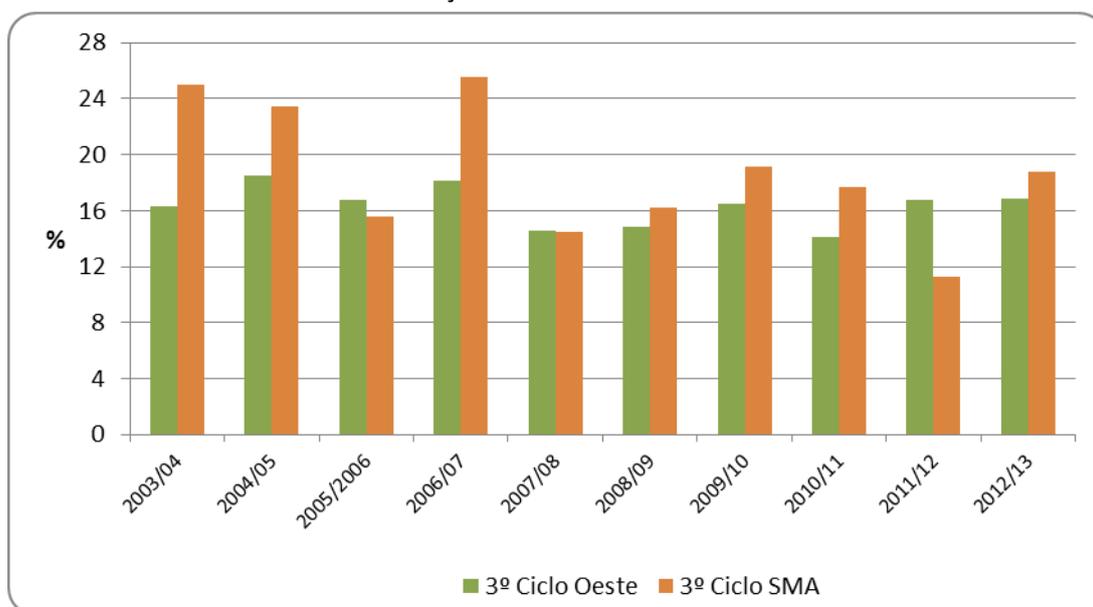
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2006 a 2013

Gráfico n.º 45 - Taxa de retenção do 1.º ciclo do concelho de SMA e do Oeste



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2006 a 2013

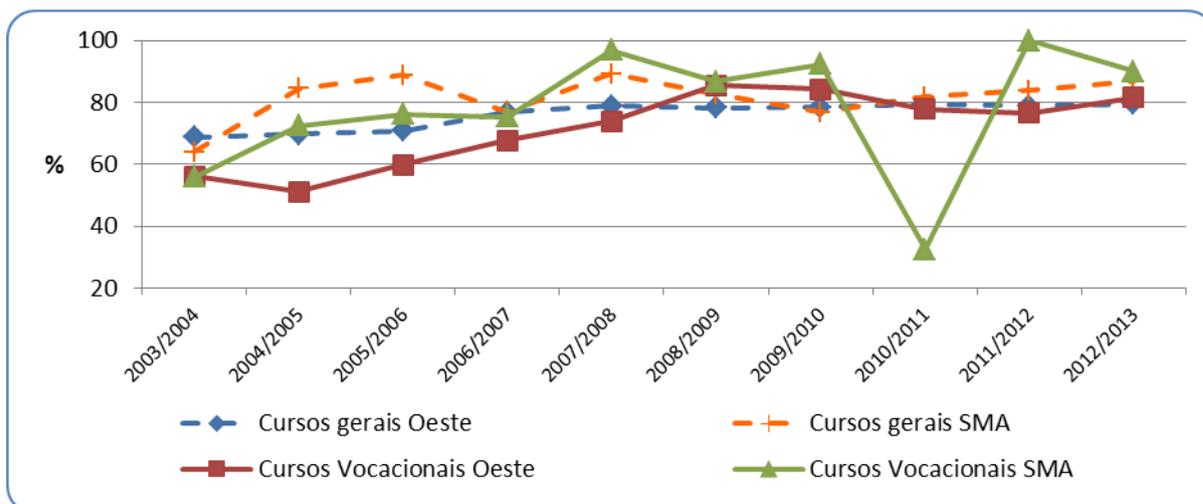
Gráfico n.º 46 - Taxa de retenção do 3.º ciclo do concelho de SMA e do Oeste



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2006 a 2013

Já a taxa de conclusão/transição no ensino secundário tem vindo a registar, na maioria dos anos letivos, valores mais positivos do que a média do Oeste. Contudo regista-se, no último ano letivo do período em análise, um decréscimo acentuado da taxa de transição/conclusão nos cursos vocacionais.

Gráfico n.º 47 - Taxas de conclusão/transição no ensino secundário (cursos gerais e vocacionais) do concelho de SMA e do Oeste



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2006 a 2013

2.4.1. Atividades de Enriquecimento Curricular

Com o objetivo de proporcionar aos alunos atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens estabelecidas no currículo letivo, assim como adaptar os tempos de permanência na escola às necessidades das famílias, desde 2005/2006 que o Município de SMA, em parceria com o Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, disponibiliza as atividades de enriquecimento curricular para todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito do “Acordo de Colaboração para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico”.

No ano de 2013/2014, as atividades em funcionamento eram as seguintes:

- . Ensino de Inglês
- . Atividade Física e Desportiva – Natação (o Município assegura o transporte para o Complexo das Piscinas Municipais)
- . Expressão Musical

2.4.2 Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar e no 1.º Ciclo de Ensino Básico

No ano de 2013/2014 o Município de Sobral de Monte Agraço disponibilizou o serviço de refeições em todos os estabelecimentos de ensino pré-escolar público e serviço de prolongamento de horário em todos os jardins-de-infância exceto Pêro Negro e Pontes de Monfalim por não existir nestes estabelecimentos um número suficiente de crianças inscritas e/ou ausência de condições físicas para o efeito. No caso dos JI das Pontes de Monfalim e de Almargem as crianças que necessitam deste serviço (prolongamento) usufruem do serviço no JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino.

2.4.3 Ação Social Escolar

A Ação Social Escolar (ASE) constitui uma modalidade de apoio destinado a alunos/as inseridos/as em agregados familiares mais carenciados engloba um conjunto diverso de modalidades de apoio que vão desde os auxílios económicos para a aquisição de livros e material escolar a apoio alimentar. A lei em vigor faz corresponder ao escalão do abono de família o escalão da ação social escolar (Decreto-Lei n.º55/2009, de 2 de Março).

2.4.3.1. Pré-Escolar

As crianças que frequentam o pré-escolar público beneficiam também de Ação Social Escolar, que se traduz em apoio ao nível das refeições. Desde 2011/2012 verifica-se uma tendência de crescimento do número de alunos/as do pré-escolar com ASE, sobretudo com o 1.º escalão. Em 2012/2013, um terço destas crianças beneficiava de Ação Social Escolar e em 2014/2015 o número aproxima-se dos 50%.

Quadro nº 36 – Evolução do n.º de alunos/as do Pré-Escolar entre 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015 com ASE e a sua proporção face ao total

	1.º Escalão (N)	Proporção face ao total de alunos/as (%)	2.º Escalão (N)	Proporção face ao total de alunos/as (%)	Total de alunos/as com ASE (N)	Proporção face ao total de alunos/as (%)
2011/12	36	23,6	30	19,7	66	43,3
2012/13	27	14,9	26	14,4	53	29,3
2013/14	42	23,3*	36	20*	78	43,3*
2014/15	53	28,0*	33	17,5*	86	45,5

Fonte: Serviço de Educação do Município de SMA

*Total de alunos de acordo com o registo do Serviço de Educação do Município (dados do INE não disponíveis)

2.4.3.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico

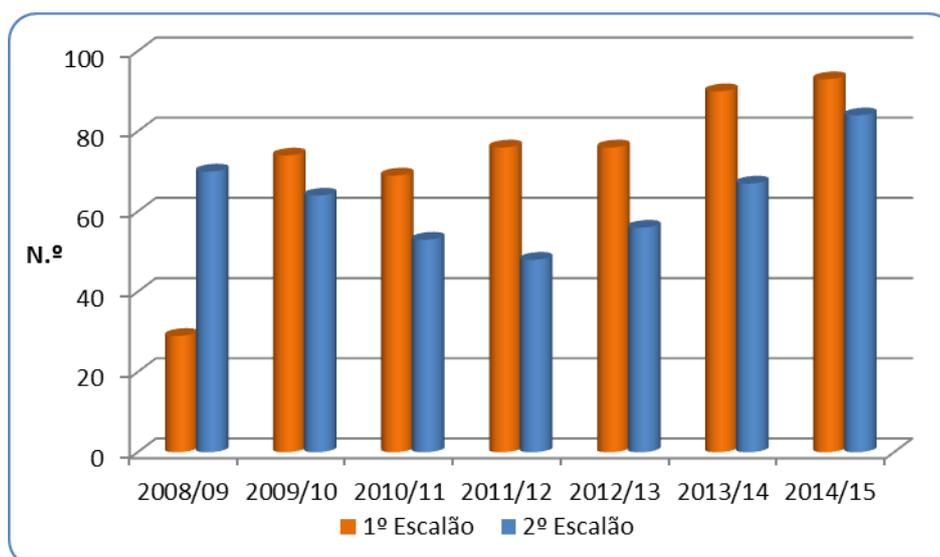
Para alunos/as do 1.º ciclo do Ensino Básico que residam no concelho e que frequentem estabelecimentos de ensino do concelho, os dois escalões de ASE correspondem aos seguintes apoios:

1.º Escalão - Isenção de pagamento da refeição escolar (almoço) e pela atribuição do montante máximo da comparticipação definida para a aquisição de manuais e material escolar;

2.º Escalão - Pagamento de 50% do valor da refeição escolar (almoço) e pela comparticipação de 50% do montante máximo definido para a aquisição de manuais e material escolar.

A evolução do número de alunos/as com ASE é observável pela leitura do gráfico seguinte, verificando-se que existe um aumento progressivo do número de alunos/as com ASE entre 2008/2009 e 2013/2014, sendo esse aumento mais expressivo no número de alunos/as posicionados/as no 1.º escalão:

Gráfico n.º 48 - Evolução do n.º de alunos/as do 1.º CEB com ASE



Fonte: Serviço de Educação do Município

Mas para uma leitura mais fina do que estes números representam, o quadro seguinte apresenta a proporção de alunos/as com ASE no conjunto total de alunos:

Quadro n.º37 - Evolução do n.º de alunos/as do 1.º CEB entre 2008/2009 e 2013/2014 com ASE e a sua proporção face ao total

	1.º Escalão (N)	Proporção face ao total de alunos/as (%)	2.º Escalão (N)	Proporção face ao total de alunos/as (%)	Total de alunos/as com ASE (N)	Proporção face ao total de alunos/as (%)
2008/09	29	6,9	70	16,5	99	23,4
2009/10	74	18,4	64	15,9	138	34,2
2010/11	69	17,5	53	13,4	122	30,9
2011/12	76	19,3	48	12,2	124	31,5
2012/13	76	19,3	56	14,2	132	33,6
2013/14	90	23,6	67	17,6*	157	41,2
2014/15	93	23,9*	84	21,6*	177	45,5

Fonte: Serviço de Educação do Município

INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2009 a 2013

*Total de alunos de acordo com o registo do Serviço de Educação do Município (dados do INE não disponíveis)

Analisando a proporção de alunos/as do 1.º ciclo com ASE face ao número total de alunos no 1.º ciclo, verifica-se um aumento muito significativo no número de crianças abrangidas pelo 1.º escalão do ano letivo de 2008/09 para 2009/10. A partir desse ano letivo, praticamente um quinto da população escolar do 1.º ciclo passa a beneficiar do 1.º escalão de ASE. Esse valor conjugado com o 2.º escalão traduz-se em que cerca de um terço da população escolar do 1.º CEB beneficie de ASE.

59

2.4.3.3. 2.º CEB, 3.º CEB e Ensino Secundário

Os dados de ASE do ano letivo de 2014/2015 do 2.º CEB, 3.º CEB e Secundário são os seguintes:

Quadro n.º38 - Evolução do n.º de alunos/as do 2.º CEB, 3º CEB e Secundário com ASE e a sua proporção face ao total

	Escalão A	Escalão B	Total
2.º ciclo	77	29	106
3.º ciclo	109	59	168
Secundário	34	22	56

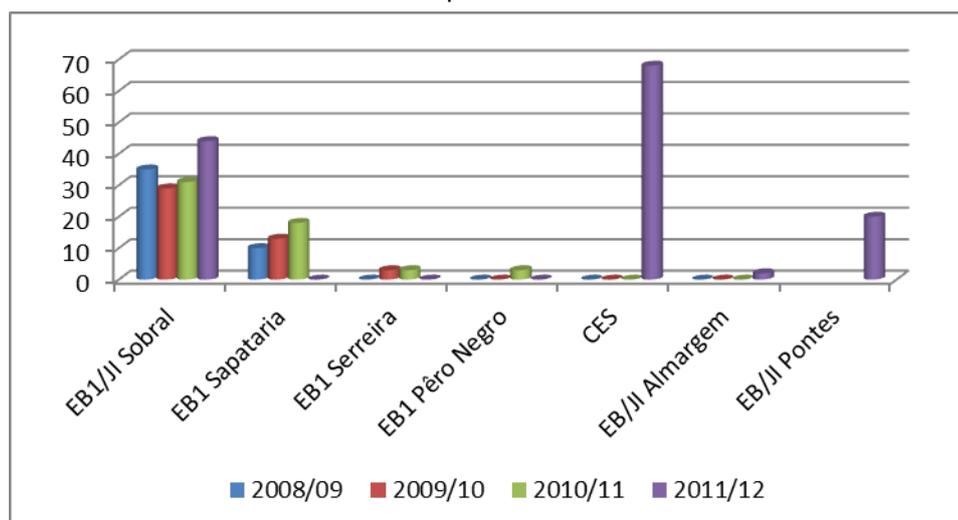
Fonte: Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral

2.4.4. Transportes Escolares

O Município de SMA tem ainda assegurado transporte para os jardins-de-infância a residentes no concelho de acordo com a disponibilidade dos recursos existentes e das necessidades manifestadas, apesar de, legalmente, a responsabilidade do transporte no pré-escolar ser da responsabilidade do/a encarregado/a de educação.

Por via da reformulação da rede escolar, com o encerramento de algumas escolas, o número de alunos/as do 1.º ciclo a necessitar de transporte também tem aumentado porque os/as alunos/as passaram a estar concentrados nalguns estabelecimentos de ensino. Tal é particularmente visível a partir do ano de letivo de 2011/2012 no Centro Escolar da Sapataria.

Gráfico n.º 49 - Evolução do número de alunos/as do 1.º ciclo a serem transportados pelo Município de SMA



Fonte: Serviço de Educação

Relativamente aos transportes escolares do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, o Município mantém as comparticipações previstas na legislação, ou seja, 100% do custo associado para os alunos residentes no concelho para o 2.º e 3.º Ciclo, e 50% para os alunos residentes no concelho para o ensino secundário.

De salientar que a comparticipação mantém-se nos casos em que os alunos não frequentam o nível de ensino correspondente no concelho, desde que cumpram as regras de encaminhamento de matrículas previstas na legislação em vigor.

60

2.4.5 Serviços Especializados de Educação Especial

As crianças com necessidades específicas têm duas respostas especializadas, de acordo com a faixa etária em que se encontram: O Sistema Nacional de Intervenção Precoce e o Regime de Educação Especial (Decreto-lei n.º 3/2008), de 7 de Janeiro).

2.4.5.1. Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI)

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce (enquadrado pelo Decreto Lei nº 281/2009, 6 de outubro) procura garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família e que depende da atuação coordenada de três ministérios (Ministérios da Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Ciência.)

O SNIPI abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, e abrange também as suas famílias.

O SNIPI operacionaliza-se através de equipas que atuam nos territórios - as Equipas de Intervenção Local (ELI). A ELI que dá resposta ao concelho de Sobral de Monte Agraço é a mesma que abrange os concelhos de Arruda dos Vinhos e Alenquer e a sua sede é o Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral.

Esta equipa é constituída por diferentes profissionais: educadoras/ educadores de infância, enfermeiras/os de cada um dos Centros de Saúde, fisioterapeuta, terapeuta da fala, técnico de reabilitação psicomotora, psicóloga/o, técnica/o de serviço social, que intervêm nos domicílios das crianças, em instituições particulares e cooperativas, estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública dos concelhos de Sobral de Monte Agraço, Alenquer e Arruda dos Vinhos.

No ano de 2014/2015 eram acompanhadas pela equipa 23 crianças de Sobral de Monte Agraço, 89 de Alenquer e 24 de Arruda dos Vinhos (Fonte: Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral).

Olhando para a evolução do número de alunos/as com Necessidades Educativas Especiais (NEE), verifica-se que entre 2006/2007 e 2011/2012 o número de alunos do 1.º CEB tem-se mantido relativamente estável, sendo a variação entre 27 alunos (2008/2009) e 34 alunos (2011/2012). O 2.º CEB segue uma tendência muito semelhante, sendo a maior alteração a diminuição que se registou entre 2010/11 e 2011/12 (passou de 27 alunos/as para 17).

O número de crianças com NEE em Jardim de Infância apresenta números reduzidos, embora se registre uma tendência de aumento. O número de alunos/as com NEE no Ensino Secundário também tem sido pouco expressivo, variando entre 0 e 2.

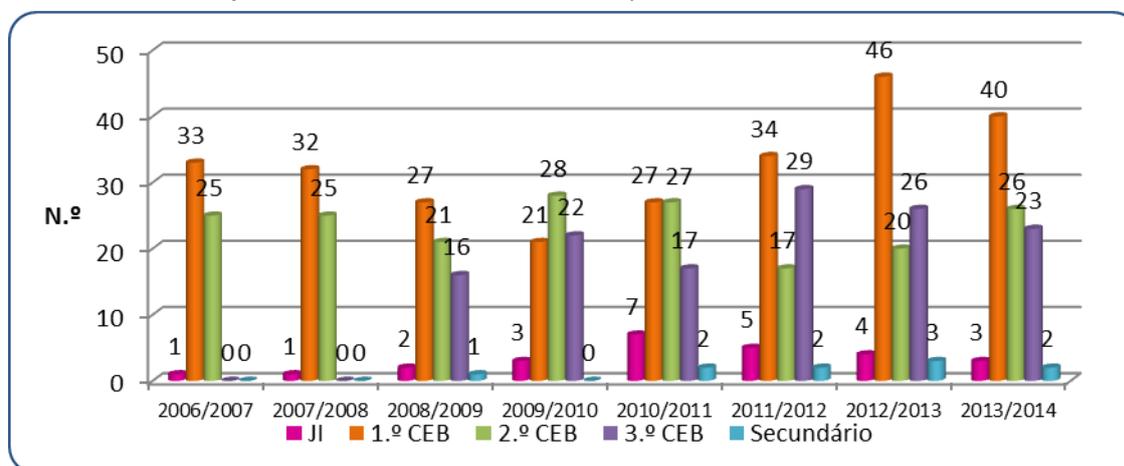
O aumento mais expressivo registou-se no 3.º CEB, em que se passou de 0 alunos/as no ano de 2007/08 para 16 alunos/as no ano de 2008/09. A partir deste ano letivo, e no período em análise, os números variam entre 17 e 29 alunos/as.

2.4.5.2. Regime de Educação Especial

O Regime de Educação Especial dá resposta a alunos/as dos 6 aos 18 anos e está enquadrado pelo Decreto-lei n.º 3/2008), de 7 de Janeiro. O normativo legal enquadra as medidas de que os/as alunos/as poderão beneficiar estando neste regime, considerando as suas Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Para além dos recursos internos do Agrupamento Joaquim Inácio da Cruz Sobral, o Ministério da Educação contratualiza com outras entidades a disponibilização de profissionais especializados para que se constitua um Centro de Recursos para a Inclusão (CRI). No ano de 2014/2015 o CRI constituído está agregado à APERCIM e é constituído por uma terapeuta da fala, uma psicóloga e uma técnica de reabilitação psicomotora.

Gráfico n.º 50. Evolução do n.º de alunos/as com NEE por nível de ensino entre 2006/07 e 2011/12



Fonte de dados: Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral
 Fonte: Serviço de Educação do Município

Quanto à tipologia das NEE, há uma prevalência dos problemas ao nível cognição, seguidas das perturbações ao nível da comunicação e linguagem, e emocional (Serviço de Educação; Carta Educativa de SMA).

2.4.5.3. Outros apoios

O Município de Sobral de Monte Agraço contratualiza anualmente os serviços de Psicologia e de Terapia da Fala para o Pré-Escolar e 1.º ciclo da rede pública, e desde 2013/2014 que o Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral tem serviço de Psicologia (20h semanais) para o 2.º, 3.º ciclos e Secundário.

2.4.6. Ensino Recorrente

Devido às alterações legislativas na regulamentação do ensino recorrente/noturno, desde o ano letivo 2009/2010 que esta oferta formativa não existe no concelho de Sobral de Monte Agraço.

2.4.7. Ensino Universitário

Relativamente ao ensino universitário, os dados oficiais não disponibilizam o número de estudantes do Ensino Superior por concelho de residência. Os dados disponíveis que poderão dar uma aproximação a esta realidade são o número de estudantes para a bolsa que o Município de Sobral de Monte Agraço atribui a estudantes dos Ensino Superior. O número de bolsas atribuídas e o seu valor é definido anualmente, mas habitualmente o valor da bolsa situa-se entre os €200 e os €250.

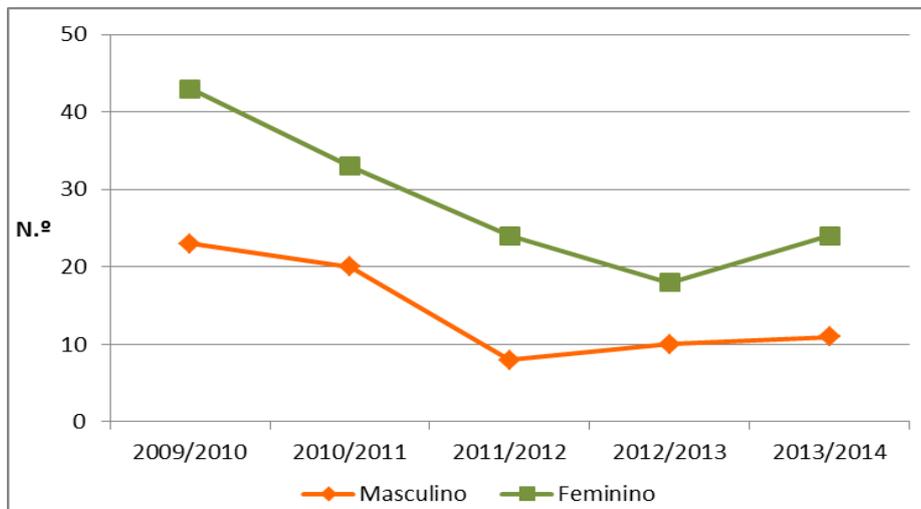
Quadro n.º 39 - Candidatos/as a bolsa do ensino superior por ano letivo

	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
2009/2010	23	34,8	43	65,2	66	100,0
2010/2011	20	37,7	33	62,3	53	100,0
2011/2012	8	25,0	24	75,0	32	100,0
2012/2013	10	35,7	18	64,3	28	100,0
2013/2014	10	29,4	24	70,6	35	100,0

Fonte: UNIR

Graficamente:

Gráfico n.º 51 - Evolução do n.º de candidatos/as a bolsa do Ensino Superior entre 2009/10 e 2013/14, por sexo



Fonte: UNIR

Quer pela leitura do quadro, quer pela do gráfico, é possível verificar que existiu uma diminuição do número de candidaturas às bolsas do ensino superior, sendo o decréscimo mais acentuado do ano letivo de 2010/2011 para o ano letivo de 2013/2014. Também é evidente a predominância do sexo feminino nas candidaturas às bolsas.

Por não existirem outras fontes disponíveis, não é possível saber se estes números são ou não representativos do universo da população estudantil do concelho.

2.5. Saúde

A Constituição Portuguesa (art.º 64.º) salienta que os indivíduos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. O direito à proteção da saúde “é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”.

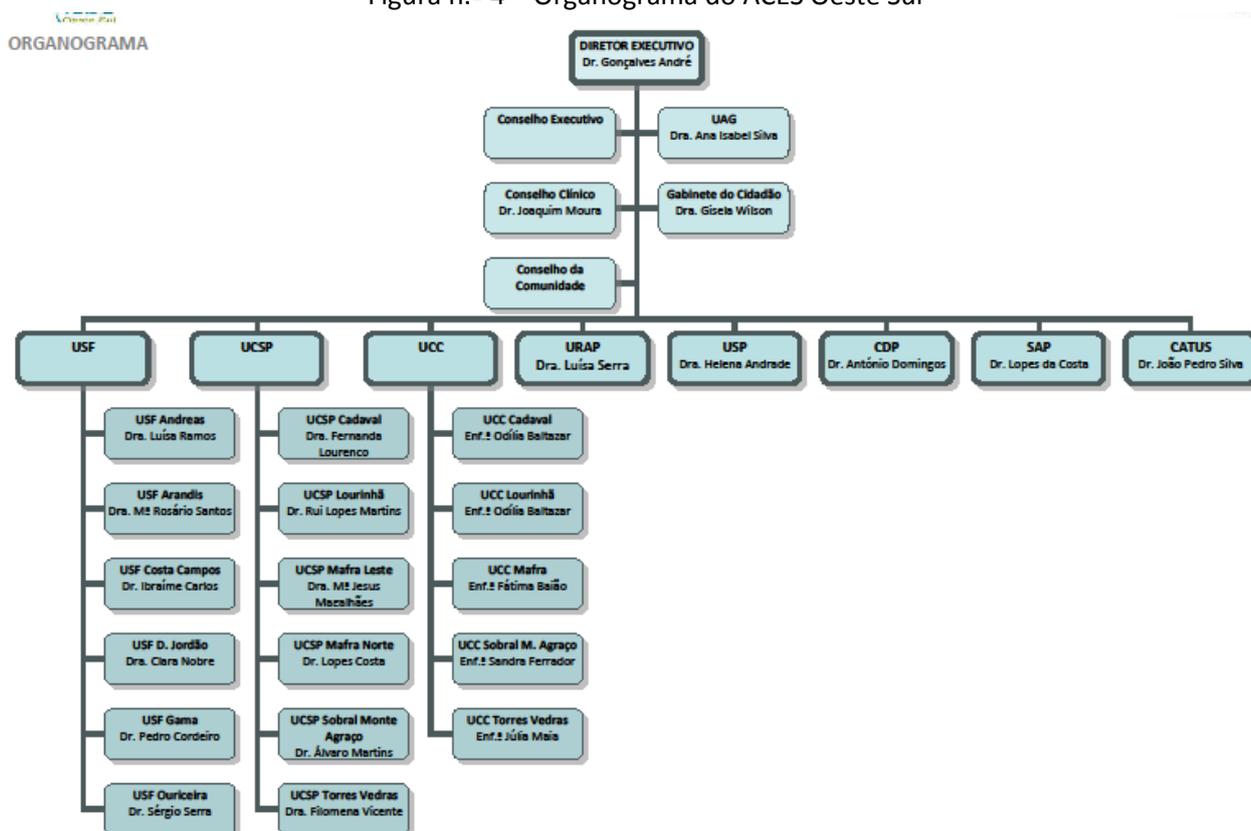
2.5.1. Infraestruturas de Saúde Locais

Em 2008 assiste-se a uma nova reorganização administrativa, com a criação de agrupamentos de centros de saúde (ACES) do Serviço Nacional de Saúde e de novas estruturas a eles associadas (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro).

Os ACES têm como atribuições em geral, a promoção da saúde, designadamente através de ações de educação para a saúde e prestação de cuidados na doença, quer na primeira linha dos cuidados do Serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade dos cuidados sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados.

Em 2012, o Decreto-Lei nº 253/2012, de 27 de novembro, veio reconfigurar os Cuidados de Saúde Primários, o que se traduziu também em alterações para o ACES OESTE SUL, quer ao nível da sua orgânica, mas também na rede de unidades de prestação de cuidados de saúde. O ACES Oeste Sul abrange os concelhos de Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Lourinhã, Cadaval e Mafra. Tem a seguinte organização:

Figura n.º 4 – Organograma do ACES Oeste Sul



Geb. Apoio à Gestão | PB | Atualizado a 21/01/2014

A orgânica inclui:

- Uma estrutura de gestão: Conselho Executivo, Conselho Clínico, Conselho da Comunidade e Unidade de Apoio à Gestão UAG;

- Unidades de intervenção locais de prestação de cuidados: Unidades de Saúde Familiares, Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e Unidade Cuidados na Comunidade;

- Unidades transversais: a Unidade de Recursos (URAP), Unidade de Saúde Pública (USP), Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP), Serviço de Atendimento Permanente (SAP), Centro de Atendimento e Tratamentos Urgentes (CATUS).

No final de 2014, em Sobral de Monte Agraço funcionam as seguintes unidades funcionais:

Quadro n.º 40 – Unidades de saúde funcionais em Sobral de Monte Agraço, em 2014

Unidade	N.º de inscritos
UCSP Sobral de Monte Agraço	3.143
USF Costa Campos	6.897

Fonte: Centro de Saúde de SMA

Quadro n.º 41 – Proporção de profissionais de Medicina nas unidades de saúde em SMA

Centro de Saúde de Sobral de Monte Agraço (UCSP + USF)	Com médico	Sem médico
	8.608	1.432

Fonte: Centro de Saúde de SMA

• Unidade de Cuidados na Comunidade de Sobral de Monte Agraço – Engloba a ECCI (responde ao concelho) – uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados na Unidade de Cuidados na Comunidade (ECCI) sediada na freguesia de Sobral de Monte Agraço; visitas domiciliárias a famílias de riscos de saúde materna, saúde infantil, planeamento familiar, saúde mental, TOD – Toma de observação direta tuberculostáticos; elemento representante na ELI (Equipa Local de Intervenção Precoce); CPCJ, NLI/RSI, Rede Social, Elo de ligação com o HBA (pedopsiquiatria, psiquiatria, Núcleo de Apoio à Criança e Jovem e EGA – Equipa de Gestão de Altas, Elo de ligação com o Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar de Torres Vedras; Saúde Escolar; articulação com a Unidade Saúde Pública do ACES.

• Unidade de Saúde Familiar Costa Campos

• Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sobral de Monte Agraço - Atendimento Complementar (sábado e domingo – das 09-13h; 14-18h) – atende a população residente e/ou inscrita independentemente da unidade a que pertença.

• Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sobral de Monte Agraço - Pólo de Sapataria - Inclui uma Equipa de Cuidados Continuados Articulados mas que está sediada em Sobral de Monte Agraço (responde aos utentes inscritos no Pólo de Sapataria); Equipa de Gestão de Altas

A 14-02-2013 foram inauguradas as novas instalações em Sobral de Monte Agraço, na Rua Francisco Lázaro n.º 24. A USF funciona no piso 1 e a UCSP/ UCC no piso 0, mantendo-se em funcionamento as instalações da Sapataria (Rua 25 de Abril, n.º 5).

O Hospital de referência é o Hospital Beatriz Ângelo, situado em Loures.

A marcação de consultas para o médico de família é feita presencialmente, por telefone ou através do portal do cidadão. É o médico de família quem referencia para as especialidades hospitalares via programa informático SAMSUG.

Todas as atividades de enfermagem são realizadas mediante marcação prévia utilizando o programa informática SAPE (Sistema de Apoio ao Processo de Enfermagem) que permite o registo das atividades desenvolvidas e consulta do processo do utente.

O quadro seguinte apresenta o número de habitantes por tipologia de profissional ao serviço nos Centros de Saúde, comparando ainda os valores do concelho com a Região e com os números do país. Nos anos disponíveis para análise, verifica-se que o concelho foi o que sofreu maiores oscilações relativamente ao número de habitantes por médico. Em 1999 e 2001 havia cerca de mil habitantes por médico/a. Em 2009-2010 o valor quase duplicou, situando-se em cerca de dois mil habitantes por médico/a. Em 2011 e 2012 assistiu-se a uma descida para os cerca de 1700 habitantes por médico/a. Também em relação aos profissionais de enfermagem, o concelho de SMA sofreu alterações mais significativas, quando comparado com Portugal e com o Oeste. As diferenças relativamente a outros profissionais são menos significativas: entre 1999 e 2012, nos anos em que os dados estão disponíveis, o número de habitantes situa-se entre os 577 e os 783, valores mais favoráveis do que de Portugal e do Oeste.

Quadro n.º 42 - N.º Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde

	Total			Médicos/as			Enfermeiros/as			Outros/as profissionais		
	Portugal	Oeste	SMA	Portugal	Oeste	SMA	Portugal	Oeste	SMA	Portugal	Oeste	SMA
2009	358,1	445,4	384,7	1.484,9	1.699,6	2.000,2	1.215,7	1.683,8	2.000,2	771,1	940,8	625,1
2010	366,9	460,8	361,2	1.498,2	1.733,1	2.022,6	1.207,0	1.684,8	1.685,5	813,2	1.000,6	594,9
2011	368,6	486,8	391,2	1.472,9	1.813,4	1.695,2	1.195,9	1.686,9	1.695,2	834,7	1.099,1	726,5
2012	362,3	479,9	377,1	1.416,5	1.683,0	1.696,8	1.182,9	1.644,7	1.272,6	827,4	1.134,3	783,2

INE - Estimativas Anuais da População Residente; Estatísticas do Pessoal de Saúde

Fonte: PORDATA

Quadro n.º 43 - Pessoal ao serviço no centro de saúde de SMA: total e por tipo de pessoal ao serviço

Anos	Total	Médicos/as	Enfermeiros/as	Outros/as
1999	32	8	9	15
2001	25	8	5	12
2009	26	5	5	16
2010	28	5	6	17
2011	26	6	6	14
2012	27	6	8	13

Fontes de Dados: INE | DGS/MS - Inquérito aos Centros de Saúde

Fonte: PORDATA

Quadro n.º 44 - Recursos Humanos do Centro de Saúde de SMA em 2013

Pessoal ao Serviço	
Médicos	6
Enfermeiros	8
Técnico de Saúde Ambiental	1
Administrativos	8
Pessoal Auxiliar	11
Contabilidade	1
Informática	1
Total	36

Fonte: Centro de Saúde de Sobral de Monte Agraço

Em 2014 houve uma alteração ao quadro de pessoal ao serviço, passando a ser o constante do quadro seguinte:

Quadro n.º 45 - Recursos Humanos do Centro de Saúde de SMA em 2014

Pessoal ao Serviço				
	USF	UCSP	UCC	Elementos da USP no concelho
Médicos	4	1	0	0
Enfermeiros	4	2	1	0
Técnico de Saúde Ambiental	0	0	0	1
Administrativos	4	2	0	0
Pessoal Auxiliar	1	2	0	0
Contabilidade	0	1	0	0
Informática	0	0	0	0
Total	13	8	1	1

Fonte: Centro de Saúde de SMA

Existem ainda recursos partilhados da URAP no concelho: Psicologia (8h/semana), Higienista Oral (8h/semana – só faz população do parque escolar).

Recursos partilhados da Unidade de Saúde Pública no concelho: médico de saúde pública (sem horas atribuídas, disponíveis mediante as necessidades).

Cada ficheiro de utentes tem um médico e um enfermeiro atribuído (formando uma equipa).

2.5.2. Programas de Promoção de Saúde no concelho

•Programa de Saúde Materna, Saúde Infantil e Planeamento Familiar

De 2ª a 6ª feira desenvolvem-se atividades no sentido da promoção da saúde e prevenção da doença ao nível da saúde materna, infantil e do planeamento familiar.

Pretende-se garantir o acompanhamento de enfermagem das crianças dos 0-24 meses; que as mulheres em idade fértil tenham o PNV atualizado e colpocitologia anual realizada; que as grávidas tenham pelo menos 6 consultas de enfermagem.

•Implementação do Programa Nacional de Vacinação (PNV) a todas os utentes inscritos no Centro de Saúde
Garantir a imunidade de grupo em idades – chave: 12 meses, 18 meses, 5-6 anos, 10-13 anos e maiores de 21 anos.

•Atendimento a grupos de risco (doente diabético e hipertenso)

Atendimento personalizado de enfermagem, no sentido de se avaliar cada situação individualmente e de se definir um plano de ensinos (controle dos respetivos valores, encaminhamento, alimentação, exercício físico, entre outros) com o objetivo da melhoria do estado de saúde do doente.

Estas consultas têm como objetivo controlar a patologia com avaliação semestral, atualizar o PNV, observação dos pés diabéticos e promover a autonomia.

•Atendimento ao utente colostomizado

Todos os utentes colostomizados do Concelho de Sobral estão referenciados. Quando algum utente residente no nosso concelho é submetido a uma colostomia, o Centro de Saúde é contactado no sentido de se realizar uma visita domiciliária e acompanhar o utente para avaliação da situação e realização de ensinos de acordo com as necessidades e dos seus familiares.

•Articulação com o Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) de Torres Vedras

No concelho não existe nenhuma infra-estrutura de apoio a toxicodependentes. O Centro de Saúde é a única instituição que presta um serviço de apoio aos consumidores de drogas que pretendam iniciar um processo de recuperação. Este apoio passa muitas vezes por um encaminhamento para o CAT de Torres Vedras. Assim sendo, o Centro de Saúde promove a toma directa de metadona na Sala de Tratamentos da sede e Extensão da Sapataria a todos os utentes residentes no concelho e acompanhados pelo CAT. Verifica-se, no entanto,

que no concelho existiram apenas 4 indivíduos, no ano de 2012, que recorreram a este serviço e foram acompanhados pelo CAT de Torres Vedras.

•Articulação com o Centro de Diagnóstico Pneumológico de Torres Vedras

O Centro de Saúde assegura a toma de observação direta de Tuberculoestáticos (TOD) na sala de tratamentos ou domicílio do doente, a todos os utentes acompanhados pelo SLAT, com o objetivo de promover a sua saúde, garantir os rastreios necessários à comunidade envolvente e promover / garantir a adesão ao tratamento.

•Saúde Escolar

- Exames Globais de Saúde a todas as crianças com 5/6 anos, no ano em que ingressam no Ensino Básico (USF e UCSP);
- Apetrechamento de material de 1.ºs socorros para as escolas (UCC);
- Exames Globais de Saúde a todas as crianças com 11-13 anos (USF e UCSP);
- Sessões de Educação para a Saúde a Professores, Pais e Alunos de acordo com as necessidades identificadas no plano de ação do agrupamento escolar de acordo com o respetivo ciclo de ensino (UCC).

•Programa de Saúde Oral (UCC)

Distribuição de Flúor para aplicação de bochechos às crianças que frequentam o 1.º ciclo, entrega de cheques dentista às crianças nascidas nas idades legalmente previstas para o respetivo ano para tratamento e/ou selantes de definitivos. Desde 2013/2014 existe a intervenção da Higienista Oral no âmbito da observação e tratamento.

•Visitas domiciliárias a todos os recém-nascidos/famílias de risco e respetivo acompanhamento

No âmbito da UCC, é realizada uma visita domiciliária a todos/as os/as recém-nascidos/as durante a primeira semana de vida e respetiva puérpera para avaliação física, mental e social e realização do diagnóstico precoce com verificação do cumprimento do PNV.

De imediato fica marcada a 1.ª consulta de enfermagem para o/a recém-nascido/a e orientada a consulta médica nos primeiros 15 dias de vida.

Quadro n.º 46- Consultas médicas no Centro de Saúde de SMA, por algumas especialidades médicas

Especialidade Médica	Anos	
	1993	2012
Medicina geral e familiar	20.594	16.211
Planeamento Familiar	718	1.132
Pediatria	1.906	1.878
Saúde Materna	285	564
Total	23.503	19.785

Fontes de Dados: INE | DGS/ MS - Inquérito aos Centros de Saúde

Fonte: Pordata

Quadro n.º 47 - N.º de consultas médicas do Centro de Saúde de SMA por habitante

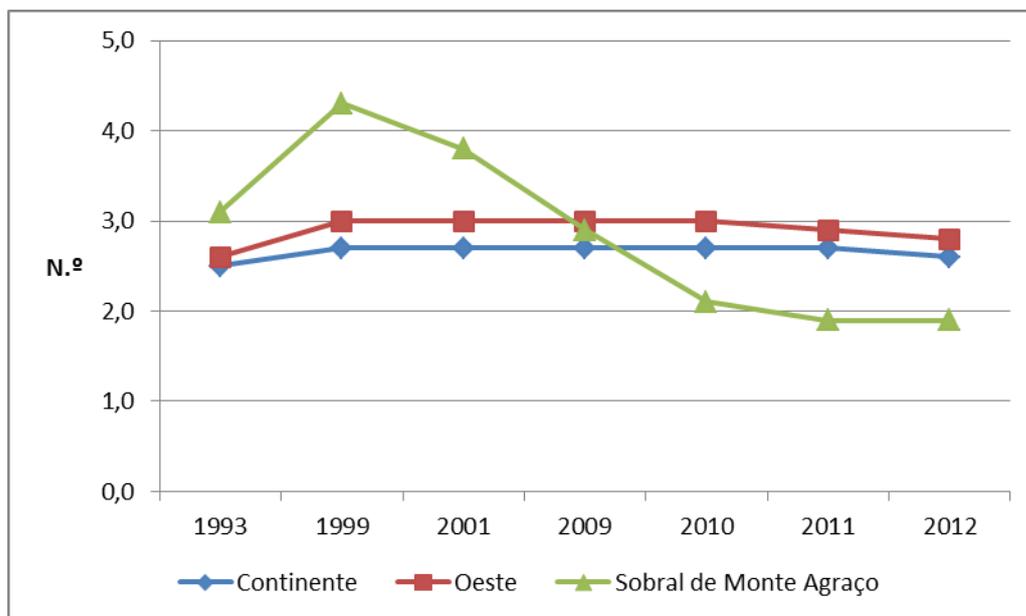
	Continente	Oeste	SMA
1993	2,5	2,6	3,1
1999	2,7	3,0	4,3
2001	2,7	3,0	3,8
2009	2,7	3,0	2,9
2010	2,7	3,0	2,1
2011	2,7	2,9	1,9
2012	2,6	2,8	1,9

Fontes de Dados: INE | DGS/ MS Inquérito aos Centros de Saúde
 INE- Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: Pordata

No respeitante às consultas de clínica geral existiram no concelho 16211 consultas no ano de 2012, o que perfaz uma média de 1,9 consultas médicas por habitante (quadro n.º 52). Este valor tem vindo a baixar ao longo do tempo e situa-se abaixo quer do valor nacional, quer do valor da região.

Graficamente:

Gráfico n.º 52 - N.º de consultas por médicos por habitante



Fonte: Pordata

Ainda em 2012 foram realizadas 170 consultas médicas no domicílio do/a doente, e foram consultadas 2056 pessoas no atendimento complementar.

2.6. Proteção Social

Nos quadros seguintes procuraremos fazer uma leitura dos dados disponíveis sobre medidas de proteção social.

2.6.1. Subsídios de maternidade e de paternidade e parental inicial

O subsídio de maternidade/paternidade é o montante compensatório atribuído pela segurança social à mãe/pai enquanto não trabalha após o nascimento do filho. A partir de 2009, entrou em vigor o subsídio parental inicial.

O subsídio parental inicial é o montante compensatório atribuído pela segurança social à mãe ou ao pai enquanto não trabalham após o nascimento do filho. O subsídio parental inicial entrou em vigor em 2009, tendo substituído os anteriores subsídios de maternidade e de paternidade. É uma prestação pecuniária concedida pelo período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante opção dos progenitores, cujo gozo podem partilhar após o parto. Este período pode ser acrescido de 30 dias consecutivos nas situações de partilha da licença, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo de licença parental inicial exclusiva da mãe, correspondente a seis semanas após o parto. No caso de nascimentos múltiplos, aos períodos previstos anteriormente acrescem 30 dias por cada gémeo além do primeiro. (Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril).

Quadro n.º 48 - Subsídios de maternidade, paternidade e licença parental

	Subsídio de maternidade		Subsídio de paternidade e licença parental		Subsídio parental			
	Beneficiários	Valor processado	Beneficiários	Valor processado	H	Valor processado	M	Valor processado
	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros
2004	92	254	42	18				
2005	71	171	35	20				
2006	69	256	63	19				
2007	75	288	98	34				
2008	79	258	70	42				
2009	59	144	22	11	48	38	57	156

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005 a 2009

O quadro anterior reflete os dados relativos aos subsídios de maternidade e paternidade. Mas considerando a alteração da lei, atentaremos sobretudo no quadro seguinte, que mais facilmente permite uma comparação entre anos.

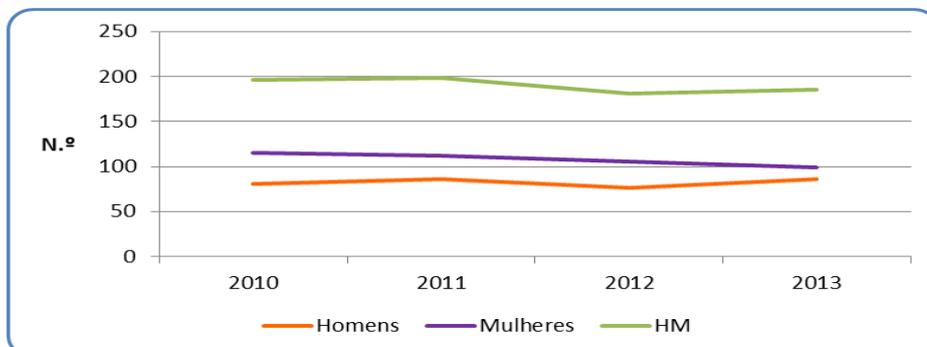
Quadro n.º 49 - Subsídio parental inicial da Segurança Social segundo o sexo

	HM		Homens		Mulheres	
	Beneficiárias/os	Valor processado	Beneficiários	Valor processado	Beneficiárias	Valor processado
	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros
2010	196	353	81	71	115	282
2011	198	338	86	65	112	273
2012	181	425	76	85	105	341
2013	185	280	86	67	99	214

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2010 a 2013

O gráfico seguinte sugere algumas tendências, que terão de ser interpretadas de forma cautelosa dado que se reportam a um período de apenas quatro anos. São elas uma pequena diminuição do número total de beneficiários/as do subsídio parental inicial que, por um lado, acompanha a tendência no que se refere às mulheres, mas que por outro contraria a tendência no que se refere aos homens (onde se regista uma tendência de aumento do número de beneficiários).

Gráfico n.º 53 - Subsídio parental inicial da Segurança Social segundo o sexo



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2010 a 2013

2.6.2. Abono de família para crianças e jovens

“Abono de família para crianças e jovens é uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens” (www.seg-social.pt). A sua atribuição está dependente da condição de recursos.

“A condição de recursos é o conjunto de condições que o agregado familiar deve reunir para poder ter acesso às Prestações Familiares, ao Subsídio Social de Desemprego e aos Subsídios Sociais de Parentalidade, bem como a outros subsídios e apoios do Estado (Segurança Social, 2015: 2, Guia Prático, Condição de Recursos) e foi instituído em agosto de 2010.

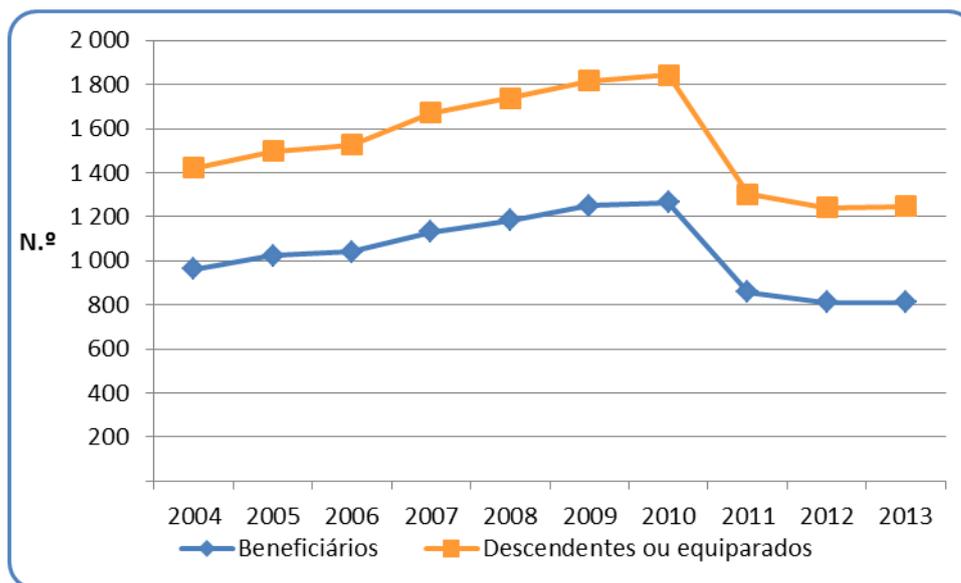
Da leitura do quadro abaixo é possível verificar que a partir de 2011 o número de beneficiários/as teve uma redução acentuada, o que teve também reflexo no número de descendentes ou equiparados a beneficiar de abono de família. A redução de 2010 para 2011 foi de 407 beneficiários/as e de 539 descendentes (ou equiparados). A explicação residirá no facto de ser o ano em que entrou em vigor a condição de recursos.

Quadro n.º 50 - Beneficiários de abono de família e descendentes ou equiparados

	Abono de família a crianças e jovens		
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado
	N.º		milhares de euros
2004	962	1 420	443
2005	1 022	1 496	475
2006	1 041	1 527	496
2007	1 130	1 670	574
2008	1 184	1 738	747
2009	1 250	1 817	868
2010	1 265	1 842	851
2011	858	1 303	592
2012	810	1 242	586
2013	811	1 247	598

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

Gráfico n.º 54 - N.º de beneficiários/as e descendentes de abono de família



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

2.6.3. Rendimento Social de Inserção

“O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente e por uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas” (www.seg-social.pt).

71

O número de pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção obteve, entre 2005 e 2010, uma tendência de crescimento (102 pessoas em 2005 e 260 em 2010). De 2011 até 2013, na sequência da introdução de alterações no acesso a esta medida, o número sofreu uma redução.

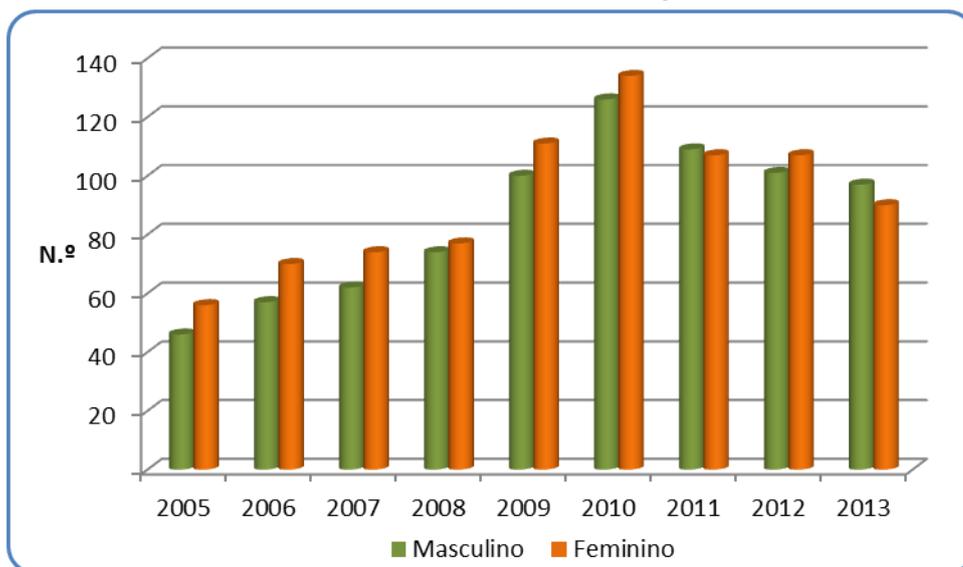
Quadro n.º 51 - Beneficiários/as do RSI segundo o sexo e a idade

	Total	Sexo				Idade							
		Masculino		Feminino		Menos de 24 anos		25-39 anos		40-54 anos		55 e mais anos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2005	102	46	45,1	56	54,9	40	39,2	17	16,7	15	14,7	30	29,4
2006	127	57	44,9	70	55,1	65	51,2	20	15,7	15	11,8	27	21,3
2007	136	62	45,6	74	54,4	62	45,6	24	17,6	19	14,0	31	22,8
2008	151	74	49,0	77	51,0	66	43,7	25	16,6	27	17,9	33	21,9
2009	211	100	47,4	111	52,6	100	47,4	43	20,4	37	17,5	31	14,7
2010	260	126	48,5	134	51,5	123	47,3	56	21,5	53	20,4	28	10,8
2011	216	109	50,5	107	49,5	98	45,4	49	22,7	47	21,8	22	10,2
2012	208	101	48,6	107	51,4	95	45,7	48	23,1	45	21,6	20	9,6
2013	187	97	51,9	90	48,1	91	48,7	36	19,3	46	24,6	14	7,5

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005 a 2013

Olhando para o gráfico seguinte é facilmente observável que a distribuição de beneficiários/as de RSI por sexo é bastante equilibrada. Ainda assim, e com exceção dos anos de 2011 e 2013, em que há uma pequena sobre representação do sexo masculino, há sempre mais mulheres beneficiárias desta medida.

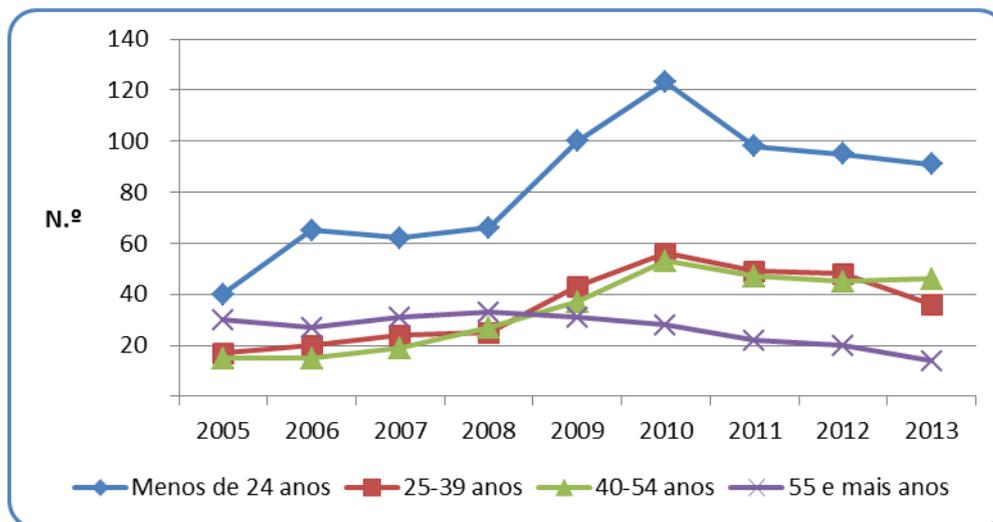
Gráfico n.º 55 - Beneficiários/as do RSI segundo o sexo



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005 a 2013

Quanto à distribuição por faixa etária, a maioria das pessoas beneficiárias de RSI concentra-se na faixa dos 0 aos 24 anos. Tal permite inferir que os agregados são constituídos por crianças e jovens, tendo sido também nesses agregados que se registaram as variações anuais (se no gráfico anterior traçarmos uma linha ao longo dos anos, obteremos um traçado muito semelhante ao da faixa etária 0-24 anos do gráfico seguinte).

Gráfico n.º 56 - Beneficiários/as do RSI segundo a faixa etária



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005 a 2013

As faixas etárias dos 25 aos 29 anos e dos 40 aos 54 anos mantiveram no período em análise um comportamento muito semelhante: ligeira subida até 2010, e uma quase manutenção entre 2011 e 2013.

A faixa etária dos 55 e mais anos foi a que teve o comportamento mais atípico. Foi perdendo o seu peso relativo no conjunto dos beneficiários ao longo do período em análise (em 2005 representava um terço dos/as beneficiários/as, em 2013 o valor relativo estava nos 7,5%), apresentando também uma tendência de decréscimo em termos absolutos a partir de 2008.

Comparando o peso dos/as beneficiários de RSI face ao conjunto da população residente, verifica-se que no concelho de Sobral de Monte Agraço entre 2009 e 2013 não existiram grandes alterações, variando entre os 2,2 e os 2,5%, excetuando no ano de 2010, em que o valor subiu até aos 3,1%.

Já na região Oeste, comparando com o concelho de Sobral de Monte Agraço, os valores são sempre ligeiramente inferiores (maior diferença registada em 2013). Pelo contrário, os valores nacionais são bastante superiores aos do Oeste e aos do concelho. A proporção de beneficiários/as de RSI face à população residente é quase sempre praticamente o dobro da proporção concelhia.

Quadro n.º 52- Beneficiários/as RSI em % da população residente

Anos	SMA	Oeste	Portugal
2009	2,5	2,4	5,4
2010	3,1	2,9	5,9
2011	2,5	2,3	5
2012	2,4	2,1	4,7
2013	2,2	1,8	4,0

Fontes de Dados: II/MSESS

Fonte: PORDATA

2.6.4. Pensões

Começamos por apresentar as definições de cada uma das pensões da Segurança Social, sendo que, em termos gerais, pensão é o montante atribuído todos os meses ao beneficiário da segurança social por velhice ou incapacidade ou a familiares seus após o seu falecimento (cf. www.seg-social.pt).

A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar mas não tem idade para se reformar.

A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social e que não têm outros recursos, poderão aceder à pensão social de velhice.

O quadro seguinte apresenta o número total de pensionistas por tipologia de pensão, bem como o número de pensionistas a 31 de dezembro. A grande maioria dos/as pensionistas recebe pensão por velhice (cerca de 60%). Seguem-se as pensões de sobrevivência (cerca de 25% do total de pensões) e finalmente as pensões de invalidez.

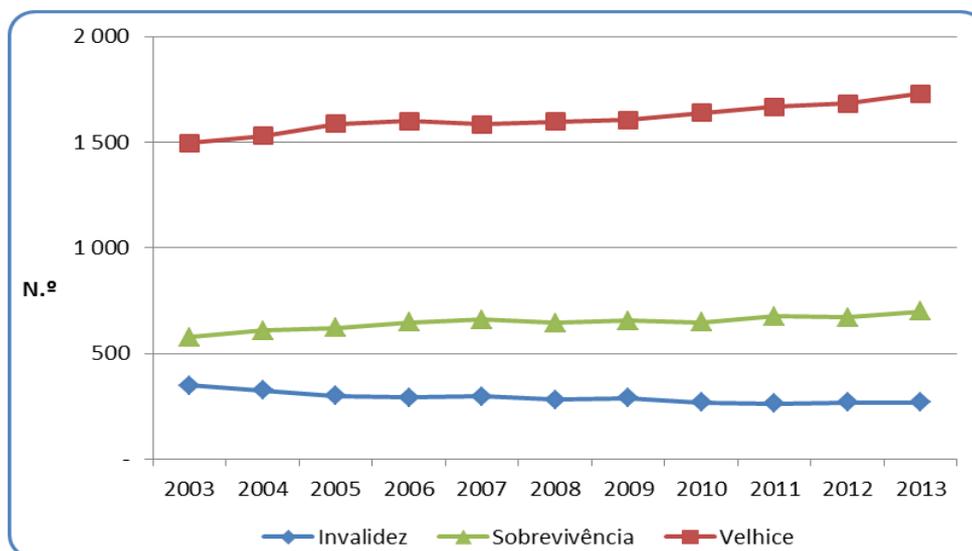
Quadro n.º 53 - N.º de Pensionistas residentes em SMA

Anos	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas a 31 de dez.	Total	Pensionistas a 31 de dez.	Total	Pensionistas a 31 de dez.	Total	Pensionistas a 31 de dez.
2003	2 545	2 421	353	347	1 578	1 496	614	578
2004	2 593	2 465	334	325	1 608	1 531	651	609
2005	2 615	2 508	310	299	1 651	1 588	654	621
2006	2 679	2 540	303	292	1 691	1 601	685	647
2007	2 708	2 540	305	296	1 690	1 585	713	659
2008	2 676	2 524	295	281	1 687	1 598	694	645
2009	2 719	2 547	297	288	1 718	1 605	704	654
2010	2 699	2 554	283	268	1 725	1 640	691	646
2011	2 762	2 606	279	262	1 762	1 668	721	676
2012	2 771	2 622	278	268	1 780	1 683	713	671
2013	2 809	2 696	279	267	1 799	1 731	731	698

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

Da leitura do gráfico seguinte é possível verificar que o número de pensionistas (a 31 de dezembro) em qualquer uma das tipologias de pensões não conheceu grandes variações. O número de pensionistas de velhice e de sobrevivência conheceu um aumento muito ligeiro, assim como o número de pensionistas de invalidez apresenta uma ligeira diminuição.

Gráfico n.º 57- N.º de pensionistas por tipo de pensão (a 31 de dezembro)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

O valor médio anual das pensões tem conhecido um aumento no período em análise (2004 a 2013), com o valor anual da velhice a ser o mais elevado, e o da sobrevivência o mais baixo (o que se explica com a natureza do cálculo desta pensão, que corresponde a uma percentagem do/a beneficiário/a que faleceu).

Quadro n.º 54 – Valor médio anual das pensões em Portugal, no Oeste e em SMA, de 2004 a 2013

		Valor médio anual das pensões			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2004	Portugal	3.563	3.654	4.124	2.103
	Oeste	3.277	3.585	3.741	1.993
	SMA	3.280	3.772	3.732	1.911
2005	Portugal	3 779	3 858	4 380	2 203
	Oeste	3 492	3 800	3 993	2 107
	SMA	3 517	3 884	4 030	2 047
2006	Portugal	4 011	4 044	4 664	2 314
	Oeste	3 698	4 033	4 242	2 201
	SMA	3 711	4 195	4 269	2 121
2007	Portugal	4 185	4 203	4 868	2 412
	Oeste	3 853	4 193	4 427	2 284
	SMA	3 857	4 459	4 464	2 162
2008	Portugal	4 374	4 315	5 093	2 518
	Oeste	4 033	4 355	4 642	2 372
	SMA	4 072	4 644	4 699	2 307
2009	Portugal	4 535	4 383	5 288	2 617
	Oeste	4 195	4 452	4 838	2 464
	SMA	4 255	4 669	4 945	2 396
2010	Portugal	4 665	4 445	5 441	2 689
	Oeste	4 333	4 563	5 001	2 529

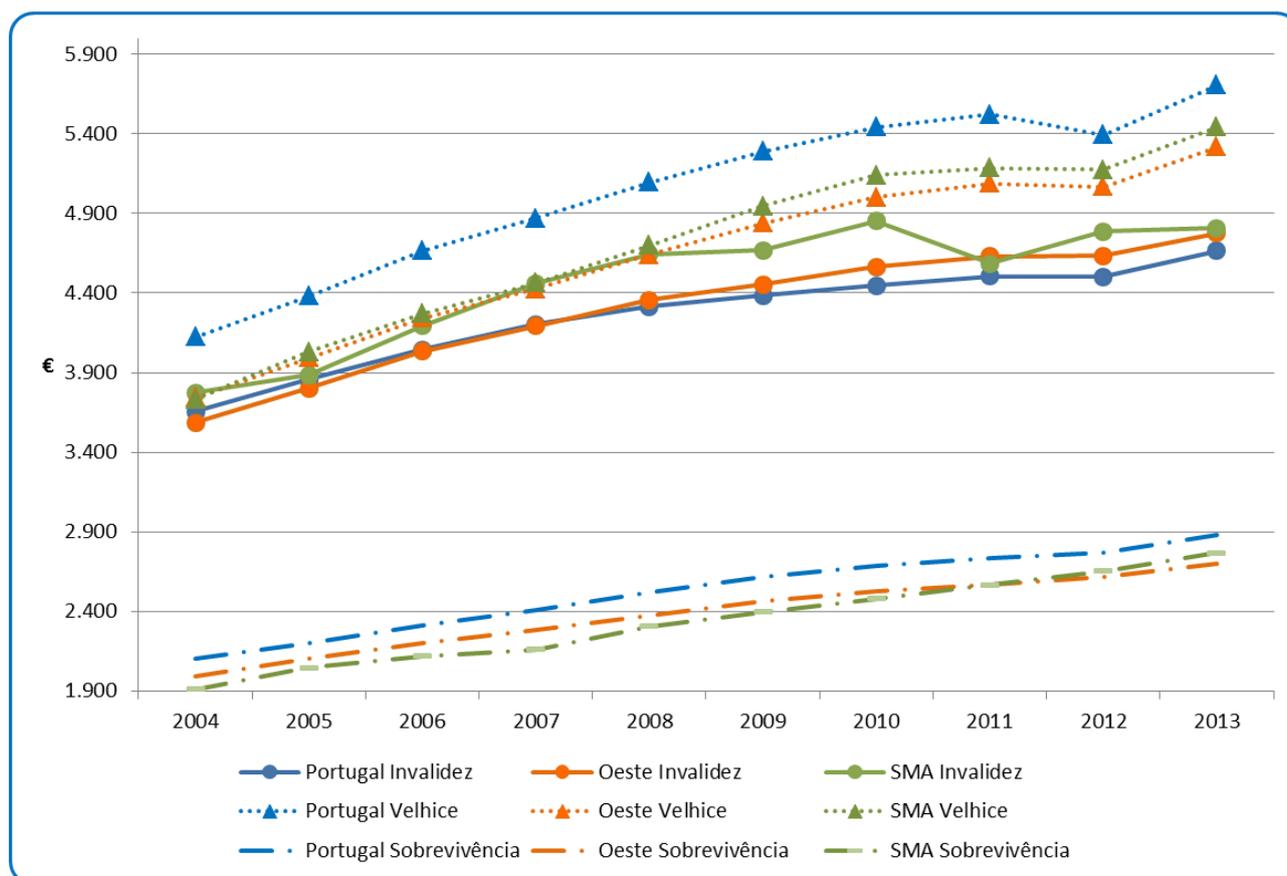
	SMA	4 430	4 852	5 141	2 482
2011	Portugal	4 742	4 504	5 520	2 735
	Oeste	4 411	4 631	5 088	2 571
	SMA	4 441	4 586	5 185	2 566
2012	Portugal	4 674	4 502	5 392	2 773
	Oeste	4 416	4 635	5 068	2 618
	SMA	4 487	4 785	5 175	2 654
2013	Portugal	4 928	4 663	5 704	2 879
	Oeste	4 618	4 777	5 316	2 703
	SMA	4 682	4 807	5 441	2 767

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

Comparando os valores concelhios com os dados nacionais e regionais, há diferenças a registar: o valor médio anual das pensões de invalidez é mais elevado no concelho do que a média do Oeste ou do que a média nacional. O valor concelhio da pensão de sobrevivência é, inversamente, mais baixo do que a média do Oeste e do que a média nacional.

Relativamente ao valor da pensão de velhice, o valor médio mais elevado é o nacional. Entre 2004 e 2008 existiu uma quase coincidência entre os valores concelhios e os valores do Oeste. De 2009 em diante (e até 2013), o valor concelhio é ligeiramente mais elevado do que a média do Oeste.

Gráfico n.º 58 - Valores médios anuais das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência – Portugal, Oeste e SMA



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

2.6.5. Subsídio de Desemprego

O subsídio de desemprego é uma prestação em dinheiro atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego (www.seg-social.pt).

O quadro seguinte apresenta o número de pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego entre 2003 e 2013 residentes em Sobral de Monte Agraço. Verifica-se que a partir de 2007 o número de pessoas a receber subsídio de desemprego subiu anualmente, sendo que o maior aumento registou-se de 2011 para 2012.

Quadro n.º 55. Beneficiários/as de subsídio de desemprego segundo o sexo e a idade

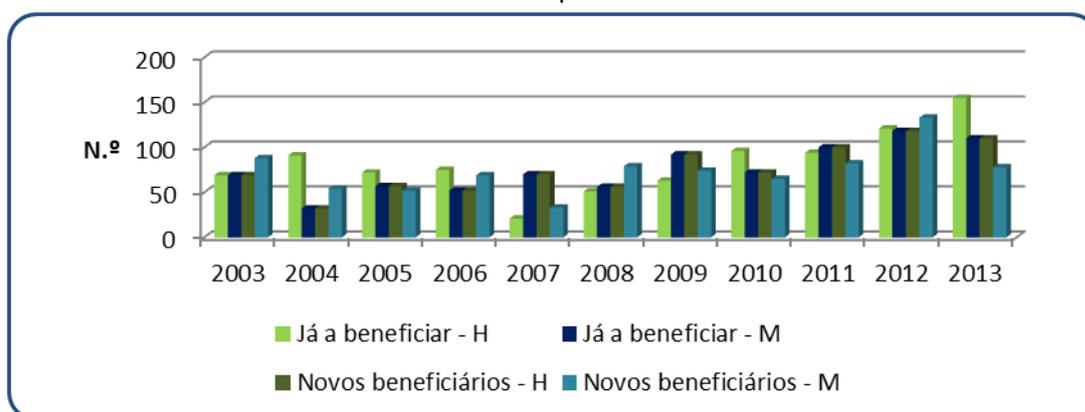
	Total	Sexo				Idade					
		Homens		Mulheres		Menos de 24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
		Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias						
2003	303	138	69	165	88	33	59	66	55	28	62
2004	286	123	32	163	54	22	61	76	55	22	50
2005	266	129	57	137	52	32	40	73	49	14	58
2006	260	127	52	133	69	26	39	80	45	16	54
2007	239	91	70	148	33	23	35	80	42	21	38
2008	260	107	56	153	79	33	44	73	42	26	42
2009	312	155	92	157	74	29	44	89	65	39	46
2010	336	168	72	168	65	30	43	96	73	36	58
2011	375	194	100	181	82	28	42	121	82	35	67
2012	496	239	118	257	133	29	55	158	121	49	84
2013	525	265	110	260	78	24	45	173	136	57	90

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

76

O gráfico seguinte permite visualizar a evolução no número de homens e mulheres a receber subsídio de desemprego, desagregando também os dados relativamente ao facto de terem começado a receber o subsídio naquele ano ou de já estarem a receber.

Gráfico n.º 59 - Número de beneficiários/as de subsídio de desemprego segundo a situação face ao ano em análise e por sexo



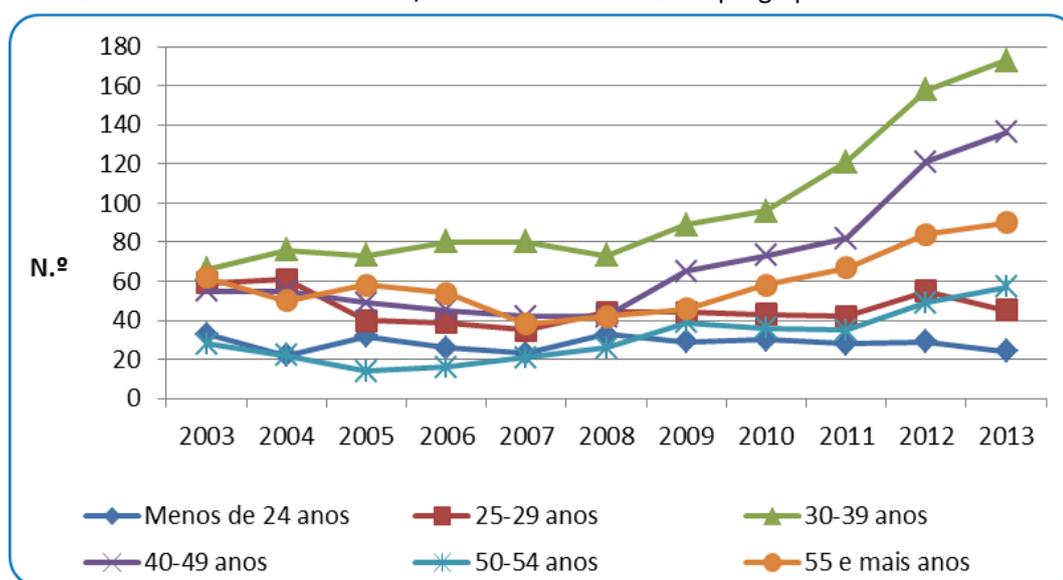
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

Registam-se grandes oscilações ao longo dos anos, mas destacando-se o ano de 2004 e o ano de 2013 como os anos em que maior número de homens já se encontrava a receber subsídio de desemprego. Tal remete para a existência de um número significativo de pessoas em desemprego de longa duração (um ano ou mais).

Relativamente às faixas etárias das pessoas a receber subsídio de desemprego, verifica-se que na maioria das situações existe constância ao longo do período em análise (2003-2013). Por um lado é na faixa dos 30 aos 39 anos que se encontra o maior número de pessoas a receber subsídio de desemprego, com uma curva ascendente bastante significativa de 2010 em diante.

Contrariamente, é nas faixas dos <24 anos e a 50-54 anos em que existem menos beneficiários/as do subsídio. Apenas no ano de 2013 a faixa dos 25 aos 29 anos se assumiu como segunda faixa etária com menos beneficiários/as, isto apesar de, globalmente, não apresentar grandes variações. Mas a maior variação acontece na faixa dos 40 aos 49 anos, que de 2008 a 2013 conhece um aumento muito expressivo.

Gráfico n.º 60 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego por faixa etária



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

O quadro seguinte apresenta dados referentes ao valor médio do subsídio de desemprego e ao número de dias de subsídio de desemprego entre 2004 e 2013 para Portugal, Oeste e Sobral de Monte Agraço.

Quadro nº 56 - Valor médio e número médio de dias do subsídio de desemprego

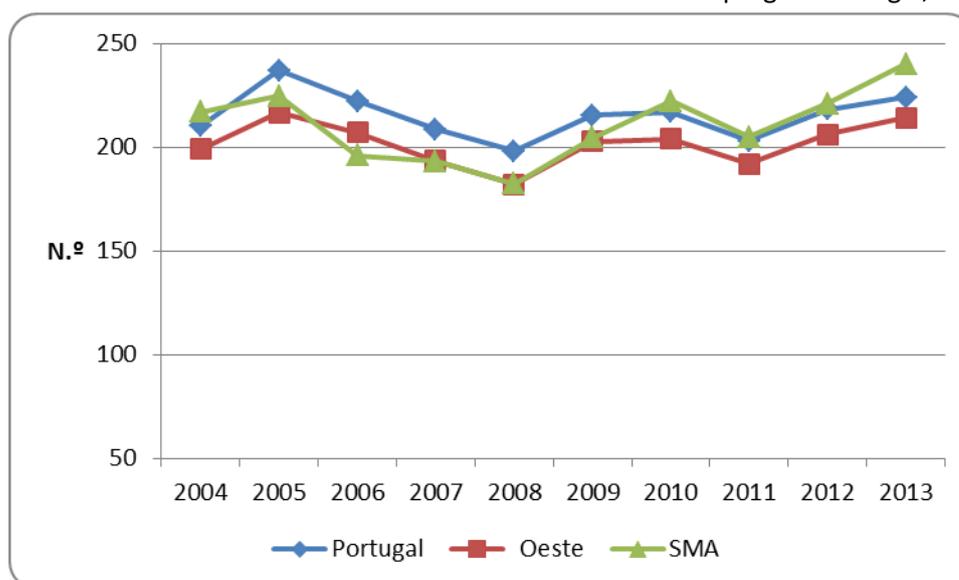
		Valor médio do subsídio de desemprego			Número médio de dias de subsídio de desemprego		
		HM	H	M	HM	H	M
2004	Portugal	2.994	3.522	2.587	210	218	204
	Oeste	2.648	3.175	2.323	199	205	196
	SMA	3.164	4.089	2.466	217	236	203
2005	Portugal	3 472	3 991	3 057	237	241	234
	Oeste	3 047	3 553	2 723	217	216	217
	SMA	3 538	4 310	2 810	225	207	243
2006	Portugal	3 392	3 809	3 059	222	222	222
	Oeste	3 045	3 474	2 762	207	208	206
	SMA	3 108	3 829	2 420	196	178	215
2007	Portugal	3 268	3 649	2 972	209	207	210
	Oeste	2 963	3 473	2 633	193	194	193
	SMA	3 137	4 143	2 519	193	211	182
2008	Portugal	3 136	3 465	2 877	198	196	200
	Oeste	2 832	3 258	2 555	182	179	184
	SMA	2 920	3 564	2 470	182	187	179

2009	Portugal	3 411	3 663	3 176	215	212	219
	Oeste	3 150	3 476	2 894	203	199	206
	SMA	3 305	3 422	3 190	205	188	221
2010	Portugal	3 497	3 794	3 214	217	217	216
	Oeste	3 215	3 600	2 900	204	205	202
	SMA	3 774	4 081	3 466	222	220	224
2011	Portugal	3 453	3 682	3 220	203	204	203
	Oeste	3 159	3 452	2 907	192	191	192
	SMA	3 486	3 751	3 203	205	205	206
2012	Portugal	3 732	3 951	3 496	218	220	216
	Oeste	3 445	3 766	3 137	206	211	202
	SMA	3 883	4 010	3 764	221	214	227
2013	Portugal	3 716	3 949	3 464	224	228	219
	Oeste	3 462	3 796	3 142	214	220	208
	SMA	4 075	4 301	3 846	240	241	238

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

Relativamente ao número médio de dias de subsídio de desemprego, até 2009 o valor concelhio estava abaixo da média nacional (entre 182 e 225 dias), mas a partir de 2010 tem um valor sempre acima da média nacional, sendo que essa distância cresce em 2013.

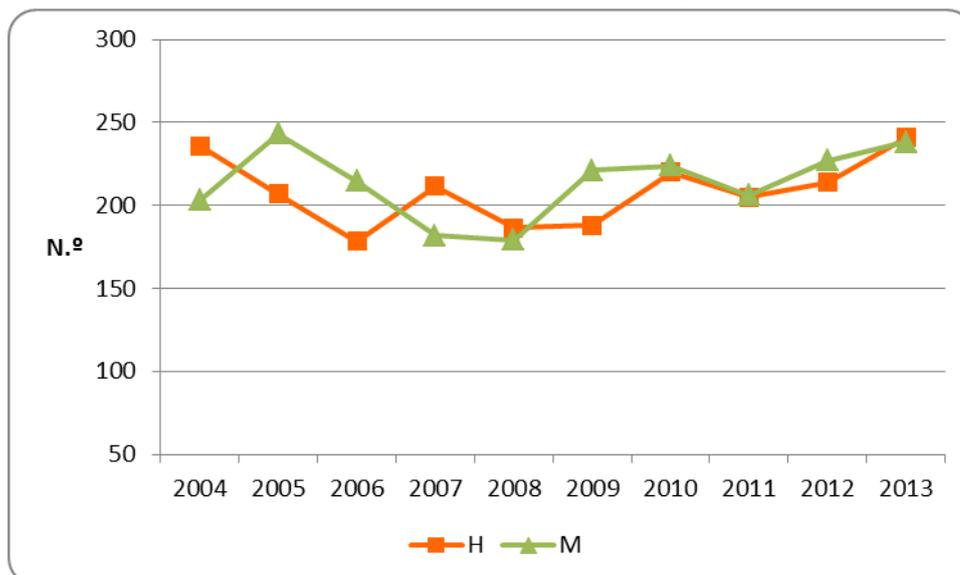
Gráfico n.º 61 - Número médio de dias de subsídio de desemprego – Portugal, Oeste e SMA



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

Analisando a média de número de dias de subsídio de desemprego entre homens e mulheres, constata-se que, no período em análise, não há um comportamento uniforme por sexo. Até 2010, altura a partir da qual há uma quase coincidência entre os sexos, o que se verifica é uma alternância entre homens e mulheres quanto ao maior número médio de dias de subsídio de desemprego.

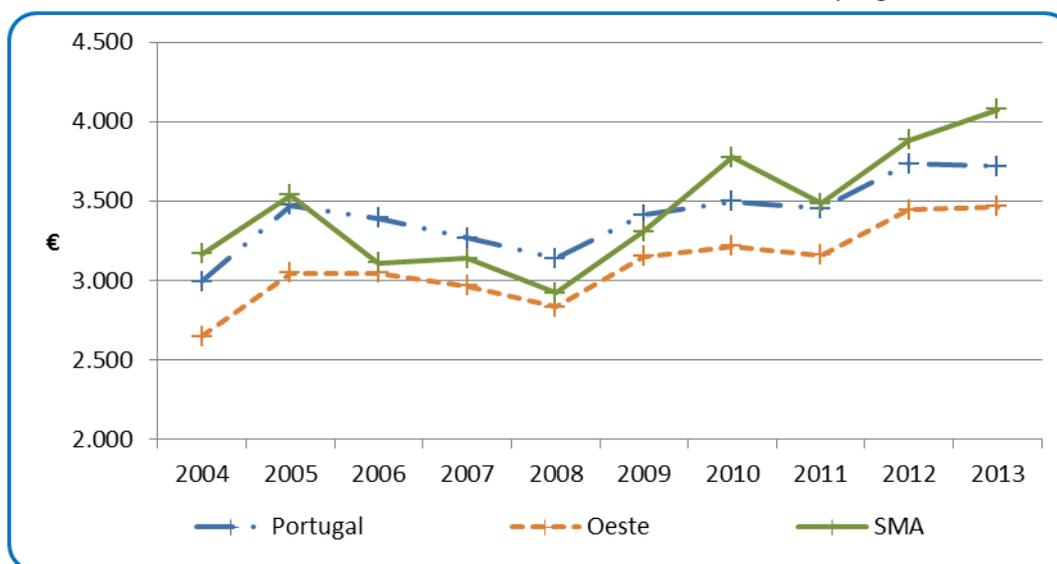
Gráfico n.º 62 - Número médio de dias de subsídio de desemprego em SMA – homens e mulheres



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

Comparando o valor médio concelhio do subsídio de desemprego com o do Oeste e com o de Portugal verifica-se que foi sempre superior ao oestino, e apenas entre 2005 e 2009 foi inferior à média nacional. Tal indicador é coincidente com o facto do número médio de dias de desemprego ser também mais elevado no concelho do que as médias regional e nacional.

Gráfico n.º 63 - Valor médio do subsídio de desemprego



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2003 a 2013

2.6.6. Subsídio de Doença

O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o/a beneficiário/a está temporariamente incapacitado/a para trabalhar do Oeste.

Quadro n.º 57 - Valor médio e número médio de dias do subsídio de doença

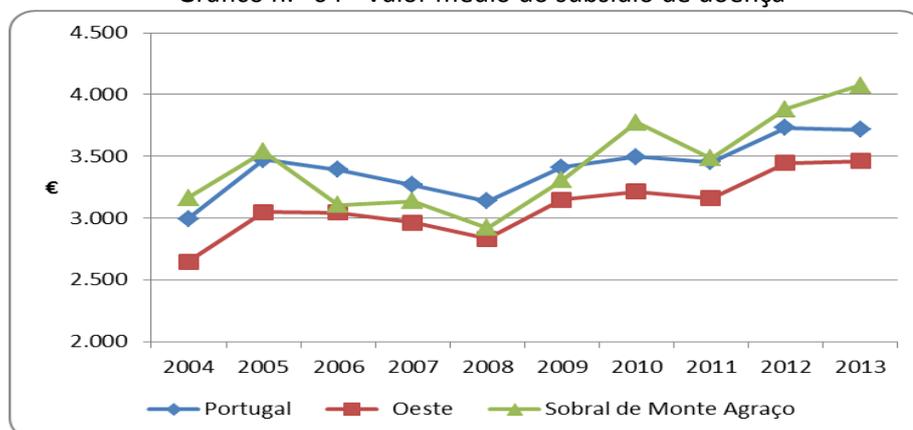
Ano		Valor médio do subsídio de doença	Número médio de dias de subsídio de doença
2004	Portugal	988	50
	Oeste	856	47
	SMA	889	49
2005	Portugal	829	70
	Oeste	751	64
	SMA	822	70
2006	Portugal	892	69
	Oeste	806	61
	SMA	844	66
2007	Portugal	835	61
	Oeste	804	60
	SMA	833	59
2008	Portugal	803	56
	Oeste	782	57
	SMA	960	66
2009	Portugal	797	52
	Oeste	801	55
	SMA	905	59
2010	Portugal	845	53
	Oeste	902	60
	SMA	1 045	64
2011	Portugal	842	52
	Oeste	936	59
	SMA	1 128	64
2012	Portugal	864	53
	Oeste	974	61
	SMA	1 036	61
2013	Portugal	849	54
	Oeste	988	63
	SMA	1 042	63

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

O valor médio do subsídio de doença do concelho esteve, entre 2004 e 2013, sempre acima do valor médio do Oeste. E a partir de 2010 esteve também acima da média nacional.

Graficamente:

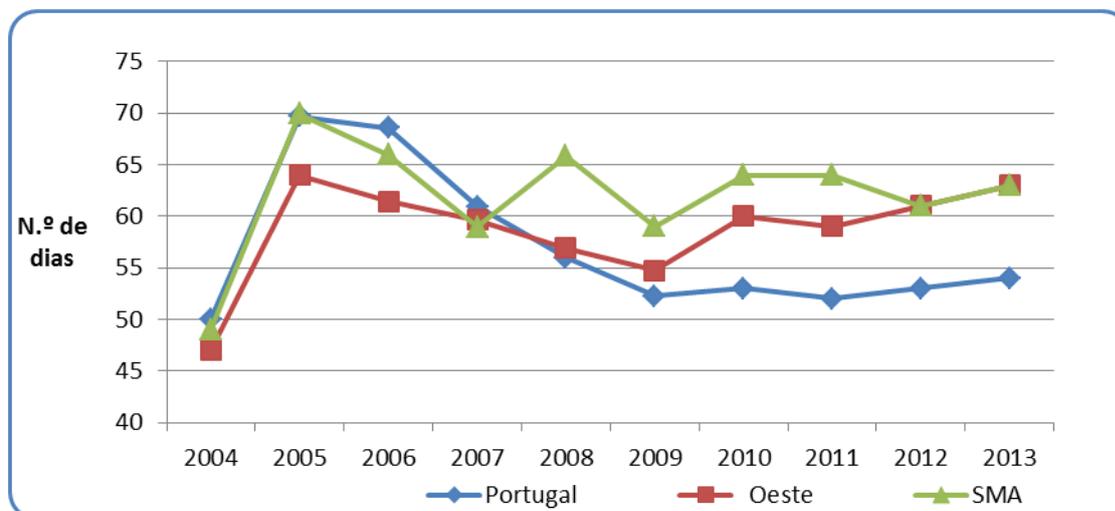
Gráfico n.º 64 - Valor médio do subsídio de doença



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

Também o número médio de dias de subsídio de doença do concelho é globalmente superior à média do Oeste e a partir de 2007 sempre superior à média de Portugal.

Gráfico n.º 65 - Número médio de dias de subsídio de doença



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

2.6.7. Outros subsídios

O quadro seguinte apresenta números e valores dos subsídios por assistência de 3.ª pessoa, mensal vitalício e de funeral.

Quadro n.º 58 - Outros subsídios pagos pela Segurança Social

81

	Subsídio por assistência de 3ª pessoa			Subsídio mensal vitalício			Subsídio de funeral	
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Valor processado
	N.º		milhares de euros	N.º		milhares de euros	N.º	milhares de euros
2004	9	9	7	11	11	23	22	4
2005	8	8	7	11	11	21	15	3
2006	9	9	9	11	11	23	28	6
2007	10	10	9	12	11	24	13	3
2008	11	11	10	11	11	27	26	5
2009	11	11	11	11	11	26	27	6
2010	10	10	10	12	12	25	22	5
2011	12	12	12	11	11	26	26	6
2012	15	15	14	12	12	28	20	4
2013	14	14	14	13	13	29	23	5

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2004 a 2013

O subsídio por assistência de terceira pessoa é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias para apoiar crianças e adultos com deficiência que exige acompanhamento permanente. É uma prestação em dinheiro atribuída ao pai ou à mãe, para prestar assistência a filho com deficiência ou doença crónica, integrado no agregado familiar, se o outro progenitor trabalhar, não pedir o subsídio pelo mesmo motivo e ou estiver impossibilitado de prestar assistência (www.seg-social.pt).

O subsídio mensal vitalício é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias para apoiar os filhos com mais de 24 anos e com deficiência que os impede de trabalhar. É uma prestação em dinheiro que se destina a compensar o acréscimo de encargos familiares dos descendentes dos beneficiários, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem impossibilitados de assegurar normalmente a sua subsistência pelo exercício de atividade profissional (www.seg-social.pt).

O Subsídio de funeral é uma prestação em dinheiro, atribuída de uma só vez, para compensar o requerente do subsídio das despesas efetuadas com o funeral de qualquer membro do seu agregado familiar ou de qualquer outra pessoa, incluindo os nascituros, desde que residente em território nacional. O montante corresponde a um valor fixo, quem em 2015 está fixado nos 213,86 EUR (www.seg-social.pt)

2.7 Entidades Concelhias

2.7.1. Associação Popular de Sobral de Monte Agraço

A Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (APSMA) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com Estatutos aprovados por Despacho Ministerial de 18 de Novembro de 1976, publicados no Diário da República nº. 290, III Série, de 14 de Dezembro de 1976, com Sede na Quinta dos Loureiros – Rua Manuel Pedro Cardoso em Sobral de Monte Agraço.

Em 1976 começou a funcionar na Cave da Residência Paroquial, e em 1983 foi inaugurado o Edifício Sede em terreno doado pela Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, com a área de 4000 m². Este edifício foi ampliado numa 2.ª fase, cuja inauguração aconteceu em Agosto de 2009, e permitiu que três das salas do Centro de Atividades de Tempos Livres passassem a funcionar no edifício sede (anteriormente funcionavam em salas cedidas pelo Município de SMA).

Os/as utentes da APSMA residem maioritariamente no concelho, mas a Instituição dá também resposta a crianças residentes nos concelhos limítrofes, designadamente, Arruda dos Vinhos, Alenquer, Torres Vedras e Mafra.

A capacidade das respostas e a frequência (a 31 de dezembro de 2014) é a seguinte:

Quadro n.º 59 – Respostas Sociais da Associação Popular de SMA

Respostas Sociais	Capacidade	Utentes	Horário
Creche	73	73	07:00 - 19:30
Centro de Atividades de Tempos Livres	128	102	07:00 - 19:30
Jardim de Infância	100	95*	07:00 - 19:30

Fonte: Associação Popular de Sobral de Monte Agraço

*Os 95 utentes em Jardim de Infância correspondem a 100% da capacidade porque estavam a frequentar crianças com NEE que implicavam a redução do grupo.

A Associação Popular de Sobral de Monte Agraço colabora com o Município na dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família dos jardins de infância públicos no concelho.

Para além das respostas sociais, a APSMA tem trabalhado ao longo da sua existência em diversos projetos em colaboração com as autarquias, Agrupamento de Escolas e outras forças vivas do Concelho, tais como, Comissões de Festas, etc.

Colabora ainda com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, na operacionalização do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados.

2.7.2. Comunidade Vida e Paz

A Comunidade Vida e Paz fundada em 1989, por uma religiosa da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, Maria Gonçalves Martins, apoiada por um grupo de católicos. A instituição foi canonicamente ereta por decreto de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa.

Dedica-se à reinserção social de pessoas em situação de Sem-Abrigo, promovendo nelas a consciência da sua dignidade humana e da capacidade da sua realização pessoal, proporcionando-lhes uma experiência de vida comunitária equilibrada, a frequência de um sólido programa de reabilitação e de formação profissional, com vista a promover um impacto positivo na *qualidade de vida* dos utentes e à sua inserção social.

A Comunidade Vida e Paz é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com registo em 22/06/89 no livro Nº 4 das Fundações de Solidariedade Social publicado no D.R.III série de 22/10/90.

A Comunidade Vida e Paz definiu a sua Missão, Visão, Princípios e Valores da seguinte forma:

A sua Missão é ir ao encontro e acolher pessoas sem-abrigo, ou em situação de vulnerabilidade social, ajudando-as a recuperar a sua dignidade e a (re)construir o seu projeto de vida, através de uma ação integrada de prevenção, reabilitação e reinserção. Por outro lado, na sua Visão, pretende-se que a Comunidade Vida e Paz seja uma organização de referência e de excelência na criação e dinamização de respostas às necessidades e potencialidades das Pessoas Sem-Abrigo ou em situação de vulnerabilidade social.

Sequencialmente, os Princípios e Valores da Comunidade Vida e Paz, prendem-se na inspiração e orientação pela Doutrina Social da Igreja, sustentando-se nos seguintes princípios e valores: Dignidade da Pessoa Humana, Bem Comum, Justiça Social, Subsidiariedade, Comunidade, Esperança, Espiritualidade, Verdade, Solidariedade, Comprometimento, Tolerância, Equidade.

A Comunidade Vida e Paz conta com mais de 600 Voluntários que todas as noites percorrem a cidade de Lisboa em 4 “carrinhas brancas” para escutar e motivar as pessoas Sem-Abrigo (uma média diária de 510 por noite) para a mudança de vida, usando como meio de aproximação a distribuição de alimentos e agasalhos. Dispõe de um Espaço Aberto ao Diálogo, em Chelas, onde intervém uma equipa técnica que acolhe, motiva e organiza o processo de encaminhamento das pessoas Sem-Abrigo para as respostas da instituição ou de outras entidades habilitadas.

Desenvolve programas de reabilitação com duração aproximada de 12 meses considerando a pessoa nas suas vertentes física, psíquica e espiritual. Para o efeito, dispõe de:

- Duas Comunidades Terapêuticas com capacidade para 137 utentes localizadas em Fátima e Venda do Pinheiro.
- Duas Comunidades de Inserção com capacidade para 88 utentes: Sapataria e Venda do Pinheiro.
- Dois Apartamentos de Reinserção com capacidade para 15 utentes, em Leiria e Venda do Pinheiro
- Uma Unidade de Vida Autónoma com capacidade para 7 utentes localizada em S. Pedro da Cadeira, Torres Vedras
- Uma Empresa de Inserção Social COVIPAZ – com capacidade para 9 utentes sedeadas na Venda do Pinheiro
- Dois Apartamentos Partilhados – com capacidade para 8 utentes, e localizados na Damaia e Odivelas.
- Acompanhamento Pós-Alta ou *Follow-Up* – para dar apoio a todos os ex-utentes que se autonomizaram.

Habitualmente estão em reabilitação ou em fase de inserção 245 que se encontravam anteriormente na situação de *Sem-Abrigo*. Anualmente integra na sociedade entre 80 a 90 pessoas reabilitadas.

A Comunidade Vida e Paz dá ainda, apoio a Famílias Carenciadas ajudando-as na sua reestruturação e necessidades básicas. Habitualmente apoia 16 famílias e nos últimos 4 anos deixou de apoiar 18 famílias por já não carecerem de ajuda.

Promove o Projeto Escolas interagindo com professores e alunos de escolas sensibilizando-os para a questão da exclusão, dependências e promovendo a partilha. Em 2010 envolveu cerca de 4.500 alunos de 72 escolas. Organiza também durante 3 dias a Festa de Natal das Pessoas Sem-Abrigo na Cantina da Cidade Universitária onde colaboram mais de 1.000 voluntários.

No Centro Quinta do Espírito Santo funcionou de 1997 a 2004 uma resposta para a população em situação de sem-abrigo mais idosa.

Desde 2004 encontra-se em funcionamento nela uma Comunidade de Inserção, destinada a pessoas em condição biopsicossocial de *sem-abrigo* ou de vulnerabilidade social, em idade activa, do sexo masculino, com co-morbilidade elevada, com ou sem problemas de dependência. Toda a intervenção desenvolvida está

inspirada no modelo de reabilitação psicossocial e no modelo de qualidade de vida de Schalock e parte de uma visão holística da pessoa. A intervenção é assegurada por uma equipa multidisciplinar.

O centro tem uma capacidade de 67 utentes sendo comparticipadas 64 pelo Instituto da Segurança Social.

No exterior, mas afeto ao Centro, existe a Unidade de Vida Autónoma de S. Pedro da Cadeira com uma capacidade de 7 camas, financiadas na totalidade pela mesma entidade. Depende ainda do centro o *Apartamento Partilhado* de Odivelas.

A resposta social da Comunidade de Inserção do Centro da Quinta do Espírito Santo, enquanto patamar de transição para uma vida ajustada em sociedade, contribui em larga medida para elevar o nível de sucesso das outras intervenções existentes dentro da Comunidade Vida e Paz, vistas dentro de um contínuo de respostas desde a rua à reinserção. A Comunidade de Inserção possibilita a reestruturação e a implementação de um projeto de vida em ordem à reabilitação e autonomia dos utentes.

A intervenção é promovida com recurso a 24 colaboradores e está organizada com os seguintes serviços: Serviços de Reabilitação, Serviços de Intervenção Complementar, Serviços Administrativos, Financeiros e de Apoio Geral e o Serviço de Apoio Espiritual. Incluem-se nos Serviços de Reabilitação o Serviço de Desenvolvimento de Competências, o Serviço de Psicologia, o Serviço Social e o Serviço de Formação/Atividades Oficiais. Incluem-se nos Serviços de Intervenção Complementar o serviço de medicina geral e psiquiatria, o serviço de acompanhamento e as atividades culturais, recreativas e de lazer. Incluem-se nos Serviços Administrativos, Financeiros e de Apoio Geral o Económico/Serviço de Refeições, a Contabilidade e Tesouraria e o Secretariado e Apoio Geral.

O centro conta com a colaboração permanente e competente de 10 voluntários/as que se enquadram com programa de voluntariado específico. Promove-se uma atuação em parceria com outras entidades nomeadamente com o Hospital Júlio de Matos, Casa de Saúde do Telhal, Centro de Formação Profissional de Alcoitão, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Associação CAIS entre outras.

Quadro n.º 60 – Unidades funcionais da CVP e Movimentação de residentes de 2005 a 2012

Unidades em funcionamento	Criação	Lotação	Movimento de Residentes							
			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Transitados do Ano Anterior										
Comunidade de Inserção	2004	67 (64)	64	64	64	67	63	62	64	60
Unidade de Vida Autónoma	2006	7	0	0	7	7	7	7	7	7
2. Novas Entradas										
Comunidade de Inserção	2004	67 (64)	75	61	51	39	55	46	77	66
Unidade de Vida Autónoma	2006	7	0	8	1	3	10	4	6	4
3. Altas Programadas (reinscrições e transferências)										
Comunidade de Inserção	2004	67 (64)	26	35	32	29	37	32	48	46
Unidade de Vida Autónoma	2006	7	0	1	1	3	9	3	6	4
4. Altas/Saídas a pedido do utente e não programadas (abandonos, óbitos)										
Comunidade de Inserção	2004	67 (64)	29	23	16	14	18	12	33	17
Unidade de Vida Autónoma	2006	7	0	0	0	0	1	1	0	0
5. Em Permanência (31 Dez.)										
Comunidade de Inserção	2004	67 (64)	69	64	67	63	62	64	60	63
Unidade de Vida Autónoma	2006	7	0	7	7	7	7	7	7	7

Fonte: Comunidade Vida e Paz

A Comunidade de Inserção e Unidade de Vida Autónoma foram em 2013 certificadas segundo o referencial EQUASS – European Quality in Social Services, tendo obtido o nível de certificação EQUASS Assurance. O referencial, da iniciativa da EPR – Plataforma Europeia de Reabilitação, assenta em 10 princípios tidos em conta na organização dos serviços e na intervenção, nomeadamente: Liderança, Recursos Humanos, Direitos,

Ética, Parceiras, Participação, Orientação para o cliente (utentes/pessoas servidas/utilizadores), Abrangência, Orientação para os resultados e melhoria contínua.

2.7.3. Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

A Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço é uma Associação de Fiéis constituída na ordem jurídica canónica, fundada em 1949, por iniciativa de um grupo de Sobralenses que tinham por objetivo dar resposta a carências sociais, nomeadamente o combate a situações de pobreza. Inicialmente a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço consubstanciava-se na atribuição de géneros alimentares, roupas e medicamentos.

Contudo, a cedência de um terreno por parte da Câmara Municipal, possibilitou à Misericórdia a construção de um Hospital, passando desde então a desenvolver uma ação de grande valia no campo dos cuidados gerais de saúde da população do concelho. Esta atividade terminou em virtude da expropriação do Hospital, levada a efeito após o 25 de Abril de 1974.

A Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço, com sede no Alto de Fetais deste Concelho, iniciou a resposta social Lar a 17 de Fevereiro de 1987 - Acordo celebrado para 37 Clientes e alargado a 30 de Agosto de 2007 para 57 Clientes. Posteriormente alargou a sua atividade às respostas sociais de Centro de Dia - Acordo celebrado em 2000 para 25 Clientes, Apoio Domiciliário - Acordo celebrado em 1992 para 20 Clientes e alargado em 2007 para 30 Clientes, e Lar de Grandes Dependentes -L.G.D. – acordo celebrado para 9 Clientes em 2000 e alargado a 1 de Fevereiro de 2007 para 26 Clientes. Em dezembro de 2012 a Instituição voltou a alargar o seu âmbito de atividade, com a resposta de cantina social, com capacidade para 12 pessoas. Face ao agravamento da situação económica e social, muitas famílias revelavam carências alimentares pelo que em Julho de 2013 o acordo foi alargado para 100 pessoas.

São objetivos da Instituição a prevenção de carências sociais sentidas pela população. Neste sentido a sua ação visa a realização de atividades sociais no apoio às famílias e idosos, abrangendo a área da intervenção social, de forma a assegurar aos cidadãos locais a proteção na doença, na invalidez e na velhice, através das diversas respostas sociais.

A Santa Casa da Misericórdia tem, atualmente, as seguintes respostas sociais: Lar, Lar de Grandes Dependentes (com edifício próprio), Centro de Dia, Apoio Domiciliário e projeto de Cantinas Sociais.

A sua área geográfica de intervenção abrange as três freguesias do concelho – Sobral de Monte Agraço, Santo Quintino e Sapataria – prestando, em situações excecionais, apoio a Clientes dos concelhos limítrofes (Mafra, Alenquer, Torres Vedras e Arruda dos Vinhos).

Quadro n.º 61 - Caracterização das Respostas Sociais da SCMSMA*

Morada/ Contacto	LAR	LGD	CD	AD
	E.N.248, Alto de Fetais, 2590-095 SMA 261941603	Praça 25 de Abril,Nº8, 2590-003 SMA 261941284	E.N.248, Alto de Fetais, 2590-095 SMA 261941603	E.N.248, Alto de Fetais, 2590-095 SMA 261941603
Capacidade	57	26	25	50
Celebração Acordos	30.08.2007	30.11.2006	30.08.2007	30.08.2007
Cientes com Acordo	57	26	25	30
Freq. Nº Clientes Com Acordo	57	26	22	30
Proc. Nº Clientes Com Acordo	73	31	38	46
Custo Médio Cliente	€1010	€1030	€395,12	€431,15
Nº Utentes Sem Mensalidade	0	0	0	3
Mensalidade Média Utentes	€492,61	€364,59	€230,38	€87,44
Lista de Espera	123 mulheres + 71 homens + 27 casais		0	0

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

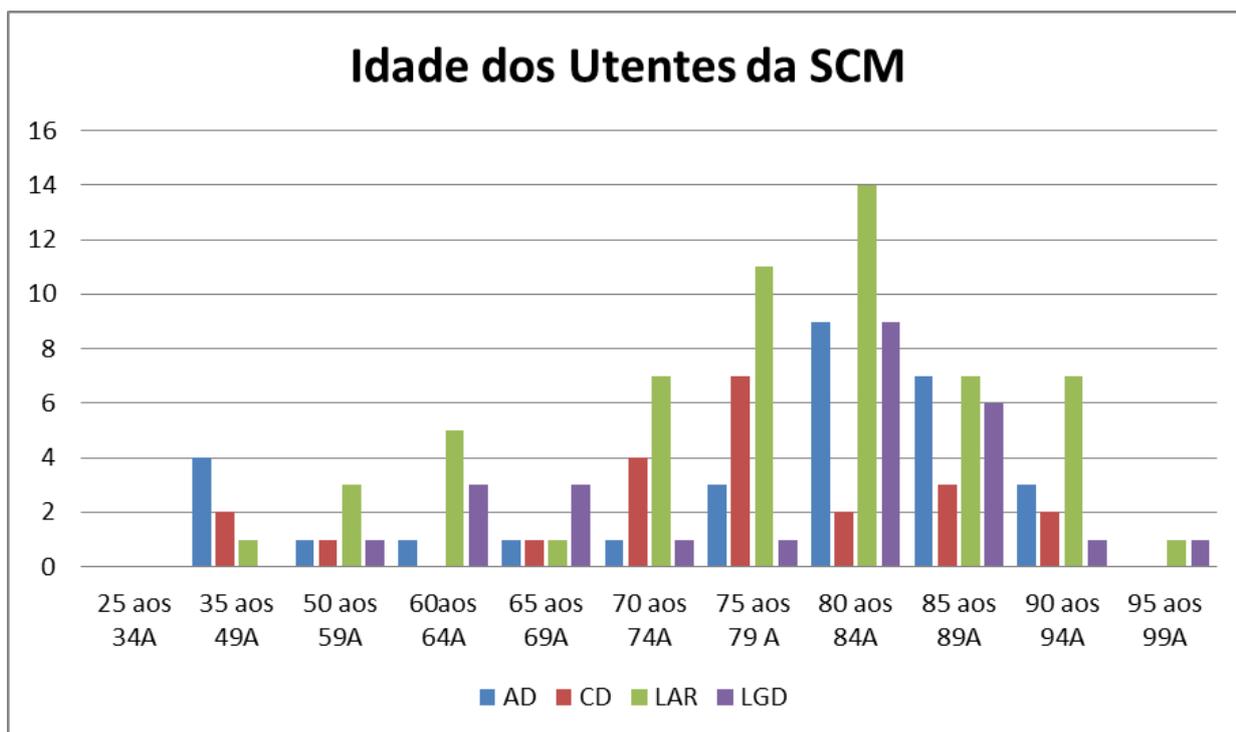
* Informação referente a 31/12/2014

Quadro n.º 62 – Serviços prestados na Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço
(a azul encontram-se identificados os serviços básicos inerentes a cada resposta social e a amarelo os serviços que não sendo obrigatórios a Instituição disponibiliza)

	Lar	Lar de Grandes Dependentes	Centro de Dia	Apoio Domiciliário
Apoio Social				
Acompanhamento Médico			EXTRA	
Enfermagem			EXTRA	
Fisioterapia			EXTRA	EXTRA
Animação				
Higiene Pessoal				
Cuidados de imagem				
Aquisição de bens e géneros, pagamento de serviços				
Higiene Habitacional				
Tratamento de Roupas				
Teleassistência				
Alimentação				
Deslocação e acompanhamento a tratamentos	EXTRA	EXTRA		
Mobilização				
Ajudas Técnicas			EXTRA	EXTRA
Acompanhamento psiquiátrico	EXTRA	EXTRA	EXTRA	EXTRA
Acompanhamento psicológico	EXTRA	EXTRA	EXTRA	EXTRA

Relativamente ao Centro do Dia é de salientar que funciona durante 7 (sete) dias da semana, sendo que ao fim de semana não existe transporte de Clientes, tendo de ser os familiares a assegurarem o mesmo. Importa referir que dos/as 30 clientes do Apoio Domiciliário abrangidos pelo Acordo de Cooperação, 10 (dez) têm também acordo para o fim de semana.

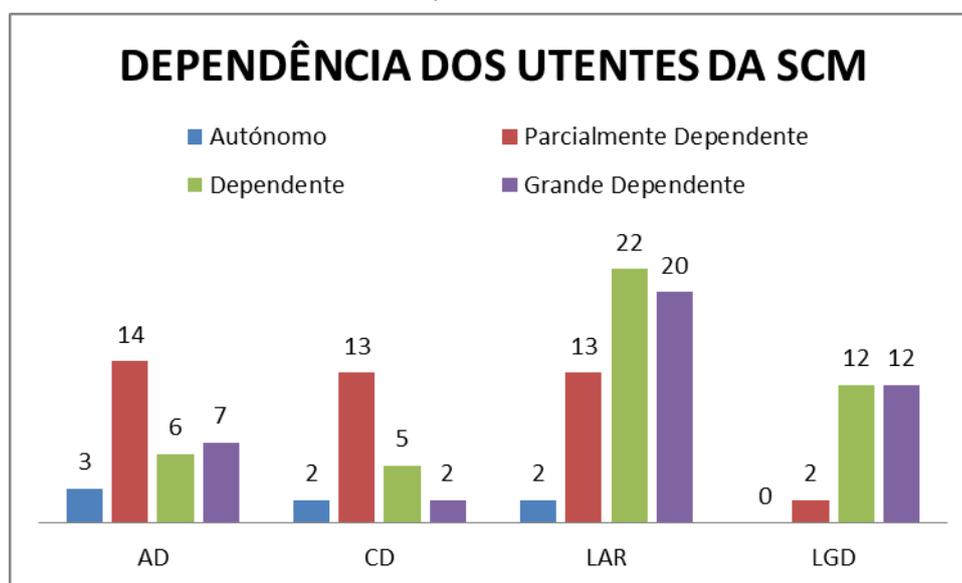
Gráfico n.º 66 – Média de idades dos/as clientes da SCMSMA



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

Da leitura do gráfico anterior é possível verificar que na resposta lar, a maioria dos/as clientes tem idades entre os 75 e os 84 anos. Já no LGD, a maioria das idades concentra-se dos 80 aos 89 anos. Já no Centro de Dia, a idade com mais expressão desce para as faixas dos 70 aos 79 anos.

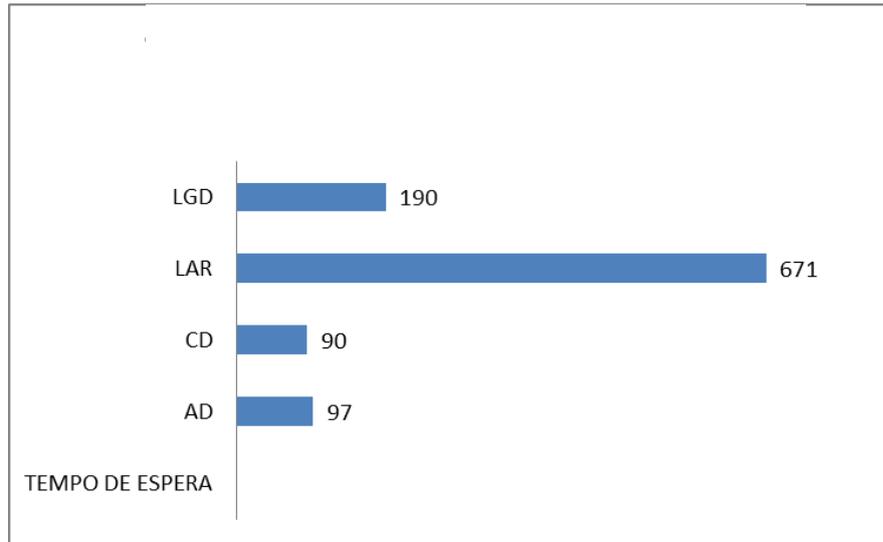
Gráfico n.º 67 – Graus de dependência dos/as clientes da SCMSMA



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

O gráfico anterior permite verificar que os/as clientes das diferentes respostas estão em situação de dependência, sendo esta mais agravada em quem está nas respostas de Lar e LGD.

Gráfico n.º 68 – Tempo de espera dos/as clientes admitidos em 2014



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

O gráfico reporta ao número de dias entre a data de inscrição e a data de admissão dos Utentes que integraram uma das respostas da Santa Casa da Misericórdia durante o ano de 2014. Os tempos de espera podem ocorrer por duas situações distintas: em caso de não existência de vaga na resposta à qual a pessoa se candidata (o que ocorre por norma para a resposta de Lar) ou impedimento do próprio candidato ou de seu familiar na integração imediata na resposta (frequente nas respostas de serviço de apoio domiciliário e centro de dia).

89

Em 2014, foram dinamizados os seguintes projetos:

- Entidade gestora do Banco de Ajudas Técnicas (parceria com o Município e o Centro de Saúde);
- Entidade mediado do Programa FEAC;
- Entidade mediadora do projeto das Cantinas Sociais, do Instituto da Segurança Social;
- Entidade parceira da Equipa de Cuidados Continuados;
- Entidade parceira da Rede Social.

2.7.4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço (adiante designada CPCJ) foi criada tendo por base a Lei 147/99 de 1 de setembro, designada Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo que regula a criação, a competência e o funcionamento das comissões de proteção de crianças e jovens em todos os concelhos do País, determinando que a respetiva instalação seja declarada por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e da Segurança Social e do Trabalho.

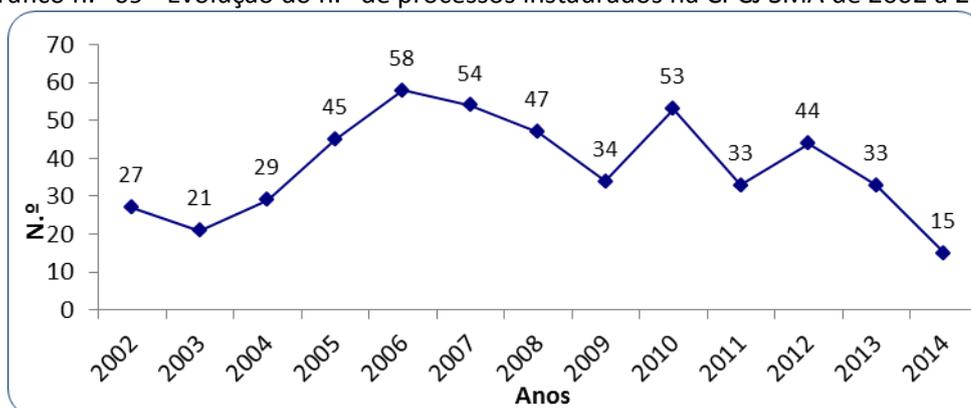
De acordo com o disposto no n.º 1, artigo 3.º dessa mesma Lei, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional. A intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e do jovem em perigo tem lugar quando a pessoa adulta por ela responsável (pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto) ponha em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando, não sendo a causadora da situação de perigo, não a consigam remover de modo adequado.

A CPCJ de Sobral de Monte Agraço foi constituída a 18 de junho de 2002, exercendo a sua competência na sede do concelho. A Comissão funciona em modalidade alargada e modalidade restrita.

A Comissão Alargada congrega todos/as os/as representantes das entidades legalmente previstas e todos os elementos cooptados. À Comissão Alargada cabe um importante papel quer na promoção dos direitos das crianças e jovens residentes no seu concelho de abrangência, quer na prevenção das situações de perigo. Na modalidade restrita, a Comissão funciona só com os membros que foram designados para o efeito, de entre todos os que a compõem. Aos membros da CPCJ a funcionar na modalidade restrita compete, genericamente, a intervenção nas situações identificadas como de perigo para a criança ou jovem, procedendo ao respetivo diagnóstico e instrução do processo, decisão, acompanhamento e revisão da medida de promoção e proteção.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução do número de processos instaurados desde 2002 até 2014.

Gráfico n.º 69 - Evolução do n.º de processos instaurados na CPCJ SMA de 2002 a 2014



Fonte: Relatórios anuais da CPCJ de SMA de 2002 a 2014

Após uma tendência de crescimento no número de processos instaurados, a partir de 2007 verifica-se um decréscimo, interrompido apenas no ano de 2010. O valor de 2010 deve-se ao facto do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral ter sinalizado crianças que, de acordo com a legislação, estão fora do âmbito de intervenção das CPCJ. Esta situação foi corrigida nesse mesmo ano e os números posteriores refletem também um melhor entendimento das situações que deverão ser sinalizadas.

Desagregando os processos instaurados por sexo, como é observável no gráfico seguinte, com exceção do período entre 2003-2005, há sempre mais processos instaurados a menores do sexo masculino.

Quadro n.º 63 - N.º de crianças sinalizadas na CPCJ SMA, por sexo, de 2002 a 2014

Faixa etárias	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
0-2	0	3	3	7	11	8	5	0	7	6	6	6	1
3-5	2	4	3	6	10	8	7	4	1	2	6	5	4
6-10	3	2	14	11	16	17	14	5	10	7	4	7	4
11-12	2	3	0	3	8	4	4	5	5	3	9	4	1
13-14	7	2	4	8	6	8	5	6	8	5	8	3	2
15-17	11	4	4	1	7	5	7	6	8	6	10	8	1
18-21	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	2
Sem info	2	2	1	9	0	4	5	7	13	4	0	0	0
Total	27	21	29	45	58	54	47	34	53	33	44	33	15

Fonte: Relatórios anuais da CPCJ de SMA de 2002 a 2014.

Olhando para a faixa etária dos/as menores, verifica-se que entre 2004 e 2008 existiu uma maior prevalência na faixa etária dos 6 aos 10 anos. De 2009 em diante existem uma maior dispersão pelas diferentes faixas etárias.

Do quadro seguinte constam as sinalizações por tipologia da situação de perigo sinalizada:

Quadro n.º 64 - N.º de crianças sinalizadas na CPCJ SMA, por faixa etária, de 2002 a 2014

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Negligência	4	10	16	25	32	25	20	7	19	14	12	8	5
Abandono escolar	22	5	6	5	5	3	2	10	16	3	3	3	2
Absentismo Escolar	0	0	0	4	8	2	1	0	0	0	0	1	0
Exposições comportamentos desviantes	0	1	0	8	8	6	9	3	1	3	7	5	4
Problemas de saúde	0	1	1	1	2	3	1	0	0	0	0	0	0
Maus-tratos físicos	1	1	2	1	2	6	5	6	0	4	1	6	0
Maus-tratos psicológicos/abuso emocional	0	0	3	0	0	2	0	3	7	0	3	1	1
Prática de comportamentos desviantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	18	7	2
Abusos sexuais	0	2	0	0	0	2	2	0	2	0	0	0	0
Prática de facto qualificado como crime	0	0	1	0	1	3	5	1	6	0	0	2	0
Guarda ocasional	0	0	0	1	0	2	2	0	0	1	0	0	0
Fuga/ Desaparecimento	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0
Abandono	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1
Total	27	21	29	45	58	54	47	34	53	33	44	33	15

Fonte: Relatórios anuais da CPCJ de SMA de 2002 a 2014

As problemáticas mais sinalizadas são a negligência, o abandono escolar, a exposição a comportamentos desviantes (estão aqui incluídas as situações de violência doméstica) e os maus-tratos físicos.

2.7.4.1. Projeto “Tecer a Prevenção”

Para além da intervenção nas situações de perigo, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço intervém também na prevenção do risco e do perigo na infância e juventude. Para que esse trabalho seja realizado de forma estruturada e planeada, a 01/10/2012 a CPCJ SMA deliberou a adesão ao projeto “Tecer a Prevenção”, projeto da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco que tem como resultados esperados o conhecimento sobre os fatores de risco e proteção no concelho, a interpretação desses fatores e a definição de fatores de mudança.

Estes fatores de mudança estão vertidos no Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança 2014-2015, cujas ações estão organizadas em torno de três eixos: Promoção dos Direitos das Crianças e dos Jovens, Promoção da Parentalidade Positiva e Promoção de Projetos de Vida Saudáveis (Prevenção de Comportamentos de Risco dos Jovens).

2.7.5. Sociedade São Vicente de Paulo

A Sociedade de S. Vicente de Paulo é uma organização católica internacional de leigos fundada em Paris, em 1833, por Frederico Ozanam. Inspirada no pensamento e obra de S. Vicente de Paulo, procura apoiar aqueles que se encontram em situação de necessidade. De carácter católico, a Sociedade de S. Vicente de Paulo está

aberta a todas as pessoas que, independentemente de professarem o Catolicismo, se mostrem disponíveis para prestar apoio ao próximo (cf. www.ssvp.pt).

No território, a Sociedade de S. Vicente de Paulo organiza-se em Conferências. Em Sobral de Monte Agraço, a Conferência S. Vicente de Paulo neste momento conta com sete vicentinas e as suas fontes de financiamento provêm dos benfeitores, das vendas na Feira das Tasquinhas, do apoio do Município de Sobral de Monte Agraço e das doações de particulares.

No concelho de Sobral de Monte Agraço esta instituição apoia e acompanha, mensalmente, cerca de 15 a 20 agregados. Atua em situações de extrema necessidade, quando não existem respostas das instituições oficiais, ou em articulação com estas, de modo a suprir as carências básicas manifestadas pelos indivíduos ou famílias. Os tipos de apoios prestados são os seguintes:

- Apoio económico em situações de carência (despesas de educação, água, eletricidade, gás, renda, farmácia, transportes);
- Apoio ao nível de obras em habitações;
- Distribuição de géneros alimentares;
- Distribuição de fraldas a pessoas acamadas;
- Distribuição de vestuário e calçado usado;
- Distribuição de cobertores e colchões;
- Distribuição de mobiliário;
- Distribuição de cabazes alimentares no Natal e na Páscoa;
- Encaminhamento para outras instituições.

No final de 2014, foram sobretudo as pessoas desempregadas com crianças quem mais procurou apoio da Conferência de S. Vicente de Paulo, seguindo-se os idosos.

2.7.6. Agrupamento 272 do Corpo Nacional de Escutas

O Agrupamento 272 do Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, funciona em instalações próprias na sede do Concelho, sobretudo ao sábado à tarde.

Desenvolve uma Pedagogia própria, assente num Projeto Educativo centrado no indivíduo que contribui para o seu desenvolvimento físico, afetivo, de carácter, espiritual, intelectual e social. Estão abrangidas as crianças e jovens dos 6 anos aos 10 anos, 10 aos 14, 14 aos 18, 18 até aos 22 anos.

Todas as dimensões acima são implementadas de uma maneira progressiva e adequada a cada grupo etário, através de atividades que envolvem o contato com a natureza e com a comunidade local. Em Dezembro de 2012, o Agrupamento 272 contava com 96 elementos (no conjunto dos adultos e das crianças e jovens).

O acolhimento/entrada de elementos poderá ser condicionada por falta de espaço das instalações e também pela falta de elementos adultos que colaborem no desenvolvimento do projeto educativo.

2.8 Projetos em Parceria

2.8.1. Banco de Ajudas Técnicas

O Banco de Ajudas Técnicas (BAT) surgiu de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, o Município de Sobral de Monte Agraço e o Centro de Saúde de Sobral de Monte Agraço, tendo sido concretizado através da realização de uma candidatura a um projeto da Fundação Calouste Gulbenkian.

O BAT começou assim a ser planeado e pensado em 2008, tendo a candidatura sido aprovada em 2009. No entanto, só em Janeiro de 2010 o BAT iniciou a sua atividade, sendo esta baseada no Regulamento Interno.

O projeto atribui Ajudas Técnicas, ou seja, equipamentos que melhoram a qualidade de vida de pessoas que tenham alguma dependência e/ou das pessoas que delas cuidam, no âmbito geográfico do concelho de Sobral de Monte Agraço e no restante território português.

Através do Regulamento que entrou em vigor a 12 de Março de 2010, foram estipuladas duas modalidades de cedência de ajudas técnicas:

- Na modalidade de empréstimo, poderão ser requeridas e atribuídas a qualquer residente, permanente ou temporário, do concelho de Sobral de Monte Agraço, que seja portador de deficiência / dependência e que apresente diminuição de autonomia a nível físico e/ou psicológico. Para efeitos do BAT, podem beneficiar na modalidade de empréstimo, os indivíduos que morem em localidades que pertençam também a qualquer outro concelho limítrofe, assim como os residentes noutros concelhos, que se encontrem inscritos no Centro de Saúde do Sobral de Monte Agraço.

- Na modalidade de aluguer, poderão ser requeridas por qualquer residente no território português, que seja portador de deficiência / dependência e que apresente diminuição de autonomia a nível físico e/ou psicológico. Passando a caracterizar as pessoas beneficiárias, verifica-se que ao nível do sexo, há sempre uma maior prevalência do sexo feminino:

Quadro nº 65 - N.º de beneficiários do BAT de acordo com o sexo de 2011 a 2014

Sexo	2011		2012		2013		2014	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Masculino	25	41,7	32	38,6	35	44,3	26	38,8
Feminino	35	58,3	51	61,4	44	55,7	41	61,2
Total	60	100	83	100	79	100	67	100

Fonte: Relatórios do BAT 2011, 2012, 2013 e 2014

Relativamente às faixas etárias, tanto em 2011 como em 2012 a faixa etária com maior expressão é a dos 80 aos 89 anos, seguindo-se a dos 70 aos 79 anos. Tais resultados são os expectáveis uma vez que é nas idades mais avançadas que tendencialmente existe uma maior prevalência das dependências e incapacidades.

Quadro nº 66 - N.º de beneficiários do BAT de acordo com a idade de 2011 a 2014

Faixas etárias/ anos	2011		2012		2013		2014	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 49 anos	1	1,7	0	0,0	0	0,0	3	4,5
50-59	2	3,3	4	4,8	4	5,1	3	4,5
60-69	9	15,0	8	9,6	8	10,1	6	9,0
70-79	12	20,0	20	24,1	19	24,1	14	20,9
80-89	28	46,7	40	48,2	37	46,8	31	46,3
90 e + anos	8	13,3	11	13,3	11	13,9	10	14,9
Total	60	100	83	100	79	100	67	100

Fonte: Relatórios do BAT 2011, 2012, 2013 e 2014

A modalidade de empréstimo engloba a quase totalidade dos pedidos feitos ao BAT, sendo os pedidos de aluguer pouco expressivos, revelando que responde praticamente em exclusividade à população concelha:

Quadro n.º 67- Modalidade de cedência do BAT

	Empréstimo		Aluguer	
	N.º	%	N.º	%
2011	57	95	3	5
2012	80	96,4	3	3,6
2013	77	97,5	2	2,5
2014	67	100	0	0

Fonte: Relatórios do BAT 2011, 2012, 2013 e 2014

Desde o início de funcionamento do BAT e até 2014, as ajudas técnicas são maioritariamente disponibilizadas no próprio dia, ou no dia seguinte ao do pedido.

94

Uma das razões para que a ajuda técnica não seja disponibilizada no dia da formalização do pedido deve-se ao facto da pessoa requerente nem sempre ter organizado o transporte das ajudas, optando por regressar no dia seguinte com um veículo apropriado.

Ajudas técnicas emprestadas entre 2011 e 2014

Relativamente às Ajudas Técnicas emprestadas, verifica-se, no período em análise, que as mais procuradas são as camas articuladas e os respetivos colchões tripartidos. De seguida, verifica-se uma forte procura a nível das grades para as camas articuladas e dos colchões de pressão alterna com compressor. Também ainda com alguma procura, encontram-se as cadeiras de rodas, os cadeirões manuais e os andarilhos.

O suporte de soro com rodas, a cadeira de rodas de encosto alto, a tábua de transferência, o assento em napa para cadeira de banho, foram as Ajudas Técnicas que ainda não tiveram qualquer procura.

Quadro nº 68 – Ajudas técnicas disponibilizadas pelo BAT de 2011 a 2014

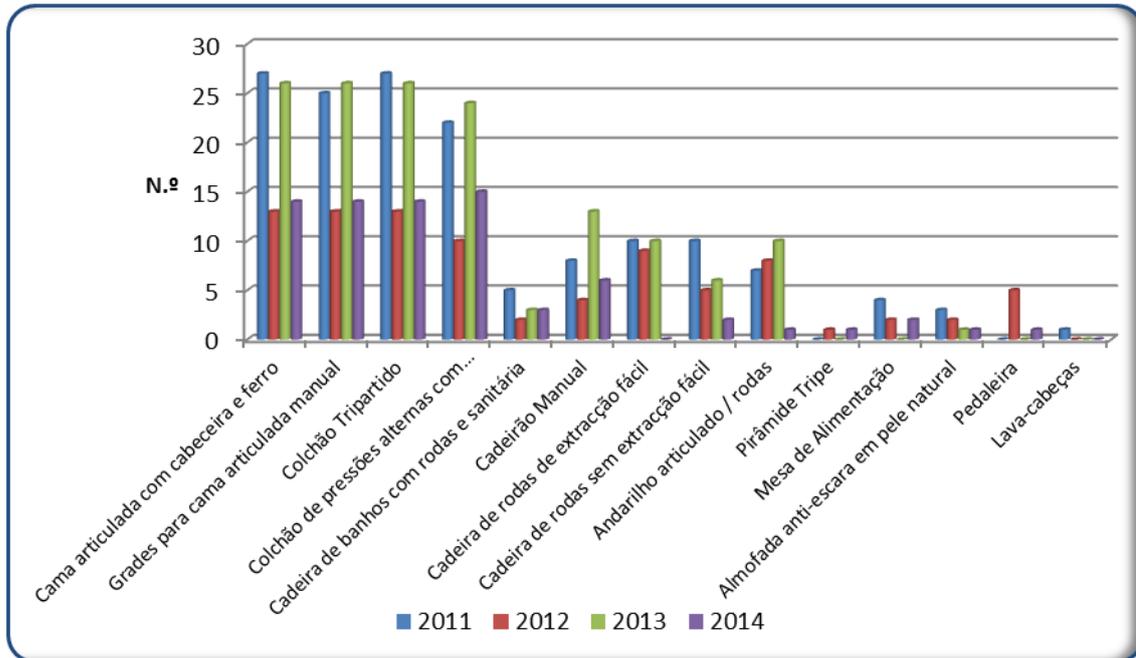
Ajudas Técnicas	2011	2012	2013	2014
Cama articulada com cabeceira e ferro	27	13	26	14
Grades para cama articulada manual	25	13	26	14
Colchão Tripartido	27	13	26	14
Colchão de pressões alternas com compressor	22	10	24	15
Cadeira de banhos com rodas e sanitária	5	2	3	3
Cadeirão Manual	8	4	13	6
Cadeira de rodas de extração fácil	10	9	10	0
Cadeira de rodas sem extração fácil	10	5	6	2
Andarilho articulado / rodas	7	8	10	1

Pirâmide Tripe	0	1	0	1
Mesa de Alimentação	4	2	0	2
Almofada anti-escara em pele natural	3	2	1	1
Pedaleira	0	5	0	1
Lava-cabeças	1	0	0	0

Fonte: Relatórios do BAT 2011, 2012, 2013 e 2014

Graficamente:

Gráfico n.º 70 - Ajudas técnicas disponibilizadas pelo BAT entre 2011 e 2014



Fonte: Relatórios do BAT 2011, 2012, 2013 e 2014

2.8.2. Projeto “Dar a Mão”

O Projeto “Dar a Mão” surgiu no âmbito, do Banco de Ajudas Técnicas e do trabalho em parceria entre o Centro de Saúde, o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço. O Banco de Ajudas Técnicas tem por objetivo a cedência de ajudas técnicas, a título de empréstimo ou a título de aluguer, consoante a pessoa seja residente dentro ou fora do concelho, respetivamente. Ao longo da sua execução foram sendo geradas receitas, que são usadas para recuperar e adquirir novas ajudas técnicas. Ainda assim o valor acumulado deste projeto permitiu que localmente se pensasse nas necessidades existentes e em como se poderiam canalizar este recurso financeiro. Surgiu assim uma nova parceria destas 3 entidades e um novo Projeto, o Projeto “Dar a Mão”.

Este Projeto destina-se exclusivamente a pessoas residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço e visa apoiar financeiramente: pequenas adaptações em residências próprias, que melhorem a qualidade de vida dos residentes, não estando incluídas obras de raiz ou transformações profundas; aquisição de ajudas técnicas, não reutilizáveis e de aquisição pontual, para doentes oncológicos; tratamentos de higiene oral, bem como, tratamentos/ ajudas óticas, clinicamente consideradas como prioritárias e fundamentais para os beneficiários; e outros, desde que devidamente fundamentados e aceites após análise de todas as entidades parceiras.

2.8.3. PCAAC/ FEAC

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes (PCAAC) foi criado em 1987 pela Comissão Europeia e tem como objetivo distribuir existências alimentares pela população em situação de carência que cumpra os critérios de elegibilidade estipulados (Guião PCAAC) e funcionou com esta designação até 2014.

Em 2014, o PCAAC foi substituído pelo Fundo Europeu de Auxílio a Carentes (FEAC), que visa apoiar organizações nacionais não só na distribuição de alimentos, mas também de vestuário e outros bens essenciais, a pessoas em situação de insuficiência económica. Em 2014, o FEAC acabou por apenas contemplar o apoio alimentar e funcionou em moldes muito semelhantes aos do PCAAC.

Entre 2010 e 2013, os géneros alimentares foram distribuídos em duas fases por ano. Em 2014 apenas existiu uma fase de distribuição.

De referir que os agregados familiares a receber Rendimento Social de Inserção são automaticamente elegíveis como beneficiários do PCAAC/ FEAC.

No concelho, até 2012, a Associação Popular de SMA, candidatou-se como entidade mediadora, assegurando a execução do Programa. A partir de 2010, esta entidade passou a contar com a colaboração do Município de Sobral de Monte Agraço, nomeadamente na realização do estudo socioeconómico dos agregados familiares que se candidatam ao Programa e na distribuição dos géneros alimentares.

Em 2013, para além da Associação Popular de SMA, que passou a abranger os residentes das freguesias de Santo Quintino e Sapataria, beneficiários/as de RSI e Ação Social, a Santa Casa da Misericórdia de SMA candidatou-se ao programa como entidade beneficiária e como entidade mediadora, abrangendo os residentes na freguesia de Sobral de Monte Agraço.

Em 2014 também a Comunidade Vida e Paz – Quinta do Espírito Santo se candidatou como entidade mediadora e beneficiária, tendo ficado com o estudo dos agregados residentes na freguesia de Sapataria.

De 2010 até 2014, o número de agregados e pessoas abrangidas em cada uma das fases e por entidade que recebeu as candidaturas é o que consta do quadro seguinte:

Quadro n.º 69 - N.º de agregados e de indivíduos que beneficiaram de PCAAC/ FEAC entre 2010 e 2014

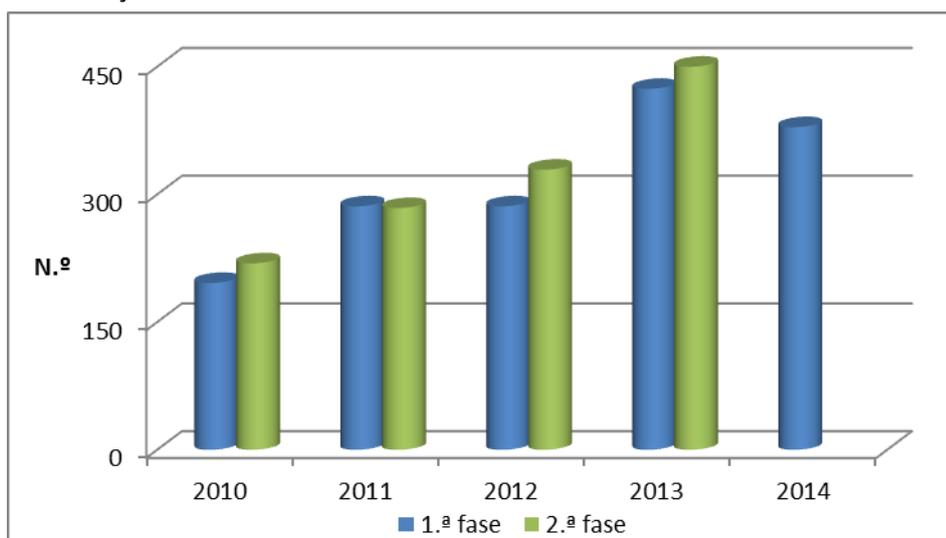
	1.ª fase		2.ª fase	
	Agregados	Indivíduos	Agregados	Indivíduos
2010	68	196	68	219
2011	97	286	97	284
2012	89	286	110	329
2013	136	424	154	451
2014	136	379	Não houve 2.ª fase.	
2015	116	N. d.	Sem informação	

Fonte: Serviço de Ação Social do Município de SMA, Santa Casa da Misericórdia de SMA e Comunidade Vida e Paz – Quinta do Espírito Santo.

Da leitura do quadro é possível verificar que entre 2010 e 2013 existiu um aumento do número de agregados e também do número de pessoas abrangidas. Em 2014 o número de agregado manteve-se face a 2013 (se se considerar a 1.ª fase) mas o número de pessoas abrangidas diminuiu. É na listagem de processos estudados pelo Município de SMA que o número mais decresce (mesmo atendendo a que as pessoas residentes na freguesia de Sapataria passaram a candidatar-se junto da Comunidade Vida e Paz). Uma explicação possível poderá ser a diminuição do número de beneficiários/as de RSI por via da alteração legislativa, que redefiniu o valor de referência e as condições de acesso à prestação.

Graficamente:

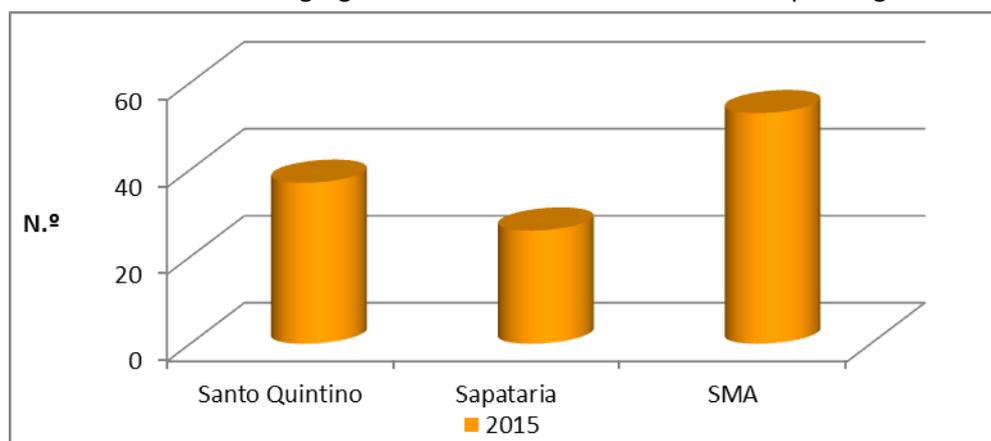
Gráfico n.º 71 - Evolução do número de pessoas beneficiárias de PCAAC/ FEAC entre 2010 e 2014 por fase de distribuição



Fonte: Serviço de Ação Social do Município de SMA, Santa Casa da Misericórdia de SMA e Comunidade Vida e Paz – Quinta do Espírito Santo.

Na 1.ª fase de FEAC de 2015, a distribuição dos agregados por freguesia é a seguinte: 26 agregados da freguesia de Sapataria (22,4%), 37 agregados de Santo Quintino (31,9%) e 53 agregados de Sobral de Monte Agraço (45,7%).

Gráfico n.º 72- Nº de agregados beneficiários de FEAC em 2015 por freguesia



Fonte: Serviço de Ação Social do Município de SMA, Santa Casa da Misericórdia de SMA e Comunidade Vida e Paz – Quinta do Espírito Santo.

2.8.4. Programa dos Cuidados Continuados e Apoio Social

Este programa visa promover a intervenção articulada da saúde e da ação social dirigida a pessoas em situação de dependência, isto é, pessoas em situações de dependência física, mental ou social, transitória ou permanente, resultante ou agravada nomeadamente por isolamento geográfico, doença crónica, situação de doença com ausência de familiares, amigos ou vizinhos que prestem apoio, deficiência física ou mental, internamento institucional indevido, por inexistência de respostas alternativas mais adequadas, alta hospitalar com necessidade de cuidados continuados e/ou de apoio social e inexistência ou insuficiência de apoio diurno ou noturno. Deste modo, visa responder às necessidades que se apresentam em função do tipo, do grau de dependência e dos contextos sociofamiliares em que se inserem.

O programa promove o envolvimento de vários parceiros, nomeadamente o aproveitamento e racionalização dos recursos existentes, de forma a assegurar cuidados 24 horas por dia, ao nível da doença, convalescença,

doença crónica, reabilitação, treino ou ensino, satisfação das necessidades básicas humanas e atividades de animação sociocultural, fisioterapia, terapia da fala e apoio social.

No concelho a parceria é constituída pelo Centro de Saúde, pelo Município e pela Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.

É feita a articulação com os diversos hospitais no sentido de se realizar as visitas domiciliárias o mais cedo possível, tendo em vista não só a área curativa mas também a promoção para a saúde, incluindo a essencial colaboração da família para a autonomia do doente. Este programa contemplou, em 2012, o apoio dos cuidados de enfermagem a 153 utentes em cuidados continuados, em que 64 desses utentes usufruíram de cuidados integrados (fonte: Centro de Saúde, 2013).

2.8.4. Festa Sénior

A Festa Sénior resulta duma ação anual conjunta, no âmbito da parceria estabelecida entre os Municípios de Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, e conta ainda, com o apoio das Instituições de Apoio a Idosos da Região Oeste e outras entidades públicas e privadas de cariz social da nossa região.

A Festa compreende um vasto programa cultural, lúdico e pedagógico, que se concretiza em diversas atividades, que se realizam entre 15 de novembro de 2015 e 30 de junho de 2016, nos diversos territórios dos municípios envolvidos e visam fomentar a participação ativa e continuada dos seniores em atividades que vão ao encontro das suas expetativas e necessidades; favorecer a sua aproximação aos recursos existentes na comunidade e proporcionar o contacto com novas áreas temáticas.

2.9 Projetos/ Programas do Município de Sobral de Monte Agraço

2.9.1 Banco Local de Voluntariado de Sobral de Monte Agraço

O voluntariado, enquanto elemento basilar de cidadania e como expressão da dinâmica da sociedade civil, deve ser encorajado e promovido. Um dos instrumentos que mais potencia as práticas de voluntariado é o Banco Local de Voluntariado, cujo principal objetivo é promover o encontro entre pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade para serem voluntárias e entidades que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

Tendo a Rede Social de Sobral de Monte Agraço proposto a criação de tal estrutura, assumiu o Município de Sobral de Monte Agraço a constituição do Banco Local de Voluntariado de Sobral de Monte Agraço (BLVSMA). Assim, foi elaborado o Regulamento Interno (publicado em Diário da República, 2.ª série a 30 de Março de 2010), as fichas de inscrição para entidades e para voluntários/as.

2.9.2 Campos de Férias abertos para crianças

Os Campos de Férias abertos dirigidos a crianças organizados pelo Serviço de Ação Social do Município de Sobral de Monte Agraço são uma importante aposta na dinamização dos tempos livres das crianças, na prevenção de comportamentos de risco e na promoção de estilos de vida saudáveis.

Destinam-se a crianças preferencialmente residentes no concelho ou a estudar numa escola concelhia, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. O Município assegura o acompanhamento permanente das crianças, a participação em atividades, alimentação diária (lanches de manhã e de tarde e almoço), transporte e um seguro de acidentes pessoais.

A seleção das crianças privilegia as provenientes de agregados familiares com vulnerabilidades comprovadas, prevendo-se o pagamento dum comparticipação pela frequência da criança, de acordo com o seu escalão de abono de família, sendo gratuito para as crianças do 1.º escalão.

2.9.3 Cartão Sobral Sénior

O Cartão Sobral Sénior é um documento emitido pelo Município de Sobral de Monte Agraço – Serviço de Ação Social, destinado a conceder descontos e vantagens na utilização de bens e serviços públicos e privados, sendo também objetivo deste programa estimular a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas do Concelho dos beneficiários a todos/as destinatários/as.

Podem ser beneficiários do Cartão Sobral Sénior todos/as os/as cidadãos/ãs com mais de 65 anos e/ou pensionistas com residência permanente e eleitores no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

2.9.4 Clube Sobral Sénior Ativo

O Clube Sobral Sénior Ativo arrancou em Janeiro de 2011 e procurou que se constituísse como um novo instrumento ao dispor de seniores e reformados do concelho de Sobral de Monte Agraço. Funciona como um espaço de aprendizagem e ao longo da sua existência têm funcionado aulas regulares diversas (Alfabetização, Artes Cénicas, Artes Decorativas, Coro, Cultura e Sociedade, Espanhol, Ginástica, História, Informática, Português), bem como sessões temáticas.

Com exceção das aulas de ginástica, todas as outras são dinamizadas por voluntários do Banco Local de Voluntariado de Sobral de Monte Agraço. Procura-se que no Clube Sobral Sénior Ativo coexistam várias dimensões: transmissão de conhecimentos, relacionamento humano, criação de vínculos e de laços sociais, convivialidade.

2.9.5 Loja Solidária

A ideia de um projeto que tivesse como objetivo encaminhar bens que já não fossem úteis para uns mas que tivessem ainda valor para outros, designadamente para os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, materializou-se na Loja Solidária, inaugurada a 10 de dezembro de 2011, e a funcionar no Mercado Municipal.

Esta Loja recebe bens em bom estado de conservação e, por sua vez, disponibiliza os mesmos bens (vestuário, calçado, livros, mobiliário, pequenos eletrodomésticos, etc) a famílias em situação de vulnerabilidade social e

que comprovadamente deles necessitem, para tal, é realizado um estudo sócio-económico pela Assistente Social e são entregues os meios de prova pela família, e, preenchidos os requisitos, a família obtém uma credencial, documento a ser apresentado na Loja Solidária e que permite o levantamento de 5 peças (bens), por cada elemento do agregado familiar.

Este projeto conta com a colaboração de voluntários e voluntárias, bem como de funcionários/as do Município, que fazem a triagem e arrumação dos bens recebidos e que dinamizam o espaço da Loja Solidária.

2.9.6 Passeio Sénior

Empenhado em combater o isolamento social e visando dinamizar os tempos livres dos mais idosos, o Município promove os Passeios à praia dirigidos aos seniores.

2.9.7 Programa Monitores de Campos de Férias

O Programa Monitores de Campos de Férias visa promover a ocupação saudável dos tempos livres, a formação e a educação não formal dos/as jovens participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

As inscrições para participar neste Programa decorrem habitualmente entre dia 1 e dia 15 de junho, e após uma ação de formação, os/as jovens participantes são selecionados/as para desempenhar funções de Monitores nos Campos de Férias para Crianças, tarefa pela qual recebem uma bolsa/ compensação monetária.

2.9.8 Projeto Oeste Mais Igualdade – Plano Municipal para a Igualdade 2015-2017

O projeto Oeste Mais Igualdade, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM), e que o Município de Sobral de Monte Agraço integrou, previa a execução de um conjunto de ações (de diagnóstico, de sensibilização e de formação) que conduzissem à promoção da Igualdade de Género nos concelhos que se constituíram como entidades parceiras.

Assim, e após a execução de todas as fases do projeto Oeste Mais Igualdade, em 2014 elaborou-se o Plano Municipal para a Igualdade de Sobral de Monte Agraço 2015-2017 (PMI), que foi aprovado em reunião da Câmara Municipal a 15/12/2014.

O PMI consubstancia-se num compromisso político com a promoção da Igualdade e com a promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens a nível local e aqui ficam inscritas atividades que contribuem para esse objetivo, quer para o conjunto da população (vertente externa do Plano) como para funcionários/as do Município (vertente interna), esperando-se que, no final da sua vigência – 2017 – sejam observáveis mudanças e avanços neste domínio.

2.10. Segurança e Criminalidade

Em Sobral de Monte Agraço, a força de segurança é a Guarda Nacional Republicana. A Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, define-a como uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

O Posto Territorial de Sobral de Monte Agraço depende do Destacamento Territorial de Torres Vedras, que por sua vez está integrado no Comando Territorial de Lisboa.

A recolha dos dados estatísticos relativos aos crimes cometidos é feita de acordo com as seguintes categorias: crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e Legislação avulsa.

O quadro seguinte apresenta o número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço segundo as categorias de crimes entre 2005 e 2013.

Quadro n.º 70 - Número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço segundo as categorias de crimes entre 2005 e 2013

Ano	Total	Contra as pessoas		Contra o património			Contra a vida em sociedade		Contra o Estado	Legislação avulsa	
		Total	Contra a integridade física	Total	dos quais		Total	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l		Total	Condução sem habilitação legal
					Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado					
2005	304	65	35	169	4	61	33	13	5	32	23
2006	305	72	39	173	...	67	26	11	9	25	14
2007	352	104	60	167	...	57	37	10	...	43	23
2008	371	89	42	179	5	39	35	17	3	65	37
2009	365	78	39	197	0	41	...	7	...	55	18
2010	367	91	46	164	...	33	35	22	4	73	27
2011	439	73	41	220	...	37	42	25	4	100	19
2012	389	76	45	176	...	38	65	27	7	65	11
2013	329	68	29	147	5	17	59	36	3	52	14

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

Da leitura do quadro verifica-se que, nos crimes contra o património (o que tem maior expressão no concelho) o furto de veículo e em veículo motorizado apresentam uma tendência de decréscimo, e os crimes de furto/roubo por esticção e na via pública, quando existem dados disponíveis, não têm expressão. O número total de crimes contra o património, no período em análise, teve o maior crescimento de 2010 para 2011, passando de 164 para 220 crimes registados.

Os crimes contra as pessoas surgem após os crimes contra o património. O ano de 2007 é que regista, no período em análise, o valor mais alto, com 104 crimes. Nos restantes anos os valores oscilam entre os 65 crimes (2011) e os 91 (2010).

Os crimes previstos em legislação avulsa apresentam uma tendência de crescimento entre 2005 e 2011, sendo que a condução sem habilitação legal tem vindo a diminuir o seu peso no total de crimes desta categoria. O ano de 2008 foi aquele em que a proporção de crimes de condução sem habilitação legal no conjunto dos crimes e enquadrados por legislação avulsa foi maior: 57%. Em 2011 verificou-se o maior número de crimes desta natureza, sendo o ano em que se verificou a maior variação face ao ano precedente.

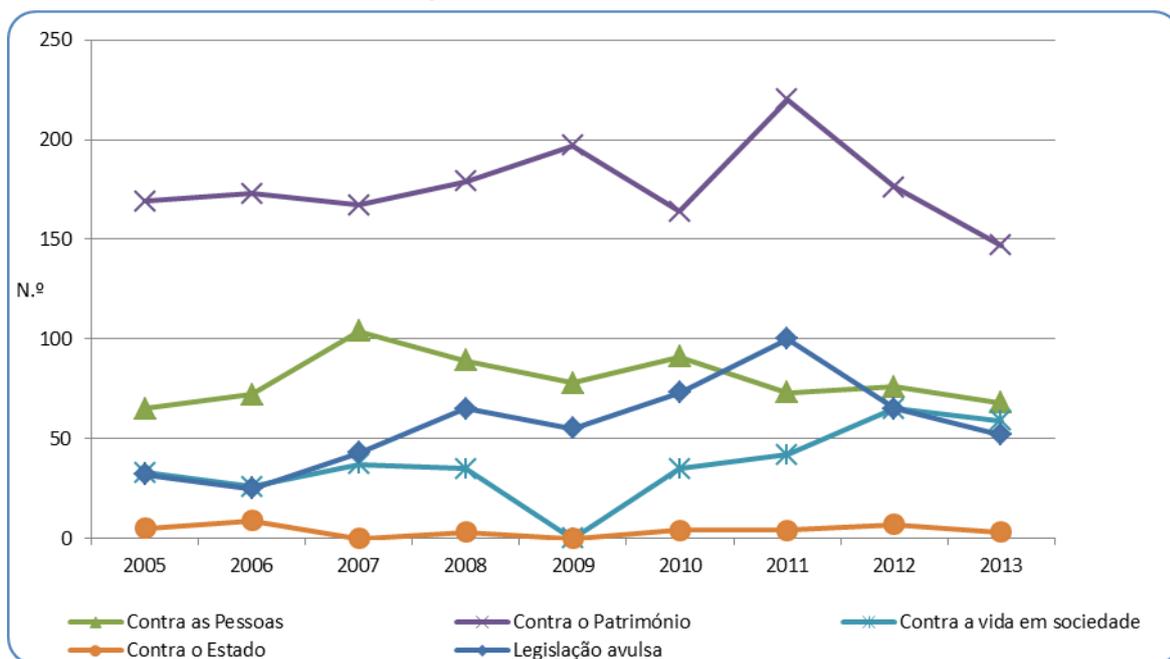
Este aumento resulta do aumento dos crimes relacionados com metais não preciosos (cobre, alumínio, latão, ferro, entre outros), e de um grupo organizado que assaltava residências. Paralelamente, em 2011 verificaram-se alterações significativas do efetivo do posto de Sobral de Monte Agraço (14 novos guardas vindos diretamente do alistamento da GNR), o que se traduziu numa maior atividade fiscalizadora, que resultou no aumento do número de detenções por condução ilegal, condução em estado de embriaguez e deteção de pessoas estrangeiras em permanência ilegal no território.

Dentro desta categoria cabem ainda, entre outros, crimes como tráfico de estupefacientes, jogo ilícito, pessoas estrangeiras sem permanência legal no país.

Os crimes contra a vida em sociedade são os que têm menor expressão, sendo que, dentro destes, a condução de veículo com taxa de álcool igual a superior a 1,2g/l representam, no período em análise, entre um terço e metade destes crimes.

Graficamente:

Gráfico n.º 73 - Número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço segundo as categorias de crimes entre 2005 e 2013



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

Os dados INE referentes ao ano de 2013 apresentam ainda uma desagregação dos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, tendo sido registados 13 crimes. De acordo com os dados do Posto da GNR de Sobral de Monte Agraço, a evolução dos crimes de violência doméstica (crimes contras as pessoas) é a seguinte:

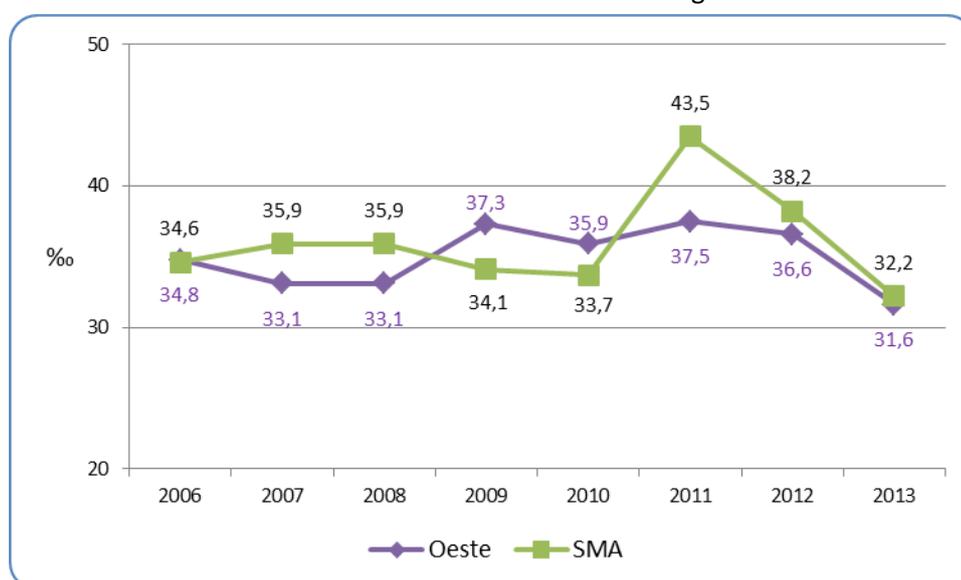
Quadro n.º 71 - Número de crimes registados pelas Autoridades Policiais em Sobral de Monte Agraço na tipologia de violência doméstica, de 2010 a 2014

Ano	N.º Crimes de violência doméstica
2010	21
2011	19
2012	17
2013	16
2014	19

Fonte: Posto da GNR de SMA

O gráfico seguinte compara a taxa de criminalidade total⁷ do concelho de Sobral de Monte Agraço e da região do Oeste. É possível observar que são bastante próximas, com exceção do ano de 2011, em que o concelho de SMA apresenta uma taxa 6 pontos percentuais acima da do Oeste.

Gráfico n.º 74 - Taxas de criminalidade total do concelho de SMA e da região Oeste entre 2006 e 2013



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

De 2011 em diante, verifica-se uma tendência de decréscimo no número de crimes registados. Essa tendência, de acordo com os dados do posto da GNR de Sobral de Monte Agraço, relativos ao ano de 2014, mantém-se (258 crimes).

⁷ Taxa de criminalidade - n.º de crimes/ População residente x 1000

2.9.Participação política

Partindo do pressuposto de que quanto maior é o exercício da cidadania, melhor a qualidade dos regimes democráticos, e que a mobilização política é o fator com maior peso na construção do índice de cidadania (Cabral, 2000), interessa conhecer os indicadores da participação política dos territórios.

Numa análise comparativa das taxas de abstenção entre 2001 (eleição para a Presidência da República) e 2014 (Parlamento Europeu) é possível constatar que a taxa de abstenção em Sobral de Monte Agraço é tendencialmente superior à taxa do Oeste e à taxa de Portugal

Quadro n.º 72 – Taxa de abstenção

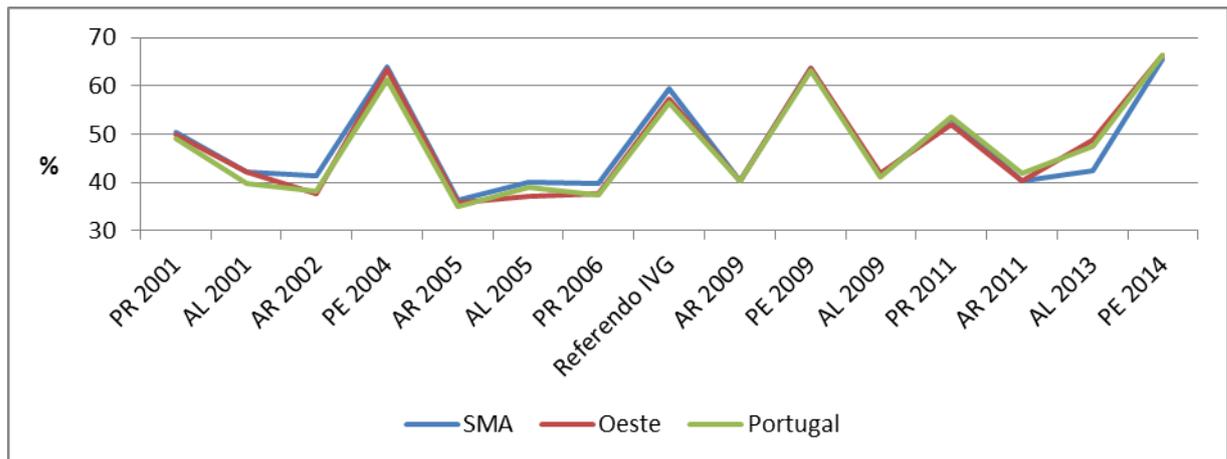
Taxa de abstenção			
Eleições	SMA	Oeste	Portugal
	%		
Presidência da República - 2001	50,4	49,80	49,1
Autarquias Locais - 2001	42,1	42,30	39,9
Assembleia da República - 2002	41,5	37,7	38,3
Parlamento Europeu - 2004	63,9	63,5	61,2
Assembleia da República - 2005	36,3	35,9	35
Autarquias Locais - 2005	40	37,1	39,1
Presidência da República - 2006	39,8	37,7	37,4
Referendo Interrupção Voluntária da Gravidez - 2007	59,3	57,3	56,4
Assembleia da República - 2009	40,3	40,4	40,3
Parlamento Europeu - 2009	63,7	63,8	63,2
Autarquias Locais - 2009	41,3	42	41
Presidência da República - 2011	53,3	51,9	53,5
Assembleia da República - 2011	40,4	40,4	41,9
Autarquias Locais - 2013	42,5	48,9	47,4
Parlamento Europeu - 2014	65,5	66,3	66,2

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005 a 2013

A exceção mais expressiva ocorre nas eleições para as Autarquias Locais de 2013, em que a taxa de abstenção no concelho (42,5%) ficou abaixo quer da taxa do Oeste (48,9%), quer da taxa nacional (47,4%).

Ainda assim, verifica-se que a linha da abstenção do concelho segue a tendência das linhas do Oeste e do país, com as eleições para o Parlamento Europeu e o Referendo a registarem os valores mais elevados. Contrariamente, são as eleições para as Autarquias Locais e as eleições para a Assembleia da República que registam os valores mais baixos.

Gráfico n.º 75 - Evolução da abstenção entre 2001 e 2014 em SMA, Oeste e Portugal



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2005 a 2013

Segundo os dados disponíveis é possível concluir que a falta de participação política é uma questão estrutural, que não está a ser contrariada ao nível do local.

Existem autores que apontam como razões explicativas para estes valores, e considerando os estudos realizados junto do eleitorado português, a desconfiança nas instituições, desinteresse pela política e desalinhamento com a oferta partidária disponível. Defendem ainda que o declínio da participação eleitoral não tem sido compensado pelo crescimento de outras formas de participação (Freire, 2000).

NOTA FINAL

Este documento servirá, a par de outros, como instrumento para a construção do próximo Plano de Desenvolvimento Social. Alguns desses outros instrumentos são, por exemplo, os resultados de sessões temáticas com diferentes intervenientes e os resultados de um questionário on-line, onde se pediu aos cidadãos/às cidadãs que identificassem os problemas que, na sua perspetiva, são os prioritários.

O Diagnóstico Social permite, todavia, ancorar as perceções, as análises particulares, os olhares setoriais, em dados quantitativos, de fontes oficiais, e possibilita a leitura de tendências, já que existiu a preocupação de, sempre que possível, apresentar dados referentes aos últimos dez anos.

Como documento-âncora que é relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social, o Diagnóstico Social assume-se também como um recurso ao dispor de diferentes atores, que aqui têm um conjunto de informação muito abrangente.

À semelhança dos anteriores documentos, exigirá um esforço de atualização permanente, num processo que se deseja de melhoria contínua. Cumpre a sua função ao serviço do trabalho da Rede Social, mas beneficiará igualmente se a sua utilidade se espraiar para além destes limites, assumindo-se como um documento vivo, operativo e comunicante.

ENTIDADES QUE CONSTITUEM O CLAS

ACES Oeste Sul - UCSP de Sobral de Monte Agraço
Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço
Associação Popular de Sobral de Monte Agraço
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço
Comunidade Vida e Paz
Conferência São Vicente de Paulo
DGEstE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares
Freguesia de Santo Quintino
Freguesia de Sapataria
Freguesia de Sobral de Monte Agraço
GNR – Brigada Territorial n.º2 – Posto Territorial de Sobral de Monte Agraço
IEFP—Centro de Emprego de Torres Vedras
IPDJ, IP— Instituto Português do Desporto e Juventude
ISS, IP—Centro Distrital de Lisboa
Município de Sobral de Monte Agraço
Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço
UNIR – Associação de Estudantes do Ensino Superior

107

ENTIDADES QUE CONSTITUEM O NÚCLEO EXECUTIVO

ACES Oeste Sul - UCSP de Sobral de Monte Agraço
Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral
ISS, IP—Centro Distrital de Lisboa
Município de Sobral de Monte Agraço
Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

ABREVIATURAS/SIGLAS

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde
AD – Apoio Domiciliário
ASE – Ação Social Escolar
BAT – Banco de Ajudas Técnicas
CATUS - Centro de Atendimento e Tratamentos Urgentes
CEB – Ciclo de Ensino Básico
CD – Centro de Dia
CDP - Centro de Diagnóstico Pneumológico
CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CM – Caminho Municipal
CNE – Corpo Nacional de Escutas
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
CVP – Comunidade Vida e Paz
DGEstE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares
ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados na Unidade de Cuidados na Comunidade
EGA – Equipa de Gestão de Altas
ELI – Equipa de Intervenção Local
EM – Estrada Municipal
EN – Estrada Nacional
FEAC - Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados
GNR – Guarda Nacional Republicana
HBA – Hospital Beatriz Ângelo
JI – Jardim de Infância
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPDJ, IP – Instituto Português do Desporto e Juventude
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
INE – Instituto Nacional de Estatística
LGD – Lar de Grandes Dependentes
PCACC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados
PMI - Plano Municipal para a Igualdade
PNV – Plano Nacional de Vacinação
NEE – Necessidades Educativas Especiais
RSI – Rendimento Social de Inserção
SAP - Serviço de Atendimento Permanente
SMA – Sobral de Monte Agraço
SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce
UAG - Unidade de Apoio à Gestão
UCC - Unidade Cuidados na Comunidade
UCSP - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados
UNIR – Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço
URAP - Unidade de Recursos
USF - Unidades de Saúde Familiares
USP - Unidade de Saúde Pública

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Manuel Villaverde (2000), «O exercício da cidadania política em Portugal», in *Análise Social*, n.º 154-155, pp. 85-113.

Freire, André A. (2000), "DESEMPENHO DA DEMOCRACIA E REFORMAS POLÍTICAS. O caso português em perspectiva comparada", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 133-160.

IDS (s/d), Rede Social – Plano de Desenvolvimento Social: Documentos de apoio aos Projectos-piloto, Lisboa.

SITES

www.anmp.pt

www.ine.pt

www.lisboanet.com

www.monumentos.pt

www.pordata.pt

www.seg-social.pt

